



Universidade Federal da Paraíba – UFPB
Centro de Ciências Humanas Letras e Artes – CCHLA
Programa de Pós-graduação em Psicologia Social – PPGPS
Doutorado em Psicologia Social

NATÁLIA LINS PEQUENO DE ASSIS

**A CONTRIBUIÇÃO DA EMPATIA E DA JUSTIÇA NAS ESTRATÉGIAS DE
RESOLUÇÃO DE CONFLITOS EM MORADIAS UNIVERSITÁRIAS**

Orientadora Prof^a. Dr^a. Cleonice Pereira dos Santos Camino

João Pessoa, PB

2022

NATÁLIA LINS PEQUENO DE ASSIS

**A contribuição da empatia e da justiça nas estratégias de resolução de conflitos em
moradias universitárias**

Trabalho de Tese apresentado para a obtenção do título de
Doutora em Psicologia Social pelo Programa de Pós-graduação
em Psicologia Social da Universidade Federal da Paraíba.

Orientadora Prof^a. Dr^a. Cleonice Pereira dos Santos Camino

João Pessoa, PB

2022

A848c Assis, Natalia Lins Pequeno de.

A contribuição da empatia e da justiça nas
estratégias de resolução de conflitos em moradias
universitárias / Natalia Lins Pequeno de Assis. - João
Pessoa, 2022.

136 f. : il.

Orientação: Cleonice Pereira dos Santos Camino.
Tese (Doutorado) - UFPB/CCHLA.

1. Psicologia social. 2. Resolução de conflitos. 3.
Empatia. 4. Justiça. 5. Moradia universitária. I.
Camino, Cleonice Pereira dos Santos. II. Título.

UFPB/BC

CDU 316.6(043)

ATA DE DEFESA DE TESE

Aos trinta e um dia do mês de março de dois mil e vinte e dois, de modo remoto pelo Google Meet, reuniram-se em solenidade pública os membros da comissão designada pelo Colegiado do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social (CCHLA/UFPB), para a defesa de Tese da aluna **NATALIA LINS PEQUENO DE ASSIS** – mat. 20171009181 (orientando(a), UFPB, CPF: 058.639.384-63). Foram componentes da banca examinadora: Prof.^(a) Dr.^(a) **CLEONICE PEREIRA DOS SANTOS CAMINO** (UFPB, Orientadora, CPF: 040.084.484-20), Prof.^(a) Dr.^(a) **JULIO RIQUE NETO** (UFPB, Membro Interno ao Programa, CPF: 293.212.634-20), Prof.^(a) Dr.^(a) **LILIAN KELLY DE SOUSA GALVAO** (UFPB, Membro Externo ao Programa, CPF: 035.390.104-08), Prof.^(a) Dr.^(a) **LEONARDO RODRIGUES SAMPAIO** (UFCG, Membro Externo à Instituição, CPF: 034.879.614-58) e Prof.^(a) Dr.^(a) **DALILA CASTELLIANO DE VASCONCELOS** (UFCG, Membro Externo à Instituição, CPF: 054.812.784-05). Na cerimônia compareceram, além do(a) examinado(a), alunos de pós-graduação, representantes dos corpos docente e discente da Universidade Federal da Paraíba e interessados em geral. Dando início aos trabalhos, o(a) presidente da banca, Prof.^(a) Dr.^(a) **CLEONICE PEREIRA DOS SANTOS CAMINO**, após declarar o objetivo da reunião, apresentou o(a) examinado(a) **NATALIA LINS PEQUENO DE ASSIS** e, em seguida, concedeu-lhe a palavra para que discorresse sobre seu trabalho, intitulado: “A CONTRIBUIÇÃO DA EMPATIA E DA JUSTIÇA NAS ESTRATÉGIAS DE RESOLUÇÃO DE CONFLITOS EM MORADIAS UNIVERSITÁRIAS”. Passando então ao aludido tema, a aluna foi, em seguida, arguida pelos examinadores na forma regimental. Ato contínuo, passou a comissão, em secreto, a proceder a avaliação e julgamento do trabalho, concluindo por atribuir-lhe o conceito de “**APROVADO**”, o qual foi proclamado pelo(a) presidente da banca, logo que retornou ao recinto da solenidade pública.

Nada mais havendo a tratar, eu, Carlos Eduardo Pimentel, Vice-coordenador do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social da UFPB, lavrei a presente ata, que depois de lida e aprovada por todos assinou juntamente com os membros da banca. João Pessoa, 31 de março de 2022.



Prof.^(a) Dr.^(a) **CLEONICE PEREIRA DOS SANTOS CAMINO**



Prof.^(a) Dr.^(a) **JULIO RIQUE NETO**



Prof.^(a) Dr.^(a) **LILIAN KELLY DE SOUSA GALVAO**



Prof.^(a) Dr.^(a) **LEONARDO RODRIGUES SAMPAIO**



Prof.^(a) Dr.^(a) **DALILA CASTELLIANO DE VASCONCELOS**



Prof.^(a) Dr.^(a) **CARLOS EDUARDO PIMENTEL**
Vice-coordenador do PPGPS

*Seja amor, seja muito amor.
E se mesmo assim for difícil ser,
Não precisa ser perfeito,
Se não der pra ser amor,
Que seja ao menos respeito.*

Bráulio Bessa

AGRADECIMENTOS

Meu coração, em reverência, curva-se a Deus para agradecer por todas as bênçãos em minha vida!

Agradeço à professora Cleonice Camino, pelo acolhimento e pela oportunidade de aprender, desde a graduação, pela perspicaz orientação, pela paciência e incansável disposição em ajudar e pela amizade construída;

Aos professores que aceitaram participar como membros da banca avaliadora desta tese, Lilian Galvão, Leonardo Sampaio, Júlio Rique e Dalila Castelliano, pelas valiosas contribuições que me ajudaram a desenvolver e concluir este trabalho. Meus sinceros agradecimentos a esses pesquisadores que são referência para mim desde o início da minha caminhada acadêmica;

A todos os integrantes do Núcleo de Pesquisa em Desenvolvimento Sócio-moral (NPDMS), em especial, às amigas Eloá Losano, Thalita Alencar e Maria Edna S. Alexandre, pelas sugestões acadêmicas dadas nos encontros semanais, pelo carinho e pela atenção;

Aos meus amigos, por enriquecerem a minha vida, especialmente, aos companheiros de jornada acadêmica, Dalila Castelliano, Lívia Braga e Moisés Fernandes, por me darem apoio e conforto em momentos difíceis e por torcerem por meu sucesso;

Aos professores do Programa de Pós-graduação em Psicologia Social (PPGPS), por todo o conhecimento adquirido, que possibilitou a minha formação acadêmica;

À secretária da PPGPS, Denise Rocha, pela sempre carinhosa ajuda e disposição para auxiliar na superação dos entraves burocráticos.

A toda a equipe da Coordenação de Assistência e Promoção ao Estudante (COAPE), por ter compreendido a importância desta pesquisa para o meu campo de atuação profissional e ter autorizado a minha liberação e a coleta de dados nas moradias universitárias;

A todos os residentes das moradias universitárias que aceitaram participar deste estudo, por terem compreendido o valor da pesquisa, por terem se disponibilizado para responder aos extensos questionários e pelas ricas palavras que deram vida a este trabalho;

Finalmente, não poderia deixar de agradecer a toda a minha família, pelo amor e pelo carinho: aos meus irmãos, Manuela e Marcos, por sempre estarem presentes, incentivando, vibrando com cada vitória, e me “socorrendo” nos momentos difíceis; a minha vovó Vera, exemplo de doçura e dedicação, e ao meu tio Marconi Pequeno, que, mesmo sem ter a real noção da influência que exerceu, é uma inspiração acadêmica para mim. Agradeço ao meu vovô Romualdo (*in memoriam*), exemplo de dignidade e luta, e a minha vovó Maria das Neves (*in memoriam*), que, mesmo sem ter concluído o fundamental, sempre foi uma mulher culta. Eles partiram durante a minha jornada doutoral e não puderam presenciar o fruto dos meus esforços acadêmicos. Certamente, estariam muito felizes ao ver esse passo em minha vida.

Ao meu esposo, Uirá, por todo o amor e compreensão, por estar presente em todos os momentos da minha vida e por ter enfrentado, ao meu lado, inclusive durante o isolamento na pandemia do COVID-19, os desafios nas atividades acadêmicas, profissionais, domésticas e as educacionais dos nossos filhos. Obrigada pelo apoio e pelo incentivo em todas as minhas escolhas;

Aos meus filhos, Luan e Davi, por me servirem de inspiração e serem a força propulsora que me leva a amar, a perdoar, a agradecer e a buscar a justiça. Por eles, eu desejo, ainda mais, acertar e ser uma pessoa melhor, digna de respeito e admiração;

Aos meus pais, Noêmia e Marcos, a quem eu dedico este trabalho, por terem se esforçado para a minha formação profissional e de valores. Sou grata pelo amor incondicional e por tudo o que fizeram por mim desde o meu primeiro suspiro.

Meu coração transborda gratidão.

Resumo

O objetivo deste trabalho de tese foi verificar se as dimensões da empatia, combinadas com princípios morais de justiça, poderiam explicar as estratégias de resolução de conflitos que estudantes de graduação julgavam adotar em situações de desentendimentos nas moradias universitárias onde residiam. Para a construção desse estudo, a tese foi estruturada em três artigos empíricos. O primeiro artigo, de natureza exploratória objetivou investigar as queixas sobre possíveis situações desencadeadoras de conflitos em universitários residentes em uma moradia estudantil, a percepção deles acerca da moradia e da resolução de conflitos. Foram entrevistados 60 estudantes e constatou-se, por meio de análise de conteúdo, a existência de 215 queixas, classificadas em três categorias de conflitos: Transgressão da lei, Instituição e Próprios residentes. Verificou-se, ainda, que os problemas de convivência eram os maiores desencadeadores desses conflitos e que a maioria não era resolvido, levando à insatisfação nas relações sociais e ao isolamento dos estudantes na moradia universitária. O segundo artigo se insere no campo da Psicometria e procurou, com base no estudo exploratório, criar uma escala de Estratégias de Resolução de Conflitos em Moradias Estudantis (ERCME); para tanto, reuniu evidências de validade fatorial e consistência interna. Dois estudos foram realizados com uma população de estudantes residentes em moradias universitárias paraibanas. No Estudo 1, depois da construção da ERCME, o instrumento foi aplicado em 200 residentes ($M_{idade}=23$ $DP=4,20$). A análise exploratória possibilitou identificar uma estrutura trifatorial - Estratégia Agressiva, Estratégia Assertiva e Estratégia Submissa - com índice de consistência interna acima do ponto de corte. O Estudo 2 foi composto de uma nova amostra de 200 residentes ($M_{idade}=23$ $DP = 3,04$). Por meio da análise fatorial confirmatória, constatou-se que a estrutura trifatorial representou a melhor alternativa, observando-se indicadores de ajuste meritoriosos [χ^2 (101) = 176,860, $p < 0,001$, $\chi^2/g.l.=1,751$, CFI= 0,90, GFI = 0,90, TLI = 0,88 e RMSEA = 0,06 (IC90% = 0,04 – 0,07)]. Concluiu-se que a ERCME é um instrumento confiável e adequado para avaliar as estratégias de resolução de conflitos de estudantes residentes em moradias estudantis e pode ser usado em pesquisas sobre esse tema. O terceiro artigo, com o objetivo de compreender os processos psicológicos envolvidos nas estratégias de resolução de conflitos no contexto de moradias estudantis, testou um modelo teórico que explica o conjunto de associações entre as variáveis psicossociais: consideração empática, angústia pessoal, tomada de perspectiva, fantasia, julgamento moral de justiça e as três estratégias de resolução de conflitos – assertiva, agressiva e submissa. Participaram deste estudo 394 estudantes universitários residentes em moradias estudantis ($M_{idade}=24,02$, $DP=3,43$). Por meio de uma Modelagem por Equações Estruturais, verificou-se que os resultados confirmaram a hipótese central de que as dimensões da empatia e a justiça encontravam-se relacionadas às diferentes formas de resolver conflitos. Também foi identificado que, quanto maior o nível de julgamento moral de justiça, menor é a possibilidade do indivíduo ser submisso em situações conflituosas. ($\chi^2(12)=12,225$; $p=0,428$; $\chi^2/g.l.= 1,019$; GFI=0,991; AGFI=0,979; CFI=0,998; RMSEA=0,07). Os resultados destes estudos poderão colaborar para elaboração de atividades intervencionistas que promovam estratégias de resolução de conflitos mais assertivas e pró-sociais em moradias universitárias. Ademais, este estudo mostrou a importância do uso de dimensões psicológicas desenvolvimentistas para a compreensão do processo de resolução de conflitos e contribuiu para sua expansão para contextos sociais mais amplos.

Palavras-chave: resolução de conflitos; empatia; justiça; moradia universitária, validade.

Abstract

The purpose of this thesis was to verify whether the dimensions of empathy, combined with moral principles of justice, could explain the conflict resolution strategies that undergraduate students believed to adopt in situations of disagreements in the university housing where they lived. For the construction of this study, the thesis was structured in three empirical articles. The first article, of an exploratory nature, aimed to investigate to know the complaints on possible situations that trigger conflicts in university residents in a student housing, their perceptions about the habitation and if they resolve their conflicts. 60 residents were interviewed and it was found, through content analysis, the existence of 215 complaints, classified into three categories of conflicts: Transgression of the law, Institution and Residents themselves. It was also found that the coexistence problems were the main triggers of conflicts and that most conflicts were not resolved, leading to dissatisfaction with the social relations and loneliness of students in student housing. The second article is in the field of psychometry and aimed to elaborate a Student Housing Conflict Resolution Strategies scale (ERCME), gathering evidence of factorial validity and internal consistency, based on the exploratory study. Two studies were conducted with students residing in housings of public universities in Paraíba state. In Study 1, after the elaboration of the ERCME, the scale was applied in 200 residents ($M_{age}=23$; $SD=4,20$). The exploratory analysis revealed a three-factor structure: *Aggressive Strategy*, *Assertive Strategy* and *Submissive Strategy*, with an internal consistency indicator above recommended. Study 2 consisted of a new sample of 200 residents ($M_{age}=23$ years; $SD=3,04$). Through confirmatory factor analysis, it was observed that the three-factor structure represented the best alternative, observing meritorious adjustment indicators [$\chi^2(101) = 176,860$, $p < 0,001$, $\chi^2/df=1,751$, CFI= 0,90, GFI = 0,90, TLI = 0,88 e RMSEA = 0,06 (IC90% = 0,04 – 0,07)]. It was concluded that the ERCME is a reliable and adequate instrument to assess the conflict resolution strategies of students who live in student housing, enabling its use in research on this topic. In order to understand the psychological processes involved in conflict resolution strategies in the context of student housing, the third article tested a theoretical model that explains the set of associations between sociomoral variables: empathic concern, personal distress, perspective taking, fantasy, moral judgment of justice and the three conflict resolution strategies – assertive, aggressive and submissive. A total of 394 college students living in student housing participated in this study ($M_{age}=24.02$, $SD=3.43$). Through Structural Equation Modeling, it was found that the results confirmed the central hypothesis that the dimensions of empathy and justice were related to different ways of resolving conflicts. It was also identified that the higher the level of moral judgment of justice, the lower the chance of the individual to be submissive in conflicting situations. ($\chi^2(12)=12.225$; $p=0.428$; $\chi^2/df= 1.019$; GFI=0.991; AGFI=0.979; CFI=0.998; RMSEA=0.07). Thus, this study showed the importance of using developmental psychological dimensions to understand the conflict resolution process and contributed to its expansion to broader social contexts. Furthermore, the results of this study may contribute to the elaboration of interventionist activities that promote more assertive and pro-social conflict resolution strategies in student housing.

Keywords: conflict resolution; empathy; justice; student housing; validity.

PREFÁCIO

- *Sente-se. Respire* – solicitou a psicóloga, apresentando a poltrona ao paciente.

- *Preciso mesmo relaxar... Os últimos meses foram tensos e está muito difícil enfrentar tantas mudanças.*

- *O que mudou tanto em sua vida?* – Perguntou a psicóloga.

- *Estou no primeiro período do meu curso. Sempre desejei ser engenheiro e sou o primeiro da minha família a entrar no ensino superior. O problema é que, como sou do interior, não existe este curso na minha cidade. Quase pensei que tinha que desistir e voltar a trabalhar com meu pai na feira. Foi aí que um amigo meu falou que existiam as moradias para estudantes dentro das universidades. Quando consegui a vaga na moradia, já me senti engenheiro porque sabia que, a partir daí, iria conseguir realizar meu sonho. Não pensei muito nas dificuldades que iria encontrar.*

- *Você acha então que teria como ter previsto alguns acontecimentos.*

- *Não sei. O problema é que as coisas estão acontecendo na moradia, e eu não estou sabendo como resolver. Tem hora que acho melhor ficar calado, mas, às vezes, penso que vou explodir* – respirou fundo e continuou. – *Estava muito feliz. Minha mala estava carregada não só de roupas, mas também de sonhos e expectativas. Porém, assim que cheguei à moradia universitária, informaram o número do meu quarto e que eu iria dividir o espaço com outro estudante. Quando entrei no quarto, ele nem respondeu ao meu cumprimento e foi falar com o coordenador da residência que estava próximo. Não escutei toda a conversa, mas percebi que ele estava incomodado com algo. Logo compreendi que o incômodo era com a minha presença, quando iniciou a conversa comigo mostrando o lado do quarto que eu iria ficar e as regras de limpeza e de silêncio.*

A psicóloga interrompeu:

- *Vocês não decidiram isso juntos? Não buscaram um acordo?*

- Que nada! Quem entra geralmente não tem tanto poder para dar opinião.

- Mas você sabe que tem os mesmos direitos que outros estudantes residentes.

- Muita coisa não funciona como deveria, e os residentes ficam muito isolados, cada um em seu cubículo. Estou tendo muita dificuldade de fazer amizades na moradia. Você imagina que ontem passei a noite tentando dormir, mas um estudante que faz o Curso de Música decidiu tocar sax? Não consegui dormir por causa do barulho e também porque fiquei com fome. Na hora do lanche da noite, os funcionários da moradia não ficam para fiscalizar a comida, e se a gente atrasa, fica sem nada. Eu vi que um residente pegou cinco pães e encheu uma garrafa de dois litros de suco. Quando cheguei, não tinha mais! Não sei se vou aguentar passar cinco anos aqui. Não entendo porque as pessoas na residência não são tão unidas. Nós dividimos o mesmo ambiente. É o nosso novo lar. Passaremos muitos anos juntos e queremos a mesma coisa: se formar em um curso superior – Parou de falar e ficou pensativo.

Diante da fala do estudante, a psicóloga fez a seguinte reflexão:

- Você falou que, para vir para a universidade, trouxe uma mala cheia de sonhos e expectativas. Esqueceu de mencionar que, além disso, trouxe hábitos, crenças e valores. Você sabia que cada estudante desta moradia também trouxe uma mala bem abarrotada de seus lares? Pode acreditar, cada mala desta é bem diferente uma da outra.

- É verdade. É cada mala esquisita. – Disse isso e sorriu. A psicóloga continuou:

- É difícil lidar com a diversidade e a adversidade. Mas, se você conseguir resolver esses conflitos de uma forma positiva, poderá aprender e se desenvolver bastante.

- É isso o que eu quero! - Falou com um tom imperativo e perguntou: - Você acha que eu consigo? Que eu sou capaz de me desenvolver neste ambiente?

- Nós temos a capacidade de nos reorganizar e reestruturar se certas condições facilitadoras do processo forem atendidas. Eu estarei ao seu lado facilitando neste processo.

- Eu agradeço, doutora, e quero continuar na terapia, mas acredito que seria mais proveitoso se todos tivessem a oportunidade de buscar esse crescimento. Eu acredito que só mexer na minha mala não será suficiente. É como falei, tem muita mala esquisita, diferente naquela moradia. Nossa, já deu a hora. Obrigado pela conversa. Estava precisando muito.

A psicóloga escutou a última fala do estudante e o que foi dito entrou com profundidade em sua mente. Então, pensou: *- O que seria necessário colocar nas malas desses jovens estudantes? Do que eles precisam para resolver seus conflitos de maneira assertiva?*

Este diálogo terapêutico é uma narrativa fictícia, mas as situações de conflito apresentadas nele são comuns em relatos de estudantes residentes em moradias, atendidos por psicólogos da assistência estudantil de Instituições Federais de Ensino Superior (IFES).

A autora deste trabalho de tese atua na área de Psicologia Clínica de uma IFES e, durante uma década, deparou-se com estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica envolvidos em conflitos intensos, frequentes e, muitas vezes, difíceis de ser solucionados em moradias universitárias.

É nesse oceano de conflitos que esta pesquisa irá navegar.

Lista de Figuras

2º Artigo - *Escala de Estratégias de Resolução de Conflitos em Moradias Estudantis:*

Evidências de sua adequação psicométrica

Figura 1. Distribuição gráfica dos valores próprios 62

Figura 2. Modelo trifatorial da escala de Estratégias de Resolução de Conflitos em Moradias Estudantis 70

3º Artigo - *A contribuição da empatia e do julgamento moral de justiça para as estratégias de resolução de conflitos em moradias universitárias*

Figura 1. Modelo hipotetizado de estratégias de resolução de conflitos 93

Figura 2. Modelo revisado de estratégias de resolução de conflitos 99

Lista de Tabelas

1º Artigo - *Conflitos em uma moradia estudantil: os desafios diários enfrentados por universitários*

Tabela 1. Frequências e percentuais de respostas às categorias apresentadas pelos residentes em relação às queixas na moradia 42

Tabela 2. Frequências e percentuais de respostas às subcategorias apresentadas pelos residentes em relação às queixas referentes aos Próprios residentes..... 43

Tabela 3. Frequências e percentuais das subcategorias apresentadas pelos residentes em relação às queixas referentes à Instituição 44

Tabela 4. Frequências e percentuais de respostas às subcategorias apresentadas pelos residentes em relação às queixas referentes à Transgressão da lei 45

2º Artigo - *Escala de Estratégias de Resolução de Conflitos em Moradias Estudantis:*

Evidências de sua adequação psicométrica

Tabela 1. Estrutura fatorial da escala Estratégias de Resolução de Conflitos em Moradias Estudantis 63

Tabela 2. Índices de ajuste para diferentes modelos da Escala de Estratégias de Resolução de Conflitos em Moradias Estudantis (ERCME) 68

Tabela 3. Índices de ajuste para diferentes modelos da Escala de Estratégias de Resolução de Conflitos em Moradias Estudantis após a exclusão dos itens 69

3º Artigo - *A contribuição da empatia e do julgamento moral de justiça para as estratégias de resolução de conflitos*

Tabela 1. Correlações entre os indicadores de estratégias de resolução de conflitos e indicadores das dimensões sociomorais: Empatia e Justiça 97

Tabela 2. Coeficientes de regressão para o modelo de estratégias de resolução de conflitos 98

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
A assistência estudantil na Universidade Federal da Paraíba.....	22
A assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil	22
Assistência ao estudante das moradias universitárias da UFPB	25
Características e funcionamento das moradias estudantis da UFPB	26
CAPÍTULO 1	
Hino: Casa dos Estudantes	30
1º Artigo - Conflitos em uma moradia estudantil: os desafios diários enfrentados por universitários.....	31
1.1 Método	39
1.1.1 Delineamento	39
1.1.2 Participantes.....	39
1.1.3 Instrumentos	39
1.1.4 Procedimentos.....	40
1.2 Resultados	40
1.3 Discussão	46
1.4 Considerações Finais.....	50
CAPÍTULO 2	
2º Artigo - Escala de Estratégias de Resolução de Conflitos em Moradias Estudantis: Evidências de sua adequação psicométrica	53
2.1 Estudo 1. Construção e evidências psicométricas preliminares da escala <i>Estratégias de Resolução de Conflitos em Moradias Estudantis</i> (ERCME)	58
2.1.1 Método	58
2.1.1.1 Elaboração de ERCME	58
2.1.1.2 Evidências de validade da ERCME baseadas em conteúdo	58
2.1.1.3 Avaliação Semântica dos Itens da ERCME.....	59
2.1.1.4 Participantes	60
2.1.1.5 Instrumentos.....	60
2.1.1.6 Procedimentos e aspectos éticos	60
2.1.1.7 Análise dos dados	61
2.1.2 Resultados.....	61

2.1.3 Discussão	65
2.2 Estudo 2. Estudo confirmatório da estrutura fatorial da EERCME	66
2.2.1 Método	67
2.2.1.1 Participantes	67
2.2.1.2 Instrumentos	67
2.2.1.3 Procedimentos e aspectos éticos	67
2.2.1.4 Análise dos dados	67
2.2.2 Resultados	68
2.2.3 Discussão	70
2.3 Discussão Geral	71
2.4 Considerações Finais	73
CAPÍTULO 3	
3º Artigo - A contribuição da empatia e do julgamento moral de justiça para as estratégias de resolução de conflitos em moradias universitárias	75
3.1 O papel da empatia nas estratégias de resolução de conflitos	78
3.2 A relação entre a empatia e o julgamento moral de justiça	83
3.3 A contribuição do julgamento moral para as estratégias de resolução de conflitos ...	87
3.4 O presente estudo	88
3.5 Método	93
3.5.1 Participantes	93
3.5.2 Instrumentos	94
3.5.3 Procedimento ético	96
3.5.4 Procedimento de coleta dos dados	96
3.5.5 Análise dos dados	96
3.6 Resultados	97
3.7 Discussão	100
3.8 Considerações Finais	106
CONSIDERAÇÕES FINAIS DA TESE	108
REFERÊNCIAS	112
ANEXOS	124
APÊNDICES	129

Introdução

As moradias universitárias são uma alternativa para estudantes que vivem em situação de vulnerabilidade socioeconômica e precisam arcar com as despesas de uma residência em uma cidade distante de seus lares para cursar a primeira graduação em Instituições Federais do Ensino Superior (IFES). Elas são uma das ações do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES (Decreto nº7.234, 2010), que tem como objetivo promover a igualdade de oportunidades e melhorar o desempenho acadêmico desses universitários.

Os estudantes que residem em moradias universitárias são uma população formada primordialmente por jovens que deixaram seus familiares e amigos e enfrentam uma difícil missão neste novo contexto social: dividir o mesmo ambiente com outros estudantes com culturas, valores e hábitos divergentes, o que gera conflitos nesse novo lar (Delabrida, 2014; Everett & Loftus, 2011; Garrido, 2015; Osse & Costa, 2011; Porter & Newman, 2016; Schneider et al., 2017; Shekhawat et al., 2016; Thombs et al., 2015; Wanie et al., 2017).

Pode-se compreender o conflito, de um modo geral, como uma situação de interação social em que há um choque entre forças opostas que, muitas vezes, causam desacordo e frustração (Nery, 2010). O conflito é importante para o desenvolvimento do indivíduo, porquanto lhe possibilita compreender a si mesmo e lhe dá informações salutares sobre fronteiras sociais. Deluty (1979,1981), em seus estudos sobre resolução de conflitos, apresenta três estratégias resolutivas: a agressiva, a submissa e a assertiva. Esta última é considerada a mais adequada, já que é baseada no enfrentamento do conflito de forma não violenta, sem apelar para ações coercitivas, tendo em vista os direitos, os sentimentos, as ideias e as opiniões dos outros e do próprio indivíduo.

Por acreditar que diferentes campos da Psicologia podem contribuir para promover a resolução assertiva de conflitos desses estudantes, a autora foi buscar no Núcleo de Pesquisas em Desenvolvimento Sócio-moral – NPDSM/UFPB possibilidades de novos caminhos de

atuação no campo da Psicologia Moral. Considerando o contexto dos conflitos, esse estudo buscou investigar a importância das dimensões da empatia e do princípio moral da justiça nas resoluções de conflitos de estudantes que residem em moradias universitárias.

O NPDSM tem uma tradição em pesquisas que buscam verificar empiricamente as relações entre os construtos Empatia e Justiça, e deles com diferentes variáveis (Abreu, 2013; Camino, Camino & Leyens, 1996; Galvão, 2010; Melo, 2019; Rique et al., 2010; Sampaio et al., 2008; Sampaio et al., 2013). Em suas pesquisas, o núcleo adota um enfoque desenvolvimentista, utilizando a abordagem construtivista. Nessa perspectiva, esta tese utilizou como base teórica os estudos de Martin Hoffman, acerca da empatia, e os de Lawrence Kohlberg, referente ao julgamento moral de justiça.

A empatia, definida por Hoffman (Hoffman, 1987, p.48) como “uma resposta afetiva mais apropriada à situação de outra pessoa do que à sua própria situação”, é um construto multidimensional, com componentes afetivos, cognitivos e comportamentais, e com evidências consideráveis de sua relação com o comportamento pró-social e o altruísmo. Porém, poucos estudos abordaram sua relação com a resolução de conflitos, situação que, muitas vezes, envolve grandes perdas ou prejuízos, a depender das decisões tomadas pelo indivíduo em conflito. Acredita-se que dimensões cognitivas e afetivas da empatia podem contribuir para resolver conflitos com sucesso.

Em relação à justiça, o teórico Lawrence Kohlberg foi influenciado pelos estudos empíricos e pelas reflexões de Jean Piaget (1932/1994). Na visão deste teórico, a justiça é a mais racional das noções morais, se realiza na prática constante da relação com o outro e, para se desenvolver, requer respeito mútuo e solidariedade. Kohlberg (1981), ao unir o modelo piagetiano de estágio de desenvolvimento moral com as filosofias rawlsiana e kantiana, construiu uma teoria que defende a existência de valores morais universais que se desenvolvem ao longo de uma sequência de seis estágios, agrupados em três grandes níveis de moralidade, e

que, para que ocorra o avanço do desenvolvimento moral no indivíduo, são necessárias situações que possibilitem novas reestruturações cognitivas. Kohlberg (1984) afirma que a justiça é a estrutura essencial da moralidade, é a lógica normativa, o equilíbrio das ações e das relações sociais. Assim, os princípios de justiça são compreendidos como conceitos referentes à resolução de conflitos morais, para dar a cada um o que lhe é de direito. Neste trabalho de tese, defende-se que a busca pelo equilíbrio das relações pode estar presente em qualquer tipo de situação conflituosa.

Estudos anteriores, majoritariamente internacionais, verificaram a importância de algumas dimensões da empatia e do pensamento de justiça, isoladamente, para a resolução de conflitos (Chow, Ruhl & Buhrmester, 2013; Dutra, Galvão & Camino, 2020; Garaigordobil & Maganto, 2011; Gantiva et al., 2021; Patil & Silani, 2014; Rahim, Buntzman & White, 1999; Van Lissa et al., 2016; Van Lissa, Hawk & Meeus, 2017). No entanto, não foram identificados estudos que apontassem para um modelo que explicasse como ocorre a relação entre essas variáveis na resolução de conflitos. A partir dessa lacuna teórica, o presente estudo buscou contribuir para a construção de um modelo considerando os seguintes questionamentos: 1) Qual o papel de cada dimensão da empatia nas estratégias de resolução de conflitos? 2) A virtude moral da justiça contribui no processo de resolução de conflitos? 3) Ela influencia as escolhas de estratégias assertivas, submissas ou agressivas? 4) As dimensões da empatia, combinadas com a virtude moral da justiça, possibilitam melhores formas de enfrentar situações conflituosas?

Assim, o objetivo final deste trabalho foi o de testar a tese de que as dimensões da empatia, combinadas com o pensamento moral de justiça, podem explicar as estratégias de resolução de conflitos que estudantes de graduação julgam adotar em situações de desentendimentos nas moradias universitárias onde residem. Este trabalho, entretanto, testará a plausibilidade desse modelo sem negar que existem outras variáveis que também podem

contribuir para que os conflitos sejam enfrentados adequadamente, como as habilidades sociais o perdão, a culpa, a vergonha, a raiva e a sensibilidade moral.

Tendo em vista a concretização desse objetivo, esta tese foi estruturada em três capítulos, que foram elaborados em formato de artigo. Porém, antes de apresentar os artigos, considera-se relevante apresentar um breve recorte histórico da assistência estudantil das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), e, mais especificamente, da Universidade Federal da Paraíba, e as características e o funcionamento das moradias universitárias dessa instituição, contexto social onde foram coletados os dados dos três artigos deste trabalho de tese.

O primeiro artigo é uma pesquisa de natureza exploratória que teve o objetivo de investigar as principais queixas sobre possíveis situações desencadeadoras de conflitos de estudantes universitários residentes em uma moradia estudantil. Além disso, o estudo buscou conhecer a percepção dos estudantes acerca da moradia e se eles resolvem seus conflitos.

O segundo artigo se insere no campo da Psicometria e procurou, com base no estudo exploratório, criar uma escala de Estratégias de Resolução de Conflitos em Moradias Estudantis (ERCME); para tanto, reuniu evidências de validade fatorial e consistência interna.

O terceiro artigo respondeu ao objetivo principal da tese, ao testar o modelo teórico defendido e apresentar as associações entre as variáveis sociomorais estudadas: Consideração empática, Angústia pessoal, Tomada de perspectiva, Fantasia, Justiça e as três estratégias de resolução de conflitos – Estratégia Assertiva, Estratégia Agressiva e Estratégia Submissa.

Compreende-se que um modelo geral não é suficiente para dar conta da complexidade do processo de resolução de conflitos. No entanto, espera-se que os achados deste estudo possam ser úteis tanto na perspectiva da contribuição teórica, na promoção de avanços na área da moralidade, quanto na contribuição social, na medida em que poderá facilitar o

planejamento, o desenvolvimento e a avaliação de programas de intervenção que visem o bem-estar social dos estudantes no contexto das moradias universitárias. Espera-se, também, incentivar a realização de novos estudos que aprofundem, ainda mais, a compreensão sobre o papel da empatia e do princípio moral de justiça nas estratégias de resolução de conflitos.

A assistência estudantil na Universidade Federal da Paraíba

“Assim procedi para que os mais pobres não tivessem limitações, sentindo a falta que desfrutavam os ricos, menos o pão do espírito, único meio de torná-los iguais, pela escalada social da inteligência, acima de todas as condições e sem divisão de raça”.

José Américo de Almeida

As moradias estudantis da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) estão vinculadas às políticas de assistência estudantil que foram adotadas de diferentes maneiras no decorrer da história da educação superior brasileira. Antes de apresentar as características e o funcionamento das moradias estudantis da UFPB, um breve recorte histórico é necessário, embora compreendamos que as múltiplas formas como esses espaços de habitação coletiva se organizaram e foram concebidos dificultam uma leitura clara e precisa desse fenômeno.

A assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil

Segundo o historiador Hinterholz (2017), a primeira casa brasileira de estudantes foi criada em 1808, concomitantemente com a fundação da Faculdade de Medicina da Bahia, período da regência de Dom João VI, não necessariamente existindo uma prática de assistência ao estudante por parte do governo. Nesse período o ensino superior se firmou como um modelo de faculdades isoladas, de natureza profissionalizante, para atender à aristocracia colonial (Vasconcelos, 2010).

Em 1827, as Faculdades de Direito de São Paulo (SP) e de Olinda (PE) foram fundadas. Nesse período, o acesso à educação superior ainda era um privilégio para poucos, pois se concentrava nas mãos da elite do país (Kowalski, 2012). No Brasil, a primeira prática de auxílio ao estudante ocorreu em 1928, no governo de Washington Luís, ao incentivar a construção da *Casa do Estudante Brasileiro*, a qual ficava em Paris. O governo repassava verbas para a

construir a habitação e para auxiliar os jovens da alta sociedade brasileira que estudavam na capital francesa e tinham dificuldades de se manter na cidade.

Embora já existissem instituições que ofereciam cursos superiores isolados em diversas capitais do Brasil, desde o início do século XIX, as duas primeiras universidades brasileiras foram criadas nas décadas de 1920 e de 1930, no Rio de Janeiro e em São Paulo, durante o governo provisório de Getúlio Vargas, que foi um marco nas políticas sociais e passou a reconhecer a educação como um direito público regulamentado pelo Estado. Foi nesse período em que foi aberta a *Casa do Estudante do Brasil*, no Rio de Janeiro, que sempre recebia grandes doações do presidente para a manutenção do local (Kowalski, 2012).

A *Casa do Estudante do Brasil* funcionava em um casarão de três andares, com um restaurante popular, que era frequentado por estudantes em situação de vulnerabilidade socioeconômica e membros da comunidade que se passavam por discentes para utilizar o benefício. Foi na década de 1930 que nasceram as políticas de assistência estudantil nas universidades e, com o apoio do Ministério da Educação, em 1937, foi criada a União Nacional dos Estudantes – UNE, que teve sua sede administrativa na *Casa do Estudante do Brasil*, sendo responsável por proporcionar assistência jurídica, bolsas, empregos, biblioteca, saúde e residência (Kowalski, 2012).

Entre as décadas de 1950 e 1970, foram criadas universidades em vários estados do Brasil, mas a explosão do ensino superior ocorreu somente nos anos de 1970. Segundo Vasconcelos (2010), nessa década, o número de matriculados subiu de 300.000 (1970) para 1,5 milhão (1980). Kowalski (2012) assevera que o nascimento da assistência estudantil no Brasil advém do nascimento das universidades e essa prática foi conservada em toda a história da educação superior brasileira. Contudo, o crescimento do número de universidades e, conseqüentemente, da assistência estudantil, não significou a democratização do ensino superior.

Em 1970, o Governo Federal criou o Departamento de Assistência ao Estudante (DAE), com o objetivo de manter uma política de assistência para estudantes de graduação, dando ênfase a programas de alimentação, de moradia e de assistência médico-odontológica. Entretanto, foi extinto nos governos subsequentes (FONAPRACE, 1997). No final da década de 1970 e no início da década de 1980, as universidades cresceram e se transformaram, ao assumir o papel de instituições de pesquisa e ao criar laboratórios e bibliotecas, porém sempre presas às burocracias de um governo ditatorial que chegou a extinguir cursos e a perseguir professores, aposentando-os ou exilando os que eram contrários ao regime. No final desse período, os recursos públicos se tornaram cada vez mais escassos, e a expansão do ensino superior cada vez mais contida (Vasconcelos, 2010).

Em 19 de julho de 2010, durante o governo de Luís Inácio Lula da Silva e por meio de esforços coletivos de dirigentes, docentes e discentes das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), foi aprovado, por meio do Decreto nº 7.234 o Programa Nacional de Assistência de Estudantil – PNAES, cuja principal finalidade foi de ampliar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal (*Decreto n.7.234, 2010*). Imperatori (2017) considera que o PNAES foi uma grande conquista e representou a consolidação de uma luta histórica em torno da garantia da assistência estudantil como um direito social voltado para igualdade de oportunidades aos estudantes do ensino superior.

Conforme o Artigo 2 do Decreto, os objetivos do PNAES são:

- I – democratizar as condições de permanência dos jovens na educação superior pública federal;
- II – minimizar os efeitos das desigualdades sociais e regionais na permanência e conclusão da educação superior;
- III – reduzir as taxas de retenção e evasão; e
- IV – contribuir para a promoção da inclusão social pela educação.

O PNAES foi criado durante o Programa de Expansão e Reestruturação das Universidades Federais (REUNI) como uma ferramenta indispensável para ampliar a inclusão de estudantes nas Instituições Superiores de Ensino (Imperatori, 2017).

Finatti, Alves e Silveira (2007) asseveram que a assistência estudantil perpassa todas as áreas dos direitos humanos, uma vez que compreende ações que envolvem ideais de condições de saúde, acesso aos instrumentais pedagógicos para formação profissional, acompanhamento das necessidades educativas especiais, além de necessidades básicas dos estudantes, como, alimentação, transporte, recursos financeiros e moradia.

Atualmente, existem 110 IFES espalhadas por todo território nacional, conforme o Censo da Educação Superior (INEP, 2019), e mais de 115 Casas de Estudantes (Vilela Junior, 2016), as quais se apresentam das mais diversas formas, desde pequenas casas coloniais até modernos conjuntos residenciais. A seguir, serão apresentados: a assistência estudantil, o funcionamento e as características das moradias universitárias da UFPB.

Assistência ao estudante das moradias universitárias da UFPB

Desde que a Universidade Federal da Paraíba foi criada, amparada pela Lei Estadual 1.366 de 2 de dezembro de 1955, já existia a preocupação em abrigar estudantes com vulnerabilidade socioeconômica para a realização do curso superior no Estado. No entanto, Segundo Barbosa (2009), as atividades assistenciais para a comunidade universitária da Paraíba com vulnerabilidade socioeconômica iniciaram, efetivamente, no reitorado de Lynaldo Cavalcanti (1976-1980) com a ativação da Fundação José Américo, oferecendo os seguintes serviços: moradia, alimentação, apoio didático, bolsas, empréstimos, atendimento médico-odontológico, isenção de taxa de inscrição do vestibular e taxa de inscrição para filhos de ex-combatentes. Nesse período, a Fundação José Américo abrigava estudantes nos Campi de João Pessoa, Areia e Bananeiras (Lima, 2019).

A partir do final da década de 1980, a maioria das atividades de assistência estudantil da Fundação José Américo foi transferida para o Campus I da UFPB, e foi criada a Coordenação de Apoio Estudantil (COAPE), com a função inicial de organizar e manter o funcionamento das moradias estudantis e do restaurante universitário e possibilitar assistência médica, odontológica e social à comunidade universitária (Lima, 2019). A COAPE, inicialmente vinculada à Pró-reitoria de Assuntos Comunitários (PRAC), foi transferida para uma nova pró-reitoria em agosto de 2010, criada para gerenciar os recursos do PNAES: a Pró-Reitoria de Assistência e Promoção ao Estudante (PRAPE). Marques (2014) considera que esse foi um grande avanço para a política assistencial aos estudantes nessa Instituição

Com a função de planejar, coordenar e controlar as atividades de assistência e promoção ao estudante, visando à permanência dos estudantes nos cursos de graduação da UFPB, a PRAPE, tendo a COAPE como um dos órgãos vinculados, é responsável pelos restaurantes universitários, pelo auxílio-creche, pelo auxílio-transporte, pelo auxílio alimentação-moradia, pelo apoio a eventos e ao estudante com deficiência e, finalmente, pela moradia estudantil.

Características e funcionamento das moradias estudantis da UFPB

Segundo a Resolução nº 10/2002, que regulamenta a organização e o funcionamento do serviço de Moradia Estudantil da UFPB, é finalidade desse serviço, conforme o parágrafo I do Artigo 3º, “assegurar condições básicas ao estudante de reconhecida necessidade para a realização de um único curso de graduação, através da Residência Universitária e alimentação no Restaurante Universitário”. No parágrafo II do Artigo 3º da mesma resolução, afirma-se que a Moradia Estudantil tem a finalidade de “proporcionar ao estudante residente possibilidades de desenvolver suas potencialidades no tocante à vida acadêmica e sociocultural”.

A COAPE, responsável, dentre outras atividades, por administrar as moradias estudantis da UFPB, dispõe de uma equipe de profissionais formada por assistentes sociais, psicólogos,

pedagogos, administradores, assistentes em administração e técnicos em secretariado. É para esses profissionais que são direcionadas as demandas assistenciais dos estudantes dentro da Instituição e que, segundo a resolução nº10/2002, têm como função definir as diretrizes gerais para selecionar novos residentes, nomear os membros de Comissão de Seleção, renovar a inscrição de residentes veteranos, administrar o patrimônio, adquirir mobiliário e outros utensílios, investir em reformas e ampliações e promover acompanhamento psicossocial.

De acordo com o edital nº06/2019, para ter acesso à moradia estudantil da UFPB, o estudante deve atender, cumulativamente, aos seguintes critérios:

- Estar regularmente matriculado e cursando disciplinas nos cursos de graduação presencial no período letivo em vigência;
- Comprovar vulnerabilidade socioeconômica, com renda familiar per capita bruta igual ou inferior a 1,5 (um e meio) salário-mínimo;
- Estar regularmente matriculado em, no mínimo, 50% dos créditos exigidos pelo Curso no semestre letivo em vigência;
- Estar cursando a primeira graduação;
- Não estar matriculado na pós-graduação;
- Ter núcleo familiar residindo em outras cidades.

Segundo dados fornecidos pelo coordenador da COAPE em fevereiro de 2022, todos os *campi* da UFPB (João Pessoa, Areia, Bananeiras e Rio Tinto) são atendidos por moradias universitárias que, juntas, somam cerca de 1.080 vagas oferecidas para estudantes que comprovem sua necessidade do auxílio.

No campus I (João Pessoa), existem duas moradias universitárias: a Residência Universitária Masculina e Feminina (RUMF), que se localiza dentro do perímetro do campus, e a Residência Universitária Feminina Elizabeth Teixeira (RUFET), localizada no bairro do Centro de João Pessoa. A primeira tem capacidade de acolher 374 moradores, enquanto a

segunda dispõe de 68 vagas e se distingue da primeira pelo critério de gênero do usuário, porquanto a RUMF recebe estudantes dos dois gêneros, e a RUFET, apenas do gênero feminino.

Nos campi II (Areia) e III (Bananeiras), as moradias são formadas por diferentes construções (casas e blocos com quartos) dentro do perímetro dos *campi*, com a capacidade de acomodar, respectivamente, 437 e 171 estudantes. O campus IV (Rio Tinto) tem a moradia universitária mais recente da Instituição e só abriga 30 estudantes em um único bloco com quartos. As moradias dos três *campi* recebem estudantes dos dois gêneros.

Em todas as moradias universitárias da UFPB, os quartos foram projetados para dois ou mais estudantes, há lavanderias e cozinhas coletivas, salas de estudo e informática e áreas de vivência. Em algumas delas, o banheiro é coletivo. Os estudantes que lá residem também têm acesso ao Restaurante Universitário

Embora existam regras que visam ao bom funcionamento e a uma convivência saudável entre os estudantes no contexto das moradias universitárias, percebe-se que elas, muitas vezes, não são cumpridas ou não abarcam as nuances existentes nas relações humanas. Alguns conflitos são apresentados à COAPE por meio de processos para serem resolvidos com o apoio da Assistência Estudantil. Entretanto a maioria dos conflitos fica camuflado nas dependências da moradia.

A lista de espera para atender aos residentes no Setor de Psicologia da COAPE é extensa e, segundo os psicólogos do setor, as queixas durante o atendimento são frequentes, o que indica a importância de se compreender mais a realidade dessa população. Assim, nessa etapa introdutória do trabalho de tese, objetivou-se apresentar um breve percurso histórico sobre a assistência estudantil no ensino superior no Brasil e na UFPB e as características e o funcionamento dessas cinco moradias estudantis da UFPB, para, em seguida, se aprofundar nos conflitos, nas formas de resolvê-los e nas habilidades psicológicas necessárias para isso.

Hino das Casas de Estudantes

Passando pela rua eu vi uma casa
Por fora nem dá gosto de se ver
Mas ao cruzar a porta se percebe
Que existe um mundo inteiro pra viver

A Universidade é só um passo
Pra se encontrar com toda a confusão
E ao mesmo tempo para nós só o começo
Pra se pensar num plano pra nação

Eu quero um teto não só pra morar
Eu quero afeto
Não deixe a casa desabar

No corredor à frente a esperança
Caindo aos pedaços, mas ali
Na sala de estudo uma lembrança
Dos nossos velhos tempos sem dormir

Deixei pra trás família e a descrença
E hoje posso ver que vou mudar
Já sei fazer um sonho de concreto
Mas falta o cimento para juntar

Eu quero um teto não só pra morar
Eu quero afeto
Não deixe a casa desabar

Os sábios do passado me mostraram
Mas foi na raça que eu consegui
Abrir a mente, a porta e as janelas
E hoje mora um universo em mim

Mas é preciso mais que um projeto
Saber lutar, paixão, corpo febril
Buscando erguer o hoje em solo fértil

Pras casas de estudantes do Brasil

Eu quero um teto não só pra morar
Eu quero afeto
Não deixe a casa desabar

Célia Mares

Conflitos em uma moradia estudantil: os desafios diários enfrentados por universitários

Resumo

Esta pesquisa objetivou investigar as queixas sobre possíveis situações desencadeadoras de conflitos em universitários residentes em uma moradia estudantil, a percepção deles acerca da moradia e da resolução de conflitos. Foram entrevistados 60 estudantes e constatou-se, por meio de análise de conteúdo, a existência de 215 queixas, classificadas em três categorias de conflitos: Transgressão da lei, Instituição e Próprios residentes. Verificou-se, ainda, que os problemas de convivência eram os maiores desencadeadores desses conflitos e que a maioria não era resolvido, levando à insatisfação nas relações sociais e ao isolamento dos estudantes na moradia universitária.

Palavras-chave: conflito; estudante universitário; moradia estudantil.

Abstract

This study aimed to know the complaints on possible situations that trigger conflicts in university residents in a student housing, their perceptions about the habitation and if they resolve their conflicts. 60 residents were interviewed and it was found, through content analysis, the existence of 215 complaints, classified into three categories of conflicts: Transgression of the law, Institution and Residents themselves. it was also found that the coexistence problems were the main triggers of conflicts and that most conflicts were not resolved, leading to dissatisfaction with the social relations and loneliness of students in student housing

Keywords: conflict; university student; student housing.

Resumen:

El objetivo de esta investigación fue investigar quejas sobre posibles situaciones que desencadenan conflictos en los estudiantes universitarios que viven en una vivienda estudiantil, su percepción sobre la morada y la forma en que resuelven sus conflictos. Se entrevistó a sesenta estudiantes y se constató, mediante análisis de contenido, la existencia de 215 quejas, clasificadas en tres categorías de conflictos: Transgresión de la ley, Institución y Residentes. También se encontró que los problemas de convivencia fueron los mayores detonantes de estos conflictos y que la mayoría no fueron resueltos, provocando insatisfacción en las relaciones sociales y aislamiento en viviendas universitarias.

Palabras clave: conflicto; estudiante universitario; vivienda estudiantil.

No Brasil, muitos jovens em situação de vulnerabilidade socioeconômica, quando são aceitos nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) localizadas em cidades onde não residem, se deparam com uma situação bastante desafiadora: encontrar uma habitação para realizar seu projeto profissional/acadêmico e, nesta procura, eles buscam residir, geralmente, em moradias oferecidas gratuitamente pelas próprias instituições (Garrido, 2015). As moradias universitárias têm se tornado cada vez mais importantes nos últimos anos, devido a políticas públicas de acesso ao ensino superior nos países em desenvolvimento (Delabrida, 2014; Wanie, Oben, Molombe & Tassah, 2017).

Uma quantidade considerável de IFES oferece moradias para estudantes com dificuldades econômicas e a assistência a essas moradias faz parte de uma das ações do Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES) que buscam medidas para promover a igualdade de oportunidades, melhorar o desempenho acadêmico e prevenir situações de retenção e evasão decorrentes da insuficiência de condições financeiras (*Decreto n.7.234, 2010*). Entretanto, embora haja moradias dentro das instituições, elas não são suficientes para alojar todos os estudantes que necessitam dessa assistência, e muitas não têm estrutura nem apoio social adequados para que os residentes tenham uma boa qualidade de vida. Ademais, Garrido (2015) assevera que as instituições que oferecem um alojamento não se preocupam em favorecer o enriquecimento da trajetória acadêmica dos estudantes.

Sair de seus lares para dividir uma moradia com outros estudantes, cujos valores, culturas, sonhos, expectativas e hábitos, em muitas circunstâncias, são divergentes, pode ser visto como uma oportunidade de crescimento, mas também de geração de conflitos. Partindo de uma definição ampla, conflito pode ser entendido como uma situação de interação social em que ocorre o choque entre forças opostas causando, muitas vezes, desacordo e frustração. Porém, ele também é visto como propulsor do desenvolvimento de diferentes fenômenos psíquicos, como desejos, interesses e aspirações (Nery, 2010).

No âmbito da Psicologia Social, para compreender os conflitos, Doise (1980) se apoia no pressuposto de que as explicações de ordem individual podem ser articuladas com explicações de ordem social. O autor defende que o estudo das relações grupais pode ser abordado com a integração de quatro níveis de análise: o intraindividual, o interindividual ou situacional, o intergrupar e o societal, e Nery (2010), ao trabalhar no campo da Psicologia Clínica com grupos e intervenções em conflitos, corrobora o pensamento de Doise (1980). Nesse aspecto, esse último considera que os conflitos são mais complexos do que a simples discordância entre membros de um grupo ou entre grupos e compreende que os níveis de análise podem ser pensados como tipos de conflito.

Os conflitos intraindividuais ocorrem no mundo interno do sujeito e envolvem processos cognitivos e afetivos. Tais conflitos não se isolam dos demais e podem criar ou manter outros conflitos (Nery, 2010). Os conflitos interindividuais acontecem quando se estabelecem vínculos com os outros. Eles são frutos de percepções afetadas pela imaginação ou interpretação que podem induzir a sentimentos relacionados à agressividade. A resolução desses conflitos exige um trabalho cognitivo e afetivo dos envolvidos, porquanto o indivíduo precisa ser capaz de se colocar no lugar do outro e de coordenar diferentes perspectivas (Nery, 2010).

Segundo Doise e Mugny (1979), no nível intergrupar, os conflitos estão associados às posições que os atores sociais ocupam nas relações sociais. Deste modo, a percepção de pertença a um grupo pode ser suficiente para gerar conflitos e situações de discriminação em relação a outros grupos e, em muitas circunstâncias, não é necessário ter interesses incompatíveis (Tajfel & Turner, 1986). Os conflitos envolvem grupos com status diferentes – dominantes e dominados, majoritários e minoritários – e os confrontos e a violência relativos à intolerância e às diversidades se evidenciam. O último nível, o societal, envolve a análise do conflito em relação aos sistemas de crenças, representações, avaliações e normas sociais e resulta dos diversos tipos de conflitos apresentados anteriormente (Doise, 1980).

Em relação à origem do conflito, Alagözlü (2017) considera que compreender as situações desencadeantes dos conflitos pode ajudar a construir e a restaurar a paz em uma ampla perspectiva e argumenta que, em ambientes multiculturais, a comunicação entre os indivíduos é mais indispensável devido a diferenças sociais, cognitivas, perceptivas e intelectuais. O autor considera que se a comunicação for errada, indefinida ou não for gerenciada, ela pode gerar conflitos de diferentes níveis.

Além dos diferentes níveis de conflito mencionados na literatura, existem formas variadas de resolução de conflitos. Deluty (1979,1981), em seus estudos, apresenta três: a agressiva, a submissa e a assertiva. Esta última é considerada a mais adequada, já que é baseada no enfrentamento não violento, sem apelar para ações coercitivas, tendo em vista os direitos, os sentimentos, as ideias e as opiniões dos outros e do próprio indivíduo. Contudo, Oliveira, Morais e Carvalho (2013) afirmam que, no Brasil, as principais estratégias utilizadas pelos jovens para resolver conflitos são as agressivas e as submissas.

Sobre a resolução de conflitos, de acordo com Anderson (2005), quanto mais houver cooperação nos níveis iniciais do conflito, mais, provavelmente, a sua resolução será simples e eficaz e não gerará situações violentas e traumáticas. Entretanto, Crispiano (2007) ressalta que, muitas vezes, não há preparação para identificar as divergências ou os antagonismos que antecipam a violência e que é comum se coibir a manifestação violenta sem a devida preocupação com a situação causadora do conflito. Assim, os problemas se repetem devido a uma má resolução dos conflitos.

Pesquisas nacionais e internacionais têm apontado a necessidade de trabalhar o tema conflito nas moradias estudantis e a literatura norte-americana oferece contribuições significativas sobre a vivência neste contexto (Garrido & Mercuri, 2013). Nas últimas décadas, os Estados Unidos buscaram, por meio de estudos empíricos, compreender a realidade das moradias universitárias e capacitar estudantes e profissionais que coordenam esses ambientes.

Entre os problemas abordados e as intervenções utilizadas para solucionar as adversidades do contexto encontram-se: o racismo, a diversidade cultural e de personalidade (Johnson, Kang & Thompson, 2011; Shekhawat et al., 2016), o treinamento para prevenir suicídio (Taub et al., 2013), a relação entre os coordenadores da moradia com os demais residentes e os conflitos de papéis existentes (Everett & Loftus, 2011; Porter & Newman, 2016), o treinamento para primeiros socorros em relação ao uso de álcool e de outras drogas e à saúde mental (Thombs, Gonzalez, Osborn, Rossheim, & Suzuki, 2015) e para a resolução de conflitos por meio da justiça restaurativa (Miele & Hamrick, 2019).

Os estudos apresentados abordam diferentes problemas que permeiam as relações dentro das moradias, mas não colocam em relevo, de forma objetiva, as situações geradoras de conflitos. Nesse cenário, como exceção, destaca-se a pesquisa realizada por Wanie et al. (2017), que apresenta as situações conflituosas em uma moradia. Nesta pesquisa, os residentes relataram que a poluição sonora, proveniente de música alta e de gritos indiscriminados, era um problema sério, assim como a higiene, o saneamento, o roubo e a insegurança.

É importante frisar que as moradias universitárias estadunidenses não possuem uma concepção pragmática e assistencialista, tais como ocorrem nas moradias brasileiras, e geralmente são pagas pelos próprios estudantes (Lacerda, Yunes & Valentini, 2021; Sousa & Peixoto, 2020). Assim, considerando a situação dos estudantes desses dois países, percebe-se que eles possuem perfis socioeconômicos distintos, mas que, em ambos os casos, há a necessidade de promover a convivência saudável do estudante e o enriquecimento da sua trajetória acadêmica.

Quando se visa compreender como são as relações conflituosas nas moradias universitárias no contexto brasileiro, encontram-se, na produção acadêmica, alguns estudos acerca do tema. Por exemplo, Garrido e Mercuri (2013), com o propósito de analisar a produção científica brasileira que versa sobre moradias estudantis universitárias entre os anos de 2000 e

2009, encontraram 23 publicações, das quais apenas 30% eram voltados para o estudante, e as demais eram relacionadas à estrutura ou à assistência estudantil. Estudos mais recentes também se debruçaram sobre a temática, buscando compreender as experiências dos residentes e o papel da moradia na qualidade de vida, desenvolvimento e/ou permanência do estudante na universidade (Delabrida, 2014; Garrido, 2015; Schneider et al., 2017; Osse & Costa, 2011).

Em uma moradia universitária de Curitiba - PR, Berlatto e Sallas (2008) verificaram que as residentes percebiam o lugar em que viviam como um ambiente de encontros e desencontros, de desilusões e de surpresas. Elas visavam construir um ambiente familiar protegido e se empenhavam em construir um novo “lar”. Nesse processo, elas estabeleceram conflitos e laços de amizade e solidariedade (Berlatto & Sallas, 2008). Já Delabrida (2014), ao verificar se residentes de 15 moradias universitárias – locais não especificados pela autora – se viam ou não pertencentes ao grupo, constatou que a maioria não percebia a residência como sua casa ou lar e que o principal problema era não ter ajuda dos demais residentes na organização da casa e o não cumprimento das regras combinadas. Ademais, a maioria dos moradores afirmou que os conflitos ocorridos nas moradias não eram resolvidos.

Em uma pesquisa ação realizada na região Sul do Brasil, foi identificado que grande parte dos conflitos vivenciados por estudantes residentes em uma moradia universitária se referiam a problemas institucionais, como falta de acolhimento, problemas relacionais, como preconceito e exclusão social, e uso abusivo de álcool. Foi constatado ainda que havia falta de clareza em relação às regras/regimento existentes na moradia (Schneider et al., 2017).

Conforme Sousa e Sousa (2009), os residentes de moradias estudantis localizadas em Goiás indicaram que a experiência de ser morador é vivida com sofrimento e sacrifício. Os conflitos/enfrentamentos ocorriam em questões básicas do dia a dia, como higiene, alimentação, espaço e posse. Quanto à privacidade, 80% dos participantes consideravam que a moradia interferia nesse aspecto, já que três ou mais residentes dividiam o mesmo espaço nos

quartos. Os autores constataram também que viver nesse ambiente tornava-se um aprendizado por meio da adversidade/diversidade, pois adversidade pode ser sofrimento, exclusão, humilhação, e diversidade significa enfrentar um ‘outro’ tão diferente que pode ser assustador (Sousa & Sousa, 2009).

Convém destacar o estudo realizado por Laranjo e Soares (2006), em uma moradia estudantil universitária localizada em São Paulo, que investigou, de forma direta, as situações desencadeadoras de conflitos entre estudantes residentes. As pesquisadoras verificaram que os participantes se mostraram decepcionados com a convivência nesse ambiente devido ao individualismo e à falta de espírito coletivo. Eles revelaram que existiam regras que não eram cumpridas e que havia um excesso de liberdade e falta de autoridade, concluindo que essa liberdade favorecia o desrespeito ao espaço público. Muitos foram os problemas apontados pelos residentes, principalmente os ingressantes, como falta de energia e de água, omissão em relação ao tráfico de drogas e falta de atividades de lazer. Laranjo e Soares (2006) concluíram que, ao mesmo tempo em que estudantes residentes mencionavam diferentes problemas na residência estudantil, reconheciam a importância da moradia para que pudessem concluir seus cursos universitários, porquanto eram alunos pobres e que moravam longe da Instituição.

Zalaf e Fonseca (2009) verificaram que residir em um conjunto da Universidade de São Paulo (CRUSP) apareceu como um dos elementos favorecedores do uso problemático de álcool e outras drogas. As autoras consideraram que a liberdade e o acesso fácil a esses produtos também facilitavam o consumo dessas substâncias e que os estudantes expressavam, de forma insistente, que precisavam fugir da realidade e usar drogas para suportar as condições desfavoráveis da vida. Os jovens universitários residentes de uma moradia estudantil da Universidade de Brasília (UnB) pesquisados por Osse e Costa (2011) apresentaram sentimentos de ansiedade superiores aos da população geral e de universitários não residentes. Os participantes, em sua maioria, demonstraram sintomas de depressão e indicadores negativos em

relação a pedir ou aceitar ajuda, pois acreditavam que ninguém os poderia entender, levando a identificação de pródromos. Assim, como no estudo de Zalaf e Fonseca (2009), Osse e Costa (2011) atribuíram as consequências negativas de viver em uma moradia às dificuldades de convívio social no ambiente e aos recursos precários para enfrentá-las e concluíram que era necessária uma maior atenção psicossocial, já que os residentes vivenciavam dificuldades de diferentes ordens.

Garrido (2015) identificou, em duas universidades públicas baianas, que viver em moradias causava mudanças no indivíduo, principalmente em seus domínios sociais e acadêmicos. A autora alegou que, se, de um lado, as moradias contribuíam no sentido de enriquecer a vivência acadêmica de seus residentes, de outro, serviam como entrave para sua formação. As mudanças negativas nos domínios pessoal e social foram atribuídas, principalmente, ao barulho, à falta de privacidade, à concentração de um número elevado de pessoas por quarto ou por moradia, ao estigma de ser morador e à distância da família.

Com base nas pesquisas apresentadas, entende-se que a maioria focou mais nas consequências geradas por viver de forma conflituosa em moradias – como problemas relativos ao consumo de álcool e de outras drogas, à ansiedade, à depressão, ao desamparo, ao isolamento – do que na identificação do conflito. Essas pesquisas são relevantes por mostrarem que residir em moradias estudantis causa um impacto na vida dos estudantes, porém, é necessário um olhar mais minucioso voltado para a identificação dos conflitos nesses ambientes de socialização afim de compreendê-los e poder contribuir para a sua resolução. Além disso, constata-se que os estudos no campo da Psicologia, desenvolvidos em moradias universitárias brasileiras, foram realizados, nos últimos anos, sobretudo, nas regiões Sul e Sudeste do país.

Com base nessas constatações o objetivo deste estudo foi investigar as principais queixas sobre possíveis situações desencadeadoras de conflitos em estudantes universitários

residentes em uma moradia estudantil. Além disso, buscou-se conhecer a percepção dos estudantes acerca da moradia e se resolvem seus conflitos.

1.1 Método

1.1.1 Delineamento

Pesquisa de cunho qualitativo e de natureza exploratória.

1.1.2 Participantes

Participaram da pesquisa 60 estudantes de graduação de uma universidade pública paraibana, distribuídos igualmente em relação ao sexo e que estavam há seis meses, no mínimo, residindo na moradia estudantil dessa instituição. Os participantes, cujas idades variaram de 18 a 37 anos ($M=23,74$, $DP=4,40$), estavam matriculados em cursos das áreas de Humanas (46,3%), Exatas (29,6%) e Saúde (24,1%). A média da distância da moradia para suas cidades de procedência foi de 335 km. A amostra foi não probabilística e por conveniência.

A moradia universitária abriga estudantes do gênero masculino e feminino, possui capacidade para alojar 374 estudantes e cada quarto pode ser ocupado por dois estudantes do mesmo gênero. Com exceção do quarto e do banheiro, os demais ambientes da moradia são coletivos, tais como a cozinha, a lavanderia, salas de estudo, de televisão e de informática, e a área de vivência.

1.1.3 Instrumentos

Foi elaborado um roteiro de entrevista semiestruturado com questões sociodemográficas (*Apêndice C*) e questões abertas (*Apêndice D*) que buscavam verificar: se os estudantes compreendiam a moradia estudantil como um lar e se consideravam os demais como seus amigos (Você percebe a residência universitária como um lar? Por que? Os residentes da moradia são seus amigos? Por que?); as queixas sobre as possíveis situações desencadeadoras de conflitos (Quais as queixas/conflitos que vocês vivenciam na moradia universitária?); e as

possibilidades de os estudantes resolverem seus conflitos dentro da moradia (Você considera que os conflitos da moradia são resolvidos?).

1.1.4 *Procedimentos*

Foram seguidas todas as recomendações da Resolução 510/16 do CNS/MS referentes aos aspectos éticos para pesquisas com seres humanos. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFPB (*Anexo A*), sob o número CAAE: 86944418.2.0000.5188, e, após a aprovação, os estudantes foram informados, por meio de uma Assembleia Estudantil, a respeito do estudo e solicitados a colaborar com a pesquisa.

Posteriormente, os participantes que se voluntariaram, assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (*Apêndice A*). As entrevistas foram realizadas individualmente, nas dependências da moradia estudantil, e duraram, em média, 30 minutos. Elas foram gravadas com autorização dos participantes, transcritas na íntegra e, posteriormente, as respostas foram categorizadas com base na análise de conteúdo semântico de Bardin (2011). Três juízes, separadamente, elaboraram uma lista de categorias. Depois que eles compararam as listas, foram consideradas as categorias que obtiveram a concordância de, no mínimo, 2/3 dos juízes. Na análise dos dados, foi utilizado o Teste Qui-quadrado (χ^2) para uma única amostra e para duas amostras independentes.

1.2 Resultados

Inicialmente, ao analisar as respostas às questões: “Você percebe a residência universitária como um lar? Por quê?”, os resultados indicaram que 68,33% dos residentes disseram que sim. Quanto aos motivos pelos quais a consideravam como um lar, os participantes responderam que era porque passavam mais tempo na moradia do que em casa ou porque vivenciavam experiências importantes no ambiente.

“É o meu lar porque eu passo mais tempo aqui do que na minha casa” (part.14).

“É o ápice da sua juventude, você está dos dezoito aos vinte e três, no meu caso. Você viveu muita coisa aqui, você cresceu aqui dentro, você conheceu pessoas que você vai levar pra vida, experiências que nunca vão sair de você. É sim um lar” (part.12).

Quando perguntados sobre se consideravam que os residentes da moradia eram seus amigos e por que, 56,67% dos participantes disseram que não. Dos 43,33% que afirmaram que sim, a metade declarou que poucos poderiam ser considerados como tal. Sobre o fato de não considerar os demais residentes amigos, alguns participantes relataram a ausência de empatia e de reciprocidade, pouca interação e isolamento dos moradores.

“Eu vejo que muitas vezes é como se eu enxugasse uma pedra de gelo. Eu vou, faço, faço, pratico aquilo, mas não tenho aquele sentimento de volta, de reciprocidade. Isso, muitas vezes, me machuca, me magoa” (part.39).

“Muitos nem sequer olham na cara do outro... Acho que a falta de empatia nessa diversidade é algo crônico. Há harmonia, por uma questão de respeito, há uma solidariedade dentro dos grupos, mas entre os grupos há uma tensão enorme” (part.48).

Com o objetivo de compreender as principais queixas sobre as situações desencadeadoras de conflitos, perguntou-se aos participantes quais as queixas ou os incômodos que sentiam na moradia universitária. É importante frisar que as categorias obtidas por meio da análise de conteúdo não foram excludentes, logo, a resposta de um participante pôde ser incluída em diferentes categorias. Com as respostas obtidas, foi possível construir três categorias: **Queixas sobre os próprios residentes; Queixas sobre a Instituição e Queixas sobre a transgressão da lei.** As frequências de respostas relativas às três grandes categorias foram agrupadas, como demonstrado na Tabela 1. Ao totalizar as frequências das categorias, foi identificada uma média de 3,6 queixas por participante.

Tabela 1

Frequências e percentuais de respostas às categorias apresentadas pelos residentes em relação às queixas na moradia (N=60)

Categorias	F	%
Queixas sobre a convivência com residentes	109	50,70
Queixas sobre a Instituição	57	26,51
Queixas sobre a transgressão da lei	49	22,79
Total	215	100,00

Nota. $\chi^2(2) = 29,61$; $p < 0,001$

As categorias apresentadas na Tabela 1 foram submetidas a uma análise por meio do teste estatístico *Qui-quadrado* para uma única amostra. O resultado apontou uma diferença significativa entre as frequências de respostas [$\chi^2(2) = 29,61$; $p < 0,001$] indicando que a categoria **Queixas sobre a convivência com residentes** foi a mais elevada. As mesmas categorias foram submetidas ao teste do *Qui-quadrado* para duas amostras independentes, a fim de verificar se havia diferença significativa entre as frequências de queixas em função do sexo dos participantes e do tempo de moradia, mas os resultados não indicaram diferenças significativas nestas duas análises estatísticas.

Além da elaboração das três grandes categorias relativas às queixas dos estudantes, apresentadas na Tabela 1, constatou-se que cada uma dessas categorias era constituída por várias subcategorias, conforme frequências e percentuais de respostas apresentadas nas Tabelas 2, 3 e 4.

A categoria **Queixas sobre a convivência com residentes** foi dividida em oito subcategorias e os exemplos de relatos referentes a elas são:

Barulho: “O pessoal é muito barulhento. Coloca música alta e deixa a porta aberta para o corredor inteiro... Aí para estudar é bem complicado” (Part.59).

Falta de higiene/limpeza: “O pessoal tem uma faltazinha de educação meio grave de jogar lixo da janela... utiliza a pia e deixa tudo sujo... O pessoal não percebe que o outro vai usar depois” (part.55).

Desentendimento/fofoca: “Eu nem sabia que existiam acordos. É isso que eu quero afirmar, que eu não sei se tem acordo. Tem ameaças, tem xingamentos, tem essas coisas” (part.40).

Diversidade de ideias/valores: “Questão de ideologia, religião, esse tipo de coisa serve pra unir, mas também serve pra separar. Há muito disso aqui, de segregação” (Part.51).

Injustiça na distribuição de alimentos: “Aí chega lá e pega cinco, seis, sete pães, tem gente que pega uma bacia de pães, aí você chega lá para comer e não tem mais comida” (Part.55).

Drogas lícitas: “Aí tem gente que fuma no corredor, incensa os quartos de cigarro” (part.18).

Falta de mobilização estudantil: “Quando eu entrei, como eu já falei, tinha mais motivação dos residentes pra lutar pela casa, hoje não tem” (Part.06).

Isolamento: “Fica todo mundo mais no seu mundinho e só se veem na hora do lanche, mas não se falam... geralmente é isso, as pessoas são muito isoladas, fechadas” (Part.27).

Tabela 2

Frequências e percentuais de respostas às subcategorias apresentadas pelos residentes em relação às queixas referentes à convivência com os residentes (N=60)

Queixas	Subcategorias	F	%
Convivência com residentes	Barulho	36	33,03
	Falta de higiene/Limpeza	15	13,76
	Desentendimento/Fofoca	13	11,93
	Diversidade de ideias/Valores	12	11,01
	Injustiça na distribuição de alimentos	12	11,01
	Drogas lícitas	9	8,26
	Falta de mobilização estudantil	6	5,50
	Isolamento	6	5,50
Total		109	100,00

$\chi^2(7) = 47,42; p < 0,001$

Ao analisar as frequências de respostas das subcategorias relativas às **Queixas sobre a convivência com os residentes**, por meio do *Qui-quadrado*, foi verificada uma diferença significativa entre elas [$\chi^2(7) = 47,42$; $p < 0,001$] e a subcategoria **Barulho** se destacou das demais.

No tocante à categoria **Queixas sobre a Instituição**, são apresentados os exemplos de relatos das cinco subcategorias pertencentes a esse grupo:

Falta de atividade/espço de socialização: “Aqui na residência a gente necessita de mais áreas de lazer. Atualmente a gente está sem nenhuma” (Part.57).

Estrutura precária: “Falta infraestrutura, falta espaço aqui na residência. Como você observa, as obras estão inconclusas” (Part.48).

Negligência: “A gente procurou a coordenação. Ela não tomou posicionamento” (Part.37).

Falta de segurança/medo: “Se alguém quiser entrar aqui às três horas da manhã e bater na minha porta, arromba e ninguém faz nada porque não tem segurança, não tem nada” (part.38).

Alimento estragado ou insuficiente: “Principalmente na questão da alimentação... tanto a qualidade como a quantidade, que vem reduzindo” (Part.59).

Tabela 3

Frequências e percentuais de respostas às subcategorias apresentadas pelos residentes em relação às queixas referentes à Instituição (N=60)

Queixas	Subcategorias	F	%
Referentes à instituição	Falta de atividade/espço de socialização	14	24,56
	Estrutura precária	13	22,81
	Negligência	12	21,05
	Falta de segurança/medo	12	21,05
	Alimento estragado ou insuficiente	6	10,53
Total		57	100,00

$\chi^2(4) = 3,44$; $p > 0,05$

Quanto às **Queixas sobre a Transgressão da lei**, as quatro subcategorias que compõem essa categoria estão apresentadas nos exemplos abaixo.

Drogas ilícitas: “Tinham muitas pessoas drogadas. É muito o uso de drogas” (part.01).

Roubo/furto: “Roubou o ventilador, roubou as roupas que estavam estendidas no varal, já aconteceu de roubarem o almoço dos servidores, roubaram a geladeira” (Part.21).

Vandalismo: “Teve caso de quebrar os bebedouros. Algumas máquinas que ouvi falar que tinham antes aqui, antes de eu chegar, na cozinha. Quebrar cabos de TV” (Part.01).

Invasão na moradia: “São hóspedes que não tem residente responsável por eles, que chegam aqui do nada... A gente fica refém. Por exemplo, o quarto ao lado está invadido” (Part.03).

Tabela 4

Frequências e percentuais de respostas às subcategorias apresentadas pelos residentes em relação às queixas referentes à Transgressão da lei (N=60)

Queixas	Subcategorias	F	%
Referentes à transgressão da lei	Drogas ilícitas	17	34,69
	Roubo/Furto	16	32,66
	Vandalismo	10	20,41
	Invasão na moradia	06	12,24
Total		49	100,00

$$\chi^2(3) = 6,59; p > 0,05$$

Não foram observadas diferenças significativas entre as frequências de respostas para as suas subcategorias: **Queixas sobre a Instituição** [$\chi^2(4) = 3,44; p > 0,05$] e **Queixas sobre a transgressão da lei** [$\chi^2(3) = 6,59; p > 0,05$]. Isso indica que as queixas dos participantes sobre a instituição e transgressão da lei se distribuem de forma proporcional entre elas.

Quando perguntado aos residentes se consideravam que os conflitos entre eles eram resolvidos, cinco participantes não souberam informar. Dos 55 que responderam, foi possível elaborar as seguintes categorias: **Ocorre a resolução de conflitos** (29%) e **Não ocorre a resolução de conflitos** (71%). Na primeira, foram agrupadas as respostas em que os

participantes afirmavam que os conflitos eram resolvidos, e as relações entre os moradores eram restauradas. Eles disseram, por exemplo: “Eu relatei a questão, falei com a coordenação e a gente fez uma reunião com a COAPE” (part.10).

“Tudo que eu vou fazer eu penso no outro. Eu sempre me coloco no lugar do outro e talvez isso seja um ponto positivo. Quando eu vou fazer algo, primeiro eu penso se vou prejudicar ela (companheira do quarto), depois os vizinhos, depois a residência” (part.15).

Na segunda categoria, foram agrupadas as respostas em que os participantes informavam que os residentes não tentavam resolver os conflitos e restaurar a relação entre eles ou que, embora houvesse a tentativa, nem sempre ocorria. Seguem dois exemplos: “Sobreviva. Não tem muito acordo não. Eu já saí no corredor com um cabo de vassoura para bater em alguém, porque eu não aguentava mais ele gritando no corredor todo dia” (part.18). “É porque eu mesmo, eu não tenho coragem de falar, mas, tipo, pode chegar num nível que eu perca o limite e fale. Aí não sei como vai ser minha reação” (part.46).

1.3 Discussão

Este estudo verificou que a maioria dos residentes considera a moradia estudantil como um lar e esse resultado se contrapõe ao que foi verificado por Delabrida (2014). Ao afirmar que a moradia é seu lar, os residentes explanaram acerca dos anos de convivência, da distância da família, da importância do ambiente para a realização acadêmica e as experiências construídas durante esse período. Segundo Sousa e Sousa (2010), essas experiências podem ser marcadas por sofrimentos e sacrifícios.

Os residentes reconheceram que a moradia universitária apresenta possibilidades para o desenvolvimento acadêmico, social e emocional e, além disso, assim como foi encontrado nos estudos de Berlatto e Sallas (2008) e Lacerda, Yunes e Valentini, (2021), os participantes demonstraram vontade de mudar a realidade vivida e de construir um novo lar, com mais

cooperação, respeito, relações mais justas e empáticas. Nesse sentido, as queixas e os descontentamentos apresentados são oriundos também desse desejo de melhorias de qualidade de vida, de apoio para a permanência na universidade, de esperança de que algo mude.

Como se sentem isolados, sem interagir como desejam e com tantos descontentamentos, os estudantes demonstraram insatisfação nas relações interpessoais. Eles não percebem os demais residentes como seus amigos e apontam a falta de reciprocidade e as mágoas adquiridas no ambiente como responsáveis por esse distanciamento entre eles. Assim, mesmo sendo estudantes com o mesmo perfil socioeconômico e com o mesmo objetivo educacional, possivelmente existem outras características sociais que favorecem a percepção deles como diferentes, e dificultam a interação e a construção de laços afetivos nesse ambiente.

Constatou-se que algumas queixas que foram classificadas em subcategorias neste estudo também foram identificadas por outros autores: Barulho (Garrido, 2015; Wanie, et al., 2017), Falta de higiene (Sousa & Sousa, 2009; Wanie et al., 2017), Isolamento, Vandalismo e Negligência da instituição (Laranjo & Soares, 2006; Schneider et al., 2017), Consumo de drogas (Laranjo & Soares, 2006; Schneider et al., 2017; Thombs et al., 2015; Zalaf & Fonseca, 2009), Falta de atividade/espço de socialização (Al Kandari, 2007; Laranjo & Soares, 2006), Roubo/furto e Insegurança (Sousa & Sousa, 2009; Wanie, et al., 2017). As queixas classificadas como Desentendimentos/fofocas, Falta de mobilização estudantil, Estrutura precária, Negligência, Invasão de moradias foram identificadas como particulares do contexto em que os respondentes residiam e isso levantou a seguinte questão: será que determinados conflitos só fazem parte do contexto da moradia estudada neste artigo ou também estão presentes nas demais moradias, mas não foram identificados nas pesquisas apresentadas neste estudo? Diferentemente do que encontrou Al Kandari (2007) e Laranjo e Soares (2006), as queixas dos estudantes não mudaram em função do sexo ou do tempo na moradia.

Ao verificar as queixas e os desentendimentos vivenciados por esses estudantes, foi possível compreender sua realidade de forma mais ampla, observando as dificuldades que eles vivenciam em diversas vertentes. Entretanto, apesar de se constatar uma variedade de problemas dentro da moradia, o que mais chama à atenção nos resultados é que a maioria dos relatos dos residentes se concentra em **Queixas sobre a convivência com os residentes**. Percebe-se que as divergências no convívio são consideradas pelos moradores como de grande relevância e que o campo da Psicologia, neste aspecto, tem suficiente aporte teórico e prático para amenizar os sofrimentos causados por conflitos dessa ordem.

No que diz respeito às **Queixas sobre a Instituição**, as mesmas puderam ser interpretadas como referentes a conflitos intergrupais. Na visão dos residentes, há um distanciamento dos setores e dos servidores responsáveis pela assistência estudantil. Eles demonstram uma visão clara sobre *eles* e *nós* quando mencionam a situação de negligência, a insegurança, a estrutura, o espaço e as atividades de socialização. Portanto, esses jovens sentem-se desamparados em seus novos lares.

Quanto às **Queixas sobre transgressão da lei**, considera-se que elas têm relação com a categoria **Queixas sobre a Instituição** porque alguns estudantes relataram que, muitas vezes, a instituição não se preocupa em fiscalizar rigorosamente as transgressões, mesmo sabendo que esses problemas existem na moradia. Entretanto, ressalta-se que o tráfico de drogas, a criminalidade e a impunidade fazem parte dos noticiários e do dia a dia do brasileiro e que para a Instituição compreender melhor essa problemática na moradia e buscar soluções deve contar com uma equipe interdisciplinar na assistência estudantil que envolva, pelo menos, os campos da Psicologia, do Direito, do Serviço Social e da equipe de segurança da própria instituição. Vale colocar em relevo, neste momento, a compreensão de Doise (1980), ao defender a ideia de que os conflitos grupais devem ser estudados considerando-se diferentes níveis de análise e, nesta perspectiva, percebe-se que as áreas da Psicologia da Saúde, Comunitária e Social podem

oferecer diferentes reflexões e possibilidades de atuação para os conflitos vivenciados pelos estudantes.

É importante destacar que muitas das queixas voltadas para os próprios residentes e a transgressão da lei, apresentadas pelos estudantes, são consideradas infrações internas, de acordo com o Regimento da moradia em questão (Resolução n.10, 2002). O estudante tem o dever de atender às regras instituídas, conforme os artigos 16 e 17 do Regimento, como: respeitar o horário de silêncio estabelecido; não perturbar o bem-estar dos residentes e o desenvolvimento das atividades; não permitir nem contribuir para o acesso de estranhos ao interior da residência; não destruir, danificar ou subtrair qualquer bem de uso coletivo ou individual pertencente ao patrimônio público ou particular e não armazenar produtos que sejam proibidos por lei. Alguns participantes justificaram o não cumprimento das normas afirmando que o regimento é obsoleto e que o novo está em discussão e outros estudantes admitiram que desconheciam o conteúdo ou sequer sabiam que existia. A desinformação em relação às regras contribui para que as relações entre moradores sejam mais frágeis ou sem mediação de conflitos.

Verificou-se em outras pesquisas com residentes de moradias estudantis que as normas existiam e eram claras, no entanto, elas não eram cumpridas (Delabrida, 2014; Everett & Loftus, 2011; Laranjo & Soares, 2006; Porter & Newman, 2016; Sousa & Sousa, 2009; Wanie et al., 2017). Portanto, é necessário que os responsáveis pelas moradias elaborem um regimento com a participação dos atores envolvidos – os residentes e os profissionais que atuam na área – divulguem e ressaltem a importância das regras estabelecidas para o bem estar de todos.

O fato de os participantes perceberem que os conflitos não são resolvidos de forma adequada – resultado também encontrado no estudo de Delabrida (2014) – e de que a relação entre os residentes não é restaurada faz com que experimentem sentimentos de desamparo e solidão. As consequências desses sentimentos no ambiente da moradia estudantil já foram

constatadas em diversos estudos (Garrido, 2015; Johnson & Thompson, 2011; Osse & Costa, 2011; Sousa & Sousa, 2009; Taub et al., 2013; Thombs, et al., 2015; Zalaf & Fonseca, 2009).

A partir dos resultados encontrados, recomenda-se a implementação de políticas de gestão relacional que busquem promover o desenvolvimento de habilidades psicológicas que auxiliem nas estratégias assertivas de resolução de conflito. A implantação de políticas com objetivo dessa natureza, desde o ingresso do estudante na moradia estudantil, traria benefícios não apenas para o bem-estar do residente, mas também para o ambiente coletivo e a comunidade acadêmica.

1.4 Considerações finais

Um bom relacionamento humano é essencial para o desenvolvimento saudável de qualquer indivíduo, e o período de passagem pela universidade, principalmente em uma moradia universitária, é de grande importância, porquanto pode contribuir para que essa transformação pessoal ocorra de forma rica e satisfatória. Algumas queixas sobre relacionamentos apresentadas por residentes de moradias estudantis, como som alto, problema de limpeza na área comum, desentendimento ou difamação, podem ser percebidas como pouco ofensivas e aparentar não serem prejudiciais para o desenvolvimento, entretanto, elas foram relatadas com mais frequência, quando comparadas com outras queixas. Nota-se que, além dessas incivildades não serem raras, várias vezes constituem a raiz do problema e podem desencadear conflitos interpessoais ou intergrupais graves.

Nesta pesquisa, foram evidenciadas situações de conflito vividas por estudantes universitários do Nordeste brasileiro em situação de vulnerabilidade socioeconômica e constata-se, de modo geral que algumas dificuldades enfrentadas por eles não foram identificadas em estudos realizados em moradias estudantis de outras regiões brasileiras. O delineamento qualitativo desta pesquisa permitiu a captação de questões sutis de convivência

dos residentes, contribuindo assim para um maior conhecimento nesta área de estudo que, como foi mencionado, ainda foi pouco explorada.

Apesar da relevância deste estudo, seus resultados não podem ser generalizados para outros contextos, pois a coleta de dados foi realizada em uma única moradia estudantil universitária. Nesta pesquisa, analisaram-se os dados de forma descritiva e com cálculos não paramétricos, por se considerar essa metodologia adequada para os objetivos do estudo, mas, acredita-se que estudos com delineamento mais preditivo seriam interessantes, o que pode ser feito com o respaldo dos resultados do presente estudo. Sugere-se também a realização de estudos longitudinais que acompanhem o desenvolvimento social e acadêmico do estudante, suas queixas e suas estratégias de resolução de conflitos, durante toda a trajetória na moradia estudantil.

Garantir condições adequadas para que essa população tenha acesso a um ensino superior e de boa qualidade é uma condição fundamental nos dias atuais. Para isso, é necessário aprimorar as políticas públicas de assistência estudantil não só para evitar a retenção e a evasão de estudantes, como também para que eles permaneçam nas universidades em um ambiente construtivo e enriquecedor, que favoreça o seu desenvolvimento saudável. Neste sentido, entende-se que trabalhar com esse tema contribuiu para a identificação de divergências em estágios iniciais do conflito, que podem ser desencadeadoras de situações mais graves que envolvam violência e traumas, e que essa identificação pode favorecer uma compreensão dos conflitos e a elaboração de projetos de intervenção que visem ajudar os estudantes a encontrarem formas mais assertivas de conviver socialmente e de resolverem seus conflitos.

Escala de Estratégias de Resolução de Conflitos em Moradias Estudantis:

Evidências de sua adequação psicométrica

Resumo

O objetivo deste estudo foi de elaborar uma escala de Estratégias de Resolução de Conflitos em Moradias Estudantis (ERCME). Para isso, reuniram-se evidências de validade fatorial e consistência interna. Dois estudos foram realizados com uma população de estudantes residentes em moradias universitárias paraibanas. No Estudo 1, depois da construção da ERCME, o instrumento foi aplicado em 200 residentes, com média de idade de 23 anos ($DP = 4,20$). A análise exploratória possibilitou identificar uma estrutura trifatorial - *Estratégia Agressiva*, *Estratégia Assertiva* e *Estratégia Submissa* - com índice de consistência interna acima do ponto de corte. O Estudo 2 foi composto de uma nova amostra de 200 residentes, com média de idade de 23 anos ($DP = 3,04$). Por meio da análise fatorial confirmatória, constatou-se que a estrutura trifatorial representou a melhor alternativa, observando-se indicadores de ajuste meritórios [$\chi^2 (101) = 176,860$, $p < 0,001$, $\chi^2/gl=1,751$, CFI= 0,90, GFI = 0,90, TLI = 0,88 e RMSEA = 0,06 (IC90% = 0,04 – 0,07)]. Concluiu-se que a ERCME é um instrumento confiável e adequado para avaliar as estratégias de resolução de conflitos de estudantes residentes em moradias estudantis e pode ser usado em pesquisas sobre esse tema.

Palavras-chave: resolução de conflito; moradia estudantil; escala; validade; universitários.

Abstract

This study aimed to elaborate a Student Housing Conflict Resolution Strategies scale (ERCME), gathering evidence of factorial validity and internal consistency. Two studies were conducted with students residing in housings of public universities in Paraíba state. In Study 1, after the elaboration of the ERCME, the scale was applied in 200 residents, with an average age of 23 years ($SD=4,20$). The exploratory analysis revealed a three-factor structure: *Aggressive Strategy*, *Assertive Strategy* and *Submissive Strategy*, with an internal consistency indicator above recommended. Study 2 consisted of a new sample of 200 residents, with an average age of 23 years ($SD=3,04$). Through confirmatory factor analysis, it was observed that the three-factor structure represented the best alternative, observing meritorious adjustment indicators [$\chi^2 (101) = 176,860$, $p < 0,001$, $\chi^2/gl=1,751$, CFI= 0,90, GFI = 0,90, TLI = 0,88 e RMSEA = 0,06 (IC90% = 0,04 – 0,07)]. Thus, it was possibly to conclude that the ERCME is a reliable and adequate instrument to assess the conflict resolution strategies of students who live in student housing, enabling its use in research on this topic.

Keywords: conflict resolution; student housing; scale; validity; college student.

As moradias estudantis são percebidas por muitos jovens brasileiros como a melhor solução para o fato de não ter renda suficiente para arcar com as despesas de uma residência na cidade em que cursarão a graduação. Essa alternativa é oferecida pelo governo, por meio do Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES (*Decreto n.7.234, 2010*), a Instituições Federais de Ensino Superior – IFES, que são públicas e gratuitas. Entretanto, embora seja clara a importância dessa ação social para promover a igualdade de oportunidades e melhorar o desempenho acadêmico, as moradias estudantis não são suficientes para alojar todos os estudantes que necessitam dessa assistência, e muitas não têm estrutura e apoio social adequados para uma boa qualidade de vida (Delabrida, 2014; Garrido, 2015).

Além da escassez de vagas e da falta de estrutura, os estudantes residentes, população formada primordialmente por jovens, enfrentam uma difícil missão neste novo contexto social: dividir o mesmo ambiente com outros estudantes com culturas, valores e hábitos divergentes, o que gera conflitos nesse novo lar. Pode-se compreender o conflito, de um modo geral, como uma situação de interação social em que ocorre o choque entre forças opostas que, muitas vezes, causam desacordo e frustração (Nery, 2010). O conflito é importante para o desenvolvimento do indivíduo, porquanto lhe possibilita compreender a si mesmo e lhe dá informações salutares sobre fronteiras sociais. No entanto, quando ele ocorre de maneira recorrente e/ou com intensidade, e sem uma resolução assertiva, pode trazer implicações negativas para a formação do indivíduo.

Estudos internacionais discorreram sobre: 1) os tipos de conflito gerados nas moradias universitárias, que podem ser intrapessoais, interpessoais e intergrupais (Wanie et al., 2017); 2) os motivos dos conflitos, que podem ser referentes à discriminação racial (Johnson, Kang & Thompson, 2011), às discordâncias entre os coordenadores da moradia com os demais residentes e aos conflitos de papéis existentes (Everett & Loftus, 2011; Porter & Newman, 2016); 3) as consequências geradas por esses conflitos, como o uso excessivo de álcool e de

outras drogas (Thombs et al., 2015), o isolamento, (Shekhawat et al., 2016) e o suicídio (Taub et al., 2013).

No Brasil, na última década, também foram encontrados estudos que abordavam os conflitos existentes nas moradias (Delabrida, 2014; Garrido, 2015) e as consequências negativas geradas pelo fato de o estudante ser residente, tais como: uso problemático de álcool e outras drogas (Schneider et al., 2017), sentimento de ansiedade superior ao da população geral, sintomas de depressão e indicadores negativos em relação a pedir ou aceitar ajuda (Osse & Costa, 2011), sofrimento, exclusão e humilhação (Schneider et al., 2017; Sousa & Peixoto, 2020) e mudanças negativas nos domínios pessoal e social (Garrido, 2015). Apenas o estudo de Schneider et al. (2017) relatava a experiência de uma intervenção focada no desenvolvimento de ações para a promoção da saúde numa moradia estudantil brasileira.

Segundo Nery (2010), a maneira como os conflitos são resolvidos pode determinar se eles são funcionais ou disfuncionais e na literatura são encontradas algumas formas de resolver conflitos propostas por diversos autores, por meio de estudos empíricos, e instrumentos para identificar e mensurar essas tipologias para diferentes contextos e grupos sociais.

Vuchinich (1990) especificou cinco formas distintas de resolução de conflitos: 1) *Submissão*: ocorre quando uma das partes cede às exigências do outro envolvido no conflito; 2) *Intervenção de terceiros*: descreve a participação de terceiros para buscar a solução do conflito; 3) *Impasse*: envolve uma mudança no tema ou no foco de atividade de modo que a tentativa de resolução seja abandonada; 4) *Retirada*: ocorre quando uma das partes se recusa a continuar e abandona a situação conflituosa; 5) *Compromisso*: reflete concessões de ambas as partes, alcançadas por negociação. Esta última é considerada a forma mais adequada porque proporciona um desenvolvimento equilibrado e saudável ao indivíduo e às relações sociais.

Kurdek (1994) distingue quatro estilos de resolução de conflitos: 1) *Envolvimento em conflitos*: compreende comportamentos abusivos, irritadiços, defensivos e perda de

autocontrole; 2) *Retirada*: refere-se a comportamentos de evitação do conflito pelo fato de ele atingir um nível de incômodo elevado; 3) *Conformidade*: consiste em aceitar a resolução do outro sem considerar e defender a própria posição; 4) *Resolução positiva de problemas*: busca entender a perspectiva do outro e utilizar táticas de raciocínio para resolver a situação. Neste último estilo, incluem-se as habilidades de negociação e compromisso pessoal.

Robert Deluty (1981) e Van Doorn, Branje e Meeus (2008), de forma mais concisa, consideram a existência de três formas de resolução de conflitos, denominadas por estes últimos de *Dominância*, *Negociação* e *Retirada* e, anteriormente por Deluty (1981), de *Agressiva*, *Assertiva* e *Submissa*. Percebe-se que as tipologias, de forma geral, foram norteadas com base nas três estratégias propostas por Deluty (1981): a) *Agressiva*: caracteriza-se pelo enfrentamento da situação de conflito apelando para formas de coerção, como violência ou desrespeito ao direito, à opinião e ao sentimento alheios; b) *Submissa*: envolve a consideração dos direitos e dos sentimentos dos outros, porém os próprios direitos e sentimentos são desconsiderados. Caracteriza-se pelo não enfrentamento de uma situação, por meio de fuga ou de esquivas; c) *Assertiva*: a situação de conflito é enfrentada, e os próprios direitos e opiniões são defendidos, porém, sem apelar para qualquer forma de coerção, como violência ou desrespeito ao direito e à opinião alheios. O comportamento assertivo também envolve a expressão de pensamentos e sentimentos positivos. É importante frisar que o termo *estratégia de resolução de conflito* é utilizado para indicar a reação comportamental predominante em uma pessoa diante de desacordos e de conflitos, o que não significa que outras estratégias não possam ser por ela utilizadas (Deluty, 1981; Van Doorn, Branje & Meeus, 2008; Kurdek, 1994; Vuchinich, 1990).

Na literatura internacional são encontrados instrumentos construídos para avaliar as estratégias de resolução de conflitos em crianças (Deluty, 1981), os estilos de resolução de conflitos em relacionamentos românticos/conjugais (Kurdek, 1994; Kerig, 1996) e as respostas

individuais para situações conflituosas que envolvam a família (Straus, 1979). Além desses, há o inventário que classifica os estilos de resolução de conflitos interculturais (Hammer, 2005), o instrumento que mede os estilos de mensagens de gestão de conflitos entre jovens e adolescentes no ambiente escolar, por meio de uma escala trifatorial que apresenta os estilos: adversário, colaborativo e evitação (Kimsey & Fuller, 2003), e o que avalia os comportamentos de resolução de conflitos interpessoais na população adulta, por meio de uma escala bifatorial que considera comportamentos conciliatórios (assertividade e submissão) e comportamentos agressivos (Taylor et al., 2019).

Algumas escalas mencionadas acima foram traduzidas e adaptadas para uso no Brasil, como a de Deluty (1981), que foi adaptada por Leme (2004); a de Kurdek (1994), que foi adaptada por Zanella et al., (2017); e a de Straus (1979), que foi adaptada por Moraes, Hasselmann e Reichenheim (2002). Entretanto, as escalas que avaliam as estratégias de resolução de conflitos entre jovens e adolescentes no ambiente escolar (Kimsey & Fuller, 2003) e as que avaliam essas estratégias na população adulta não foram adaptadas para o contexto nacional (Taylor et. al., 2019). Considera-se que esta última, se validada para o contexto brasileiro, poderia se adequar para a população do presente estudo. No entanto, a estrutura bifatorial não permite uma avaliação mais minuciosa das estratégias utilizadas para resolução de conflitos.

Assim, com exceção das escalas que medem as estratégias de resolução de conflitos em crianças e em relacionamentos conjugais, no Brasil, há uma carência de trabalhos publicados no sentido de medir as estratégias de resolução de conflitos, principalmente com grupos de jovens e, mais especificamente, no contexto da moradia estudantil.

Estimar as estratégias de resolução de conflitos utilizadas por estudantes residentes em moradias universitárias parece-nos um passo útil, porque os pesquisadores ou profissionais que prestam assistência visando ao bem-estar dessa população poderão planejar ações que auxiliem

os estudantes a utilizarem a assertividade em relações conflituosas vivenciadas por eles, tanto no nível interindividual quanto intergrupar, seja no âmbito da pesquisa ou no contexto de atendimento clínico. Foi nesse sentido que se propôs a elaboração da escala *Estratégias de Resolução de Conflitos em Moradias Estudantis* (ERCME), e a verificação de evidências sobre sua validade fatorial e consistência interna (Estudo 1), além de confirmação de sua estrutura por meio da análise fatorial confirmatória (Estudo 2).

2.1 Estudo 1: Construção e evidências psicométricas preliminares da escala *Estratégias de Resolução de Conflitos em Moradias Estudantis* (ERCME)

Este estudo versou sobre a construção e a avaliação das propriedades psicométricas de um instrumento voltado para mensurar as estratégias de resolução de conflitos em moradias universitárias.

2.1.1 Método

2.1.1.1 Elaboração da ERCME.

Para elaborar a escala, utilizaram-se como base os estudos realizados por Deluty (1981) acerca de estratégias de resolução de conflitos e entrevistas realizadas com 60 estudantes residentes, que visavam compreender os conflitos vivenciados por eles em uma moradia estudantil de uma universidade pública da Região Nordeste (*Artigo 1*). Das entrevistas, foram extraídas 12 situações conflituosas que os estudantes afirmaram vivenciar nas moradias estudantis, tais como barulho no horário de dormir, roubo ou furto, e vandalismo. Ao considerar as estratégias de resolução de conflitos – *Assertiva*, *Agressiva* e *Submissa* – foi possível construir 36 itens, em que cada situação é apresentada três vezes, seguida de uma forma de resolução de conflitos.

Em cada item foi pedido ao participante para julgar o quanto adotaria a estratégia apresentada para resolver situações conflituosas dentro da moradia estudantil (com os próprios moradores, com a coordenação da Residência ou com o setor responsável). Foram oferecidas cinco opções de respostas – que variavam de 1 (Nada) a 5 (Muitíssimo) – para que ele assinalasse apenas uma (*e.g.*, Item 1. *Se eu acordasse de madrugada, com o som alto do quarto vizinho, tentaria conversar, compreender o porquê e negociar*; Item 2. *Se o meu vizinho colocasse lixo na frente da porta do meu quarto, eu não discutiria e tentaria aceitar a situação*). A escala tipo *Likert* foi disponibilizada para os participantes em versão ‘lápiz e papel’. As sentenças foram redigidas segundo as definições operacionais citadas e foram adotados os critérios de simplicidade, clareza, variedade e credibilidade (Pasquali, 2010).

2.1.1.2 Evidências de validade da ERCME baseadas em conteúdo

Os 36 itens redigidos foram submetidos à apreciação de juízes, peritos da área de Psicologia Social e Psicometria (três mestres e dois doutores), que analisaram, um a um, utilizando os critérios de "adequação do item ao construto", "relevância do item ao construto" e "clareza na redação do item". Os juízes analisaram os itens a partir da definição constitutiva apresentada. Os critérios foram avaliados em escala variando de 0 (*Nada*) a 10 (*Totalmente*), e o cálculo do coeficiente de validade de conteúdo considerou o número de juízes e sua média de respostas. Esse coeficiente pode se referir a cada item ou ao conjunto de itens. Como ponte de corte, adotou-se o valor de 0,70 como indicativo de adequação do item (Cassepp-Borges et al., 2010). Todos os 36 itens apresentaram evidências de validade baseadas em conteúdo. Obteve-se coeficiente de validade de conteúdo acima de 0,90, portanto, atendeu aos critérios estabelecidos.

2.1.1.3 Avaliação Semântica dos Itens da ERCME

Segundo Pasquali (2010), a análise semântica tem como objetivo verificar se os itens são compreensíveis para todos os membros da população à qual o instrumento se destina. Nesse

sentido, para a análise semântica da escala, contou-se com a colaboração de doze estudantes residentes em duas moradias universitárias – seis do primeiro período e seis concluintes do Curso de Graduação, distribuídos igualmente entre homens e mulheres. Os residentes foram entrevistados, individualmente, na própria moradia estudantil e, nesse momento, buscou-se verificar se os itens eram inteligíveis para o estrato mais baixo da amostra. Cada participante foi solicitado a ler os 36 itens e explicar com suas palavras o que havia entendido sobre cada um deles. Quando um participante não entendia um item, o pesquisador solicitava que ele indicasse que palavra ou expressão ele não havia entendido. Concluído esse processo, foram realizadas alterações na linguagem, de forma a torná-la mais compreensível para os estudantes residentes e, destarte, iniciar a segunda etapa do primeiro do estudo.

2.1.1.4 Participantes

Contou-se com a participação de 200 estudantes de graduação que residiam em moradias universitárias localizadas em João Pessoa, Bananeiras, Areia e Rio Tinto, vinculadas a uma Instituição Federal de Ensino Superior da Paraíba (IFES). Os estudantes tinham idades que variavam entre 18 e 35 anos ($M=23,39$; $DP=4,20$), a maioria deles era do sexo masculino (54%), e cursavam as três áreas de ensino: Saúde (45,7%), Humanas (36,7%) e Exatas (17,6%). Para a participação da pesquisa, foi adotado como critério uma experiência mínima de seis meses na moradia.

2.1.1.5 Instrumentos

Os participantes responderam a um questionário contendo perguntas de natureza sociodemográfica (idade, sexo, religião, área do curso, tempo na residência, campus), dispostas no final da Tese (*Apêndice C*), e a escala ERCME (*Apêndice E*).

2.1.1.6 Procedimentos e aspectos éticos

O projeto foi submetido ao Comitê de Ética da Plataforma Brasil (CCAE nº 86944418.2.0000.5188), e depois de aprovado (*Anexo A*) e cumprindo os aspectos éticos em

pesquisa com seres humanos (Resolução CNS/MS nº 510/16), os participantes foram informados, por meio de assembleias estudantis, do estudo que seria realizado em suas moradias e solicitados a colaborar com a pesquisa. Os dados foram coletados depois do consentimento e da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido –TCLE (*Apêndice A*). A participação foi individual e todos foram informados acerca do caráter voluntário e de que o anonimato e o sigilo seriam garantidos. Em média, 20 minutos foram suficientes para concluir a participação.

2.1.1.7 *Análise dos dados*

Os dados obtidos foram registrados em um banco de dados por meio do *software* PASW (versão 25.0) e analisados a partir do *software* R 3.6.3 (*R Core Team*, 2020) utilizando os pacotes Corpcor (Schäfer et. al, 2017) para calcular os parâmetros de fatorabilidade da amostra (KMO e Teste de Esfericidade de Bartlett) e *nFactors* (Raiche & Magis, 2020) para executar a Análise Fatorial Exploratória (AFE). O método utilizado para a extração de fatores foi a fatoração pelos eixos principais. Por fim, foram utilizados os coeficientes Ômega de McDonald e Alfa de Cronbach para avaliar a consistência interna do instrumento, adotando o ponto de corte de $> 0,70$ (Ventura-León e Caycho-Rodríguez, 2017).

2.1.2 Resultados

Previamente aos procedimentos exploratórios de avaliação da estrutura interna do instrumento, foi verificado se os itens eram passíveis de fatoração, o que foi comprovado [KMO (Kaiser-Meyer-Olkin) = 0,75 e o Teste Esfericidade Bartlett $\chi^2(35) = 50,842$, $p < 0,05$]. Para realizar a AFE, primeiramente foi averiguada a estrutura fatorial da escala sem estabelecer o número de fatores e o tipo de rotação, optando por empregar critérios clássicos de Kaiser e de Cattell, o critério de Horn e o critério do pesquisador, considerando a base teórica proposta no presente estudo (Deluty, 1981).

De acordo com o critério de Kaiser, foram identificados dez fatores com valores próprios iguais ou superiores a 1 (5,48, 4,20, 3,53, 2,04, 1,73, 1,52, 1,33, 1,21, 1,18, 1,01), indicando dez dimensões, que explicaram 64,98% da variância total. Em contrapartida, quando efetuada a análise paralela, considerando 1.000 simulações da estrutura do banco de dados (200 participantes e 36 itens), foi obtida uma solução fatorial com seis dimensões. Na distribuição gráfica dos valores próprios – critério de Cattell – foi possível detectar quatro fatores ao observar o ponto em que a inclinação do gráfico mudava mais abruptamente. Ao considerar o método Acceleration Factor (Ruscio & Roche, 2012), foram identificados três fatores. A distribuição gráfica (*scree plot*) desses valores é apresentada na Figura 1.

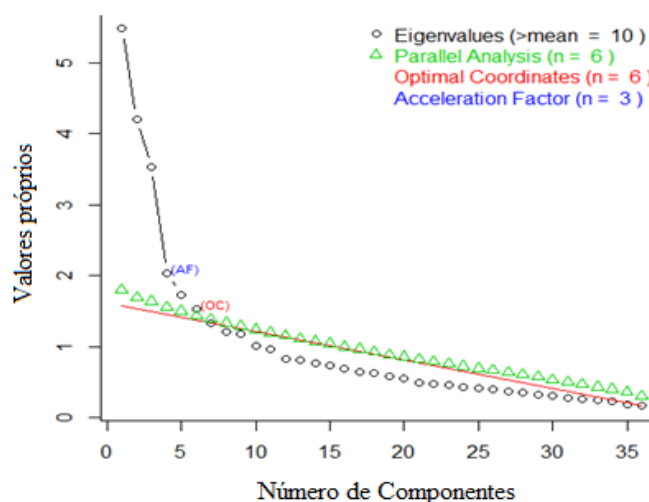


Figura 1. Distribuição gráfica dos valores próprios

Com a finalidade de testar uma estrutura mais parcimoniosa e que corroborasse a literatura utilizada para a construção da escala, optou-se por extrair três componentes, considerando-se, assim, método Acceleration Factor e o critério do pesquisador. Ao realizar a nova análise com a extração de três fatores e a rotação *varimax*, definiu-se que, para o item pertencer ao componente, ele deveria apresentar carga fatorial mínima de $|0,40|$, considerando o ponto de corte sugerido pela literatura (Hair et al., 2009). Partindo do princípio da parcimônia (Pasquali, 2012), objetivou-se contar com um instrumento conciso, fácil e rápido de aplicar,

para fins de pesquisa. Assim, optou-se por incluir em cada fator os seis itens que apresentaram maiores cargas fatoriais, e se obteve um total de dezoito itens. A Tabela 1 sumariza as cargas fatoriais dos itens obtidas para cada fator.

Tabela 1. Estrutura fatorial da escala Estratégias de Resolução de Conflitos em Moradias Estudantis

Itens	I Estratégia Agressiva	II Estratégia Assertiva	III Estratégia Submissa
12-Se o meu vizinho colocasse lixo na frente da porta do meu quarto, eu me posicionaria, ficaria irritad@ e poderia perder o autocontrole.	0,76	-	-
14-Se um morador quebrasse o bebedouro, eu me posicionaria, ficaria irritad@ e poderia perder o autocontrole.	0,68	-	-
36-Se eu percebesse que não estavam dando as condições necessárias para me sentir segur@ dentro da moradia, eu me posicionaria, ficaria irritad@ e poderia perder o autocontrole.	0,66	-	-
10-Se a coordenação da moradia ou o setor responsável pelo apoio institucional ao estudante não desse a atenção devida aos problemas da Moradia, eu me posicionaria, ficaria irritad@ e poderia perder o autocontrole.	0,65	-	-
19-Se eu acordasse de madrugada, com o som alto do quarto vizinho, eu me posicionaria, ficaria irritad@ e poderia perder o autocontrole.	0,62	-	-
17-Se eu ficasse sem água no meu quarto por dois dias seguidos, eu me posicionaria, ficaria irritad@ e poderia perder o autocontrole.	0,59	-	-
30-Se um morador quebrasse o bebedouro, eu tentaria conversar, compreender o porquê e negociar.	-	0,73	-
22-Se os moradores do quarto vizinho fizessem uma festa com bebida alcoólica e o cheiro do cigarro entrasse no meu quarto, eu tentaria conversar, compreender o porquê e negociar.	-	0,65	-
20-Se um morador inventasse histórias para difamar a minha imagem, eu tentaria conversar, compreender o porquê e negociar.	-	0,59	-
27-Se o meu vizinho colocasse lixo na frente da porta do meu quarto, eu tentaria conversar, compreender o porquê e negociar.	-	0,59	-
32-Se os moradores do quarto ao lado fumassem maconha ou levassem traficantes para a moradia, eu tentaria conversar, compreender o porquê e negociar.	-	0,54	-
34-Se eu ficasse sem água no meu quarto por dois dias seguidos, eu tentaria conversar, compreender o porquê e negociar.	-	0,50	-
33-Se algumas roupas minhas fossem roubadas do varal, eu não discutiria e tentaria aceitar.	-	-	0,74
35- Se a coordenação da moradia ou o setor responsável pelo apoio	-	-	0,74

institucional ao estudante não desse a atenção devida aos problemas da Moradia eu não discutiria e tentaria aceitar.			
26-Se eu percebesse que não estavam dando as condições necessárias para me sentir segur@ dentro da moradia, eu não discutiria e tentaria aceitar.	-	-	0,73
28-Se um morador inventasse histórias para difamar a minha imagem, eu não discutiria e tentaria aceitar a situação.	-	-	0,56
09-Se eu ficasse sem água no meu quarto por dois dias seguidos, eu não discutiria e tentaria aceitar.	-	-	0,44
04-Se um morador quebrasse o bebedouro, eu não discutiria e tentaria aceitar a situação.	-	-	0,40
Número de itens	6	6	6
Média	2,92	3,06	2,28
Valor próprio	4,44	3,53	3,31
% de variância	16,3	16,2	15,7
Alfa de Cronbach	0,82	0,77	0,76
Ômega de McDonald	0,82	0,78	0,77

A escala apresentou consistência interna geral em níveis de 0,72 (Alfa de Cronbach) e 0,73 (Ômega de McDonald). Considerando os aspectos anteriormente assinalados, os fatores identificados podem ser descritos como seguem:

Fator I. Apresentou valor próprio igual a 4,44, correspondente à explicação de 16,3% da variância total. Os seis itens apresentaram cargas fatoriais que variaram de 0,59 (*Item 17*) a 0,76 (*Item 12*), e valores de consistência interna de 0,82 (Alfa de Cronbach e Ômega de McDonald). Esse fator foi denominado *Estratégia Agressiva* porque seus itens referem-se às formas de resolver conflitos que expressam irritação e perda de autocontrole e podem levar a comportamentos agressivos/coercitivos ou desrespeitosos, sem a consideração ao direito, sentimento ou opinião alheia.

Fator II. Apresentou um valor próprio de 3,53 e explicou 16,2% da variância total. É constituído de seis itens com cargas fatoriais de 0,50 (*Item 34*) a 0,73 (*Item 30*), e valores de consistência interna de 0,77 (Alfa de Cronbach) e 0,78 (Ômega de McDonald). Decidiu-se nomeá-lo de *Estratégia Assertiva*, uma vez que ele se refere a itens que expressam o

enfrentamento, por meio do diálogo, a compreensão dos direitos e das opiniões do outro e a negociação, juntamente com a consideração aos próprios direitos e opiniões de forma assertiva.

Fator III. Apresentou um valor próprio de 3,31, e foi responsável por explicar 15,7% da variância total. Esse componente apresentou saturações entre 0,40 (*Item 04*) e 0,74 (*Itens 33 e 35*), e obteve índices de consistência interna de 0,76 (Alfa de Cronbach) e 0,77 (Ômega de McDonald). Ele foi denominado de *Estratégia Submissa*, por apresentar itens que expressavam um comportamento de não enfrentamento em uma situação conflituosa. Aqui, há uma aceitação dos direitos, das opiniões e dos sentimentos dos outros sem que os próprios sejam considerados.

2.1.3 Discussão

Considerando os princípios adotados por Pasquali (2010) para criar um instrumento, os procedimentos adotados foram pertinentes, já que tomaram por base a literatura, os instrumentos disponíveis na área de resolução de conflitos, bem como a realidade experienciada pelos estudantes que residem em moradias estudantis, obtida por meio de entrevistas realizadas com essa população. Depois de operacionalizar o construto com a criação dos itens, procurou-se analisar sua adequação, considerando especialistas na área de interesse e a população à qual o instrumento se destina.

Ao realizar os procedimentos empíricos e analíticos, que compreendem o tratamento estatístico e a análise dos itens (Pasquali, 2012), Foi verificado que, ao utilizar o método Acceleration Factor (Ruscio e Roche, 2012), a estrutura formada por três componentes era adequadamente ajustada. Além do mais, foram calculados indicadores de precisão da medida – Ômega de McDonald e do Alfa de Cronbach – que foram superiores ao ponto de corte comumente adotado para fins de pesquisa (0,70; Ventura-León & Caycho-Rodríguez, 2017). Considerando os resultados, foram escolhidos os itens com as cargas fatoriais mais elevadas, com base no ponto de corte sugerido pela literatura (Hair et al., 2009), e que compunham o

escopo teórico, segundo os pesquisadores, obtendo-se um instrumento psicometricamente adequado. Ressalta-se que o percentual de variância explicada no estudo foi considerado satisfatório, mesmo abaixo de 50%, porque julgou-se que esse índice teria sofrido a influência do tamanho do questionário e por se ter utilizado uma escala *Likert* (Damásio, 2012)

Segundo Hongyu (2018), a análise fatorial exploratória requer uma razão de 10 participantes por variável, podendo ser aceitos até cinco participantes. Devido à natureza das respostas colhidas para a elaboração da escala, obtiveram-se 36 variáveis inicialmente e, neste caso, a hipótese da razão de cinco participantes por variável foi mais viável para a realização da coleta de dados com a população de estudantes residentes em moradia estudantil.

De maneira geral, todos os fatores elencados (estratégia agressiva, estratégia assertiva e estratégia submissa) vão em direção à ideia de que existem diferentes formas de se resolverem conflitos e de que é possível discriminar os níveis que os estudantes adotam em cada uma delas no contexto da moradia estudantil. Diante do exposto, considera-se que o objetivo proposto por este estudo foi alcançado. Não obstante, esclarece-se que as análises aqui relatadas foram eminentemente exploratórias e, visando dirimir quaisquer dúvidas acerca das dimensões encontradas, realizou-se um segundo estudo para confirmar os achados ora descritos.

2.2 Estudo 2: Estudo confirmatório da estrutura fatorial da EERCME

Esse segundo estudo versou sobre as evidências de validade baseadas na estrutura interna da escala de Estratégias de Resolução de Conflitos em Moradias Estudantis – ERCME, verificando a estabilidade dos três componentes encontrados no primeiro estudo.

2.2.1 Método

2.2.1.1 Participantes

Contou-se com a participação de 200 estudantes de graduação que residiam em moradias universitárias localizadas em João Pessoa, Bananeiras, Areia e Rio Tinto, vinculadas a uma instituição pública da Paraíba, com idade média de 23,06 anos ($DP = 3,04$), variando de 18 a 34 anos, a maioria do sexo feminino (50,5%), cursando as três áreas de ensino: Saúde (36,65%), Humanas (28,27%) e Exatas (35,08%). Novamente, foi adotado como critério para participar da pesquisa, uma experiência mínima de seis meses na moradia.

2.2.1.2 Instrumentos

Os participantes responderam a escala ERCME, composta de três fatores, cada um com seis itens (apresentados na *Tabela 1* do *Estudo 1*) e as perguntas sociodemográficas (*Apêndice C*).

2.2.1.3 Procedimentos e aspectos éticos

Assim como no primeiro estudo, empregou-se o mesmo procedimento de coleta dos dados, bem como foram seguidas as recomendações da Resolução nº 510/16 do Conselho Nacional de Saúde – CNS. Os participantes levaram, em média, 15 minutos para concluir os questionários.

2.2.1.4 Análise dos dados

Foi realizada uma análise fatorial confirmatória (AFC) por meio do software R (*R core Team*, 2020) e do pacote Lavaan (Rosseel, 2018), a fim de avaliar a adequabilidade da estrutura trifatorial encontrada. Para isso, foram utilizados a matriz de covariância e o estimador ML (Maximum Likelihood), adotando-se os seguintes indicadores como parâmetros de bondade de ajuste: razão *qui-quadrado*/graus de liberdade (χ^2/gl), admitindo-se, como recomendáveis valores entre 2 e 3, aceitando-se até 5, *Comparative Fit Index* (CFI), *Goodness-of-Fit Index* (GFI), *Tucker Lewis Index* (TLI) e *Root-Mean-Square Error of Approximation* (RMSEA). Valores para CFI, GFI e TLI iguais ou acima de 0,90 e, para RMSEA, de 0,05 a 0,08 (admitindo

até 0,10 como limite superior) indicam um ajuste adequado do modelo (Hair et al., 2009). O ponto de corte adotado para reter o item no fator foi de 0,40. Para avaliar a confiabilidade, utilizou-se os coeficientes *Alfa de Cronbach* e *Ômega de McDonald*, adotando, como ponto de corte, valores maiores ou iguais a 0,70 (Ventura-León & Caycho-Rodríguez, 2017).

2.2.2 Resultados

Para avaliar melhor a estrutura fatorial da ERCME, foram comparados dois diferentes modelos: o modelo composto por um fator geral (modelo 1, unifatorial) e o modelo proposto, composto por três fatores relacionados (modelo 2, trifatorial). A Tabela 2 mostra os índices de ajuste encontrados para cada modelo.

Tabela 2.

Índices de ajuste para diferentes modelos da Escala de Estratégias de Resolução de Conflitos em Moradias Estudantis (ERCME)

Modelo	χ^2/gl	CFI	GFI	RMSEA(IC90%)	TLI
Modelo 1	5,36	0,31	0,64	0,14 (0,13 – 0,15)	0,22
Modelo 2*	1,86	0,86	0,88	0,06 (0,05 – 0,07)	0,84

*Modelo com melhor ajuste

Os resultados da AFC demonstraram que o modelo proposto (modelo 2) apresentou os melhores índices de ajuste em comparação com modelo unifatorial (modelo 1). Todavia, os indicadores de ajuste dos modelos foram limítrofes, o que indica que a estrutura fatorial ERCME encontrada no estudo anterior não foi confirmada [χ^2 (132) = 245,87, $p < 0,001$, χ^2/gl = 1,862, CFI = 0,86, GFI = 0,88, TLI = 0,84 e RMSEA = 0,06 (IC 90% = 0,05 – 0,07)]. Para verificar mais detalhadamente o que havia na estrutura da escala, decidiu-se observar os índices de modificação (IM) do modelo. A partir dessa abordagem, foi constatado que os itens 12 e 19

apresentavam resíduos altamente correlacionados ($IM = 22,65$; $EPC = 0,40$). Assim, optou-se por excluir os dois itens da escala. Em seguida, foi realizada uma nova AFC, cujos resultados são apresentados na Tabela 3.

Tabela 3

Índices de ajuste para diferentes modelos da Escala de Estratégias de Resolução de Conflitos em Moradias Estudantis após a exclusão dos itens

Modelo	χ^2/gl	CFI	GFI	RMSEA(IC 90%)	TLI
Modelo 1	5,41	0,32	0,66	0,14 (0,13 – 0,16)	0,22
Modelo 2*	1,75	0,90	0,90	0,06 (0,04 – 0,07)	0,88

*Modelo com melhor ajuste

Os resultados da nova AFC mostraram que o modelo proposto com três dimensões relacionadas (modelo 2, trifatorial) apresentou melhores índices de ajuste do que o modelo unifatorial (modelo 1). Exceto o TLI, os índices de ajuste do modelo proposto foram estatisticamente adequados [$\chi^2 (101) = 176,860$, $p < 0,001$, $\chi^2/gl=1,751$, $CFI= 0,90$, $GFI = 0,90$, $TLI = 0,88$ e $RMSEA = 0,06$ ($IC90\% = 0,04 - 0,07$)]. Desse modo, a estrutura trifatorial da ERCME, agora composta de 16 itens, foi confirmada (*Apêndice F*). Ademais, atesta-se que todas as saturações desse modelo (*lambdas* λ) foram significativas e diferentes de zero ($\lambda \neq 0$; $z > 1.96$, $p < 0,05$). A Figura 2 mostra a representação gráfica do modelo e os pesos fatoriais dos itens em cada fator.

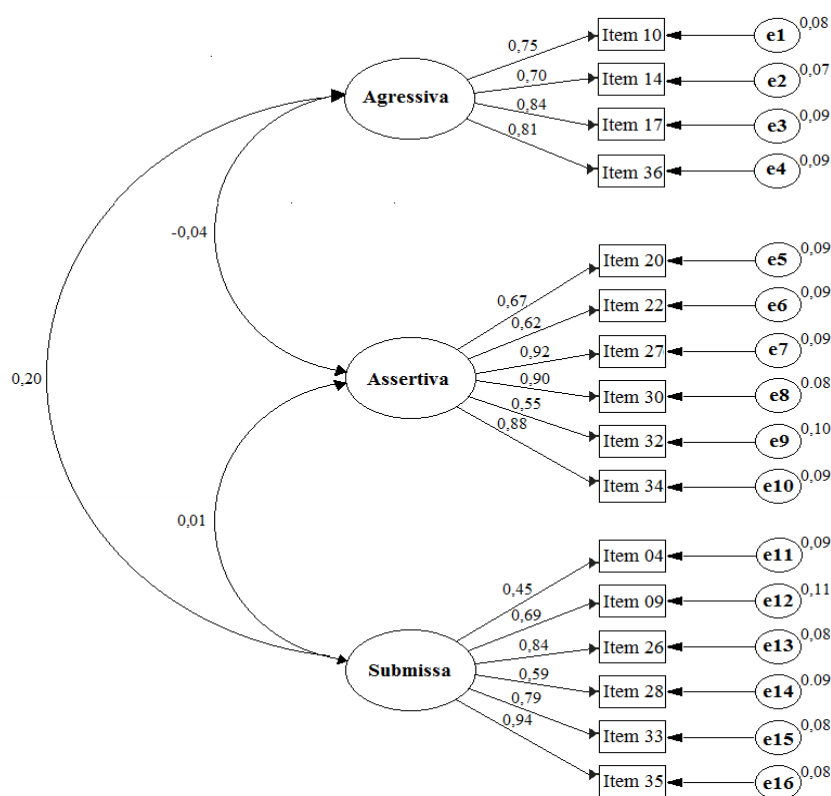


Figura 2. Modelo trifatorial da escala de Estratégias de Resolução de Conflitos em Moradias Estudantis.

Neste estudo, a escala apresentou consistência interna geral em níveis de 0,70 (Alfa de Cronbach) e 0,71 (Ômega de McDonald). O fator *Estratégia Agressiva* apresentou índices de confiabilidade acima do ponto de corte recomendado ($\alpha = 0,74$; $\omega = 0,75$), média de 2,69 ($DP=0,89$) e cargas fatoriais que variaram de 0,70 a 0,84. Por sua vez, o fator *Estratégia Assertiva* também apresentou índices de confiabilidade acima do ponto de corte recomendado ($\alpha = 0,77$; $\omega = 0,77$), média de 3,01 ($DP=0,86$) e cargas fatoriais variando de 0,55 a 0,92. O mesmo ocorreu com o fator *Estratégia Submissa*, que apresentou confiabilidade aceitável ($\alpha = 0,75$; $\omega = 0,76$), média de 2,21 ($DP=1,22$) e cargas fatoriais variando de 0,45 a 0,94.

2.2.3 Discussão

Os resultados deste último estudo mostraram evidências adicionais da validade da estrutura trifatorial da ERCME. As estimativas de consistência interna também confirmaram a boa confiabilidade.

Apesar de se considerar o instrumento parcimonioso, após a sua construção e avaliação das propriedades psicométricas – com sua estrutura apresentando três fatores e seis itens com cargas fatoriais acima de 0,4, em cada dimensão – constatou-se que seria necessário excluir dois itens da dimensão *Estratégia Agressiva* na análise para verificar a estabilidade do instrumento, devido as suas taxas de erro. No entanto, o instrumento final não comprometeu a estrutura identificada no primeiro estudo.

No que se refere ao ajuste do modelo, cabe destacar que os indicadores devem ser avaliados em conjunto e, em algumas situações, podem divergir entre si (Lai & Green, 2016). No caso do modelo trifatorial melhor ajustado, apesar de o indicador TLI não apresentar valor igual ou superior a 0,90, quando tomado em conjunto com os outros indicadores, aponta para a aceitação do ajuste da estrutura trifatorial como melhor entre as outras.

Os resultados do estudo apresentaram suporte empírico e teórico (Deluty, 1981), o que reforça a premissa de que modelos testados a partir de modelagem por equações estruturais devem vir acompanhados de embasamento teórico (Kline, 2015). Apesar dessas conclusões, faz-se necessário que a escala seja testada considerando uma amostra maior, uma vez que os indicadores de ajuste podem sofrer variações em diferentes tamanhos amostrais.

2.3 Discussão geral

Neste estudo, foram coletadas evidências sobre a validade dos fatores da escala, comprovando que se trata de uma medida tridimensional com boa consistência interna, isto é, o estudo forneceu suporte adicional de que a *Estratégia Assertiva*, a *Estratégia Submissa* e a

Estratégia Agressiva são fenômenos distintos. A dimensão *Estratégia Assertiva* está de acordo com a perspectiva teórica de Deluty (1981) e pode ser encontrada em diversas tipologias, como, por exemplo, a de Vuchinich (1990), denominada *Compromisso*, a de Kurdek (1994), denominada *Resolução Positiva de Problemas* e a de Van Doorn, Branje e Meeus (2008), denominada *Negociação*. Segundo os autores, essas estratégias proporcionam um desenvolvimento equilibrado e saudável no indivíduo e nas relações sociais.

A dimensão *Estratégia Submissa*, também foi encontrada nos estudos de Vuchinich (1990), que divide essa estratégia em duas: *Retirada* e *Submissão*, e no de Kurdek (1994): *Retirada* e *Conformidade*. Entretanto, todas elas expressam, em comum, um comportamento de não enfrentar uma situação conflituosa. Essa dimensão também corrobora a teoria utilizada neste estudo (Deluty, 1981) e a estratégia proposta por Van Doorn, Branje e Meeus (2008) denominada de *Retirada*. A dimensão *Estratégia Agressiva* foi encontrada nos estudos de Deluty (1981) e em outros, mas com diferentes denominações, como *Envolvimento em Conflitos* (Kurdek, 1994), *Dominância* (Van Doorn, Branje e Meeus) e *Impasse* (Vuchinich, 1990).

Os resultados deste estudo indicaram que é possível medir as três estratégias resolução de conflitos, no contexto das moradias estudantis universitárias, e verificar a forma como os estudantes residentes estão enfrentando situações conflituosas é de suma importância, pois esses dados podem contribuir para a construção de programas de intervenção que possam ser utilizados para diminuir queixas e conflitos existentes nessas microssociedades (; Delabrida, 2014; Garrido, 2015; Wanie, et al., 2017), e as consequências negativas geradas por conflitos, quando são frequentes, intensos e resolvidos inadequadamente (Everett & Loftus, 2011; Garrido, 2015; Johnson, Kang & Thompson, 2011; Osse & Costa, 2011; Porter & Newman, 2016; Shekhawat et al., 2016; Taub et al., 2013; Thombs et al., 2015).

Pesquisadores e profissionais que compõem a equipe da assistência estudantil com esse instrumento em mãos poderão verificar, de forma mais efetiva, se as ações empregadas por eles estão auxiliando a aumentar os níveis de estratégias assertivas de estudantes que residem em moradias universitárias.

2.4 Considerações finais

A ERCME possui evidências psicométricas satisfatórias, tratando-se de um instrumento breve e de fácil compreensão, que pode ser utilizado em pesquisas que tenham como foco conhecer as formas como os estudantes resolvem seus conflitos em moradias universitárias. Destaca-se que não foram encontrados instrumentos nacionais ou internacionais com esse objetivo, sendo esse o primeiro instrumento validado neste contexto.

Por fim, como limitações deste estudo, observa-se que não foi avaliada a estabilidade temporal (teste-reteste) da escala nem foram consideradas evidências de validade discriminante, por exemplo, com medida de desejabilidade social. Ademais, estudos com reaplicações são necessários porque as amostras que compuseram esta pesquisa não podem ser consideradas como representativas da população brasileira, pois, embora tenham sido constituídas de estudantes residentes em diferentes moradias estudantis, essas moradias só estavam localizadas no Nordeste do Brasil.

A contribuição da empatia e do julgamento moral de justiça para as estratégias de resolução de conflitos em moradias universitárias

Resumo

Com o objetivo de compreender os processos psicológicos envolvidos nas estratégias de resolução de conflitos no contexto de moradias estudantis, este estudo testou um modelo teórico que explica o conjunto de associações entre as variáveis sociomoraes: consideração empática, angústia pessoal, tomada de perspectiva, fantasia, justiça e as três estratégias de resolução de conflitos – assertiva, agressiva e submissa. Participaram deste estudo 394 estudantes universitários residentes em moradias estudantis ($M_{idade}=24,02$, $DP=3,43$) e, por meio de uma modelagem de equações estruturais, foi verificado que diferentes dimensões da empatia foram responsáveis por diferenças no modo como os residentes universitários julgaram resolver seus conflitos nas moradias universitárias. Também foi identificado que, quanto maior o nível de julgamento moral de justiça, menor é a chance do indivíduo ser submisso em situações conflituosas. ($\chi^2(12)=12,225$; $p=0,428$; $\chi^2/g.l.= 1,019$; $GFI=0,991$; $AGFI=0,979$; $CFI=0,998$; $RMSEA=0,07$). Assim, este estudo mostrou a importância do uso de dimensões psicológicas desenvolvimentistas para a compreensão do processo de resolução de conflitos e contribuiu para sua expansão para contextos sociais mais amplos. Ademais, os resultados deste estudo poderão colaborar para elaboração de atividades intervencionistas que promovam estratégias de resolução de conflitos mais assertivas e pró-sociais em moradias universitárias.

Palavras-chave: resolução de conflitos; empatia; justiça; moradia estudantil, universitário

Abstract

In order to understand the psychological processes involved in conflict resolution strategies in the context of student housing, this study tested a theoretical model that explains the set of associations between sociomoral variables: empathic concern, personal distress, perspective taking, fantasy, justice and the three conflict resolution strategies – assertive, aggressive and submissive. A total of 394 college students living in student housing participated in this study ($M_{age}=24.02$, $SD=3.43$) and, through structural equation modeling, it was verified that different dimensions of empathy were responsible for differences in the way residents university students thought to resolve their conflicts in student housing. It was also identified that the higher the level of moral judgment of justice, the lower the chance of the individual to be submissive in conflicting situations. ($\chi^2(12)=12.225$; $p=0.428$; $\chi^2/g.l.= 1.019$; $GFI=0.991$; $AGFI=0.979$; $CFI=0.998$; $RMSEA=0.07$). Thus, this study showed the importance of using developmental psychological dimensions to understand the conflict resolution process and contributed to its expansion to broader social contexts. Furthermore, the results of this study may contribute to the elaboration of interventionist activities that promote more assertive and pro-social conflict resolution strategies in student housing.

Keywords: conflict resolution; empathy; justice; student housing; College students.

Os seres humanos são animais gregários e, em toda a sua evolução e desenvolvimento, dependeram de outros seres da mesma espécie para sobreviver. Nesse sentido, o vínculo é um elemento essencial para o ciclo de vida deles. O primatólogo Frans de Waal (2009) defende que a espécie humana é altamente cooperativa, sensível a injustiças e, na maior parte do tempo, amante da paz, entretanto, ser amante da concórdia, do entendimento e da harmonia não evita o surgimento de conflitos, o que pode torná-la belicosa em alguns momentos. No campo da Psicologia, o termo conflito é compreendido como uma situação de interação social em que ocorre o choque entre forças aparentemente opostas que causa, muitas vezes, desacordo e frustração (Nery, 2010).

Embora tenha um significado insultuoso, o conflito, quando resolvido de forma assertiva, exerce uma função profícua para o indivíduo, possibilitando o seu desenvolvimento cognitivo, emocional e social (Nery, 2010). Piaget (1932/1994, 1977), ao explicar o papel dos conflitos no desenvolvimento humano, defendeu que eles provocam desequilíbrios cognitivos e que, ao tentar restabelecer o equilíbrio e a reciprocidade, o indivíduo descentra-se, passa a perceber o mundo considerando a perspectiva do outro e obtém informações salutares sobre fronteiras sociais, o que lhe possibilita a compreensão de si mesmo e a construção de regras sociomoraes. Isso posto, os conflitos, quando geridos de forma correta, podem se tornar a força propulsora de mudanças positivas no indivíduo ou no grupo, melhorando a qualidade do ambiente social não apenas para as partes envolvidas na situação conflituosa, mas também para todos os demais. É essa concepção piagetiana que embasa a compreensão do papel do conflito neste estudo.

Constata-se, de um modo geral, que não existe uma teoria clássica para o construto resolução de conflitos, mas há um fortalecimento no campo por meio de estudos empíricos que confirmam a existência de diversas tipologias sobre o pensar e agir em uma situação conflituosa. Dentre essas tipologias, pode-se dizer que a mais adequada, por propiciar mudanças

positivas no ser humano, é a assertividade. Esta estratégia, a depender do pesquisador, pode assumir diferentes nomenclaturas, como: resolução positiva de problemas, compromisso, negociação, entre outras (Deluty, 1979; Kurdek, 1994; Laursen & Collins, 1994; Straus, 1979; Vuchinich, 1990). Mas, o que seria gerir o conflito de forma assertiva? Primeiramente, seria se interessar pela causa do conflito e identificar concretamente o problema em colaboração com o outro. Depois, procurar qual a solução que traria mais benefícios para as partes em conflito. Na estratégia assertiva, o indivíduo enfrenta a situação conflituosa defendendo os próprios direitos e opiniões, mas sem apelar para qualquer forma de coerção (Deluty, 1979; Laursen & Collins, 1994).

Quando o evento conflituoso não é resolvido de forma assertiva, mas por meio de agressão ou de submissão, pode causar danos e aumentar a tensão entre as partes envolvidas. A resolução por meio da agressão ocorre quando uma das partes envolvida no conflito utiliza a coerção, como o uso da violência, o desrespeito ao direito, à opinião e ao sentimento alheios, e a resolução submissa ocorre quando uma das partes envolvidas no conflito foge ou se esquia. Esse tipo de resolução envolve a consideração dos direitos e sentimentos dos outros, porém os próprios direitos e sentimentos são desconsiderados (Deluty, 1979; Kurdek, 1994). As consequências desse estilo são menos visíveis, porém, bastante danosas, e sugere que o indivíduo que se submete não tem autonomia e não é capaz de tomar decisões (Vincentin, 2011).

As decisões tomadas durante uma situação conflituosa são afetadas por fatores situacionais, como: a expectativa e o grau de apoio recebidos dos membros do grupo, a desigualdade de poder nas relações intergrupais e a própria avaliação cognitiva e normativa do evento conflituoso e das pessoas envolvidas na situação (Halperin, 2014; Klimecki, 2019; Klimecki, Sander, & Vuilleumier, 2018). Entretanto, percebe-se, nos indivíduos, fatores disposicionais, na medida em que há a predominância na escolha de uma das estratégias para

gerenciar conflitos (Deluty, 1979; Kurdek, 1994; Laursen & Collins, 1994). As diferentes formas de resolução de conflitos podem ser vistas dentro de uma perspectiva desenvolvimentista, em que habilidades psicossociais, como a empatia e o julgamento moral da justiça, podem afetar o gerenciamento de conflitos.

3.1 O papel da empatia nas estratégias de resolução de conflitos

O crescente interesse pelo estudo da empatia, nos campos da Psicologia do Desenvolvimento, da Personalidade e da Clínica, desde os estudos pioneiros realizados por Robert Visser, no início do Século XX, visando compreender o processo psicológico adjacente à percepção das obras de arte (Wispé, 1987), trouxe divergências conceituais e operacionais muitas vezes discrepantes, que tornaram o conceito amplo e escorregadio (Batson, 2009; Eisenberg & Strayer, 1987; Sampaio, Camino & Roazzi, 2009). Contudo, é possível encontrar um ponto central nas definições do construto de muitos estudiosos da área ao considerar que a empatia envolve o compartilhamento vicário de afeto (Eisenberg & Strayer, 1987).

Martin Hoffman, com base na perspectiva psicogenética e evolutiva da empatia, definiu-a como “uma resposta afetiva mais apropriada à situação de outra pessoa do que à sua própria situação” (Hoffman, 1987, p.48) e compreende que a empatia possui dimensões cognitivas, afetivas e comportamentais (Hoffman, 2001). Ao explicar o processo empático, Hoffman considera que ele abrange vários modos de excitação empática, inclusive os automáticos, primitivos e essencialmente involuntários. Porém, o autor defende que, com o desenvolvimento de um senso cognitivo da existência de outras pessoas, é possível colocar-se no lugar do outro e inferir seus sentimentos, pensamentos e intenções por meio do conhecimento gerado por esse processo denominado Tomada de Perspectiva. Nos modos mais elevados de excitação, que envolvem a Tomada de Perspectiva, é possível compreender os supostos estados mentais de outras pessoas, mesmo na ausência de sinais evidentes, e empatizar com elas, mesmo quando

os sentimentos que elas experimentam vão além da situação imediata, envolvem grupos de pessoas ou situações futuras (Davis, 1983; Hoffman, 1987, 1991). Portanto, com o desenvolvimento da habilidade empática, o ser humano pode, involuntariamente ou induzido pelo ambiente, sentir empatia, e os modos de excitação pré-verbais continuam a operar e a possibilitar que as pessoas experienciem esses sentimentos em todas as fases do desenvolvimento humano (Hoffman, 2001).

A partir do modelo do espectador inocente, ou seja, do indivíduo que testemunha o sofrimento de alguém sem ter responsabilidade objetiva e direta, Hoffman (1975, 1987, 2001) discorreu acerca dos afetos básicos que podem ser gerados no observador, como: angústia empática e angústia simpática. O que diferencia as duas angústias é que a primeira é egocêntrica e produz sensações de incômodo ou desconforto no *self* – o indivíduo se sente oprimido pelo sofrimento dos outros e se concentra na própria experiência emocional negativa (Batson, Lishner & Stocks, 2015; Davis, 1983) – e a segunda produz sentimentos direcionados ao outro, como raiva empática, injustiça empática e compaixão, e a culpa, o que pode gerar um motivo para aliviar ou atenuar o sofrimento do outro. As duas angústias podem gerar comportamentos pró-sociais, entretanto, a angústia empática geraria uma motivação egoísta focada na diminuição da sensação negativa vivida em si mesmo (Batson, Lishner & Stocks, 2015; Hoffman 1987, 2001).

Antes de relacionar as dimensões da empatia com estratégias de resolução de conflitos, é importante frisar que, nesse campo de estudo, muitas vezes, termos como angústia pessoal, angústia empática, simpatia e compaixão têm relações entre si e estão, de alguma forma, ligados à definição etimológica da palavra empatia. Eles são usados indiscriminadamente, sem que haja preocupação com os significados atribuídos ou com a superposição entre construtos (Batson, Lishner & Stocks, 2015; Sampaio, Camino, & Roazzi, 2009). Porém, termos como angústia simpática e angústia empática, apresentados por Hoffman (1987, 2001), têm, respectivamente,

semelhança conceitual com os termos Consideração empática e Angústia pessoal propostos por Davis (1983). Além da Consideração empática e da Angústia pessoal, dimensões afetivas da empatia, Davis (1983) discorreu sobre outra reação que um indivíduo pode ter ao observar as experiências do outro: a Fantasia. Essa reação empática se refere à tendência para se transpor imaginativamente nos sentimentos e ações de personagens fictícios em livros, e filmes e peças de teatro e, juntamente com a Tomada de perspectiva, formam a dimensão cognitiva da empatia.

Nas últimas décadas, as pesquisas no campo da Psicologia do Desenvolvimento encontraram evidências consideráveis de que a empatia se relacionava positivamente com o comportamento pró-social e o altruísmo (Batson, 2009; Batson, Lishner & Stocks, 2015; Eisenberg, 2000; Eisenberg & Miller, 1987; Sampaio, Camino, & Roazzi, 2009; Waytz, Zaki & Mitchell, 2012) e negativamente com o comportamento agressivo ou antissocial (Dutra, Galvão & Camino, 2020; Klimecki, Sander, & Vuilleumier, 2018; Miller & Eisenberg, 1988). Segundo Hoffman (1975), a possível contribuição da empatia para o altruísmo é encontrada na literatura desde a década de 1920, quando Stern, em 1924, sugeriu que a empatia favorecia ações voltadas para a tentativa de conforto, ajuda e cuidados com uma pessoa em dificuldade. No entanto, poucos estudos foram realizados para verificar a relação entre empatia e resolução de conflitos, embora, nos últimos anos, o papel da empatia tenha sido reconhecido como fator crucial para determinar o curso dos conflitos e como uma das emoções discretas com potencial catalisador da paz (Halperin, 2014; Klimecki, 2019; Van Lissa et al., 2016)

Compartilhar o sofrimento de outra pessoa pode evocar angústia pessoal ou consideração empática, o que, por sua vez, pode inibir impulsos destrutivos em situações de conflito. A consideração empática, por ser uma habilidade orientada para o outro e estar associada à motivação para ajudar, pode aumentar a vontade de uma pessoa se comportar de forma assertiva (Klimecki, 2019). Não obstante, diferente do comportamento altruísta, na resolução de conflitos, o indivíduo não se encontra na perspectiva do observador inocente e,

assim, ao buscar uma solução que adéque posicionamentos diferentes, ele poderá fazer concessões e negociações que, muitas vezes, envolverá grandes perdas ou prejuízos. Em um experimento realizado por Amorim, Sampaio & Cabral (2018), foi verificado que, quando o participante era colocado em um cenário que envolvia conflitos de interesses, isto é, situação de alto risco ou custo, a frequência de comportamentos altruístas diminuía.

Batson (2009) considera que o altruísmo está entrelaçado no tecido da vida cotidiana e, diferente da concepção de Hoffman, ele enfatiza que, para ocorrer a empatia afetiva, é necessário que o indivíduo já tenha apresentado valores relacionados ao bem estar do outro. De fato, para ocorrer a motivação altruísta, o indivíduo passaria pelas seguintes etapas: 1º) valorizar o bem estar do outro; 2º) Perceber o outro em necessidade; 3º) Sentir preocupação empática e 4º) Analisar os custos e os benefícios do possível comportamento (Batson, Lishner & Stocks, 2015). Seguindo este modelo, em uma situação de conflito interpessoal, a segunda e a última etapas podem prejudicar a resolução de conflito assertiva, pois, nesse contexto, pode-se julgar que o outro não está em necessidade ou que suprir a necessidade do outro pode causar danos ou prejudicar a si mesmo.

De Waal (2009) assevera que o contexto de competição é a situação em que os humanos manifestam o nível mais baixo de empatia e que, em situações de conflito nas quais a angústia pessoal é elevada, o indivíduo pode tornar-se incapaz de enxergar as necessidades do outro e não diferenciar ou regular suas próprias emoções (Sampaio, Oliveira, & Pires, 2020). Esse afeto está positivamente relacionado ao comportamento agressivo (Klimecki, Vuilleumier, & Sander, 2016). No entanto, quando associado à tomada de perspectiva e à consideração empática, pode promover resoluções de conflitos bem-sucedidas, pois a motivação altruísta induzida pela empatia pode aumentar a cooperação e o cuidado nessas situações (Batson, Lishner & Stocks, 2015; Klimecki, 2019).

Estudos correlacionais realizados com crianças e/ou adolescentes identificaram que os indivíduos com níveis baixos de empatia experimentaram significativamente mais conflitos com os pais do que adolescentes com empatia no nível moderado ou alto (Van Lissa et al., 2015). Estudos correlacionais verificaram também que a empatia se associa positivamente à resolução assertiva de conflitos e negativamente à resolução agressiva (Chow, Ruhl & Buhrmester, 2013; Garaigordobil & Maganto, 2011; Van Lissa et al., 2016; Van Lissa, Hawk & Meeus, 2017; De Wied, Branje & Meeus, 2007)

Ao buscar compreender as relações entre as dimensões da empatia e as estratégias de resolução de conflitos, foram encontrados estudos nos contextos familiares, conjugal e de amizade, nos quais constatou-se que as associações entre a tomada de perspectiva e a assertividade foram consistentemente mais fortes do que entre a consideração empática e a assertividade (Van Lissa et al., 2016). Ainda nesses contextos, outros estudos apontaram que a consideração empática tende a ser mais positivamente associada à submissão do que a tomada de perspectiva (Batson & Ahmad, 2001; Björkqvist, Österman & Kaukiainen., 2000). Isso indica que a dimensão cognitiva tomada de perspectiva possibilita mais a abordagem do conflito de forma construtiva e igualitária do que simplesmente a retirada do conflito ou a obediência às regras impostas de forma autoritária, isto é, por meio de fuga ou de submissão. Porém, em contraste com pesquisas anteriores, Van Lissa et al. (2016) não verificaram essa correlação. Também foram constatados que níveis elevados de tomada de perspectiva associaram-se negativamente a agressividade e possibilitaram mais distanciamento do calor emocional da situação conflituosa, possibilitando ouvir o ponto de vista do outro e identificar a raiz do conflito, levando a resultados considerados como mais satisfatórios (Chow, Ruhl, & Buhrmester, 2013; Van Lissa et al., 2017).

Pôde-se observar, nos estudos encontrados, que as dimensões cognitivas e afetivas da empatia são variáveis disposicionais que podem afetar a tomada de decisão do indivíduo em

uma situação de conflito. Acredita-se também que a justiça pode mediar essa relação trazendo resultados mais satisfatórios e equânimes, isto é, resoluções de conflitos mais assertivas do que agressivas ou submissas.

3.2 A relação entre a empatia e o julgamento moral de justiça

A justiça é a estrutura essencial da moralidade, é a lógica normativa, o equilíbrio das ações e das relações sociais, cujos princípios são compreendidos como conceitos referentes à resolução de conflitos morais, para dar a cada indivíduo o que lhe é de direito (Kohlberg, 1984).

Existe um debate histórico entre os filósofos em relação à tradicional dicotomia *emoção-razão* no pensamento moral de justiça. De um lado, estão os pensadores que enfatizam o papel da razão e da deliberação no julgamento moral e seguem uma linha kantiana ao argumentar que o verdadeiro juízo moral, bem como a ação moral, não pode se fundamentar na emoção, e o procedimento utilizado para averiguar a moralidade é dado pelo imperativo categórico. De outro, estão os que seguem uma linha humeana e defendem que a emoção é um fenômeno inerente à condição humana e importante para as interações sociais e, nessa linha, compreendem que as emoções orientam a racionalidade e, consequentemente, instituem valores e atitudes de caráter normativo influenciando o comportamento moral (Pequeno, 2017).

Segundo Horne e Powell (2016), visões contrastantes também são evidentes no campo da Psicologia Moral e as primeiras investigações priorizaram verificar como a moral se desenvolve em um enfoque cognitivista (Colby & Kohlberg, 1987; Kohlberg, 1964; Kohlberg; 1969; Piaget, 1932/1994). Lawrence Kohlberg, autor que, a partir de 1970, mais influenciou nas pesquisas em Psicologia do Desenvolvimento Moral, baseando seus estudos em Piaget (1932/1994), elaborou uma metodologia para o levantamento e codificação dos dados e aperfeiçoou o modelo de moralidade do seu antecessor. Em sua Teoria do Desenvolvimento Moral, Kohlberg (1984) defende a existência de uma sequência de seis estágios, que podem ser

agrupados em três grandes níveis de moralidade: pré-convencional, convencional e pós-convencional.

No nível *pré-convencional*, o indivíduo possui um ponto de vista egocêntrico. Isto é, ele percebe a existência de regras, dos conceitos de bom e mau, do certo ou do errado, no entanto, elabora os julgamentos e comportamentos com base nas consequências de prazer/dor e não considerando a manutenção das normas sociais convencionais. O valor moral está nos acontecimentos externos e baseia-se no poder físico de quem estipula a regra moral (Colby & Kohlberg, 1987; Kohlberg, 1984).

O nível *convencional* é representado por julgamentos de indivíduos em conformidade com as normas e para mantê-las, mediante identificação com a ordem social ajustada, a fim de preservar a lealdade para com a família, a sociedade, a instituição e a nação. O "bom" comportamento é aquele que agrada ou ajuda os outros, e o respeito pela autoridade e a deferência são importantes. Para indivíduos convencionais, as decisões e as ações são julgadas morais quando atendem a esses padrões (Colby & Kohlberg, 1987; Kohlberg, 1984).

Alcançado por uma minoria de adultos, o nível *pós-convencional* é caracterizado pela abstração de princípios universais de justiça: igualdade dos direitos humanos e respeito à dignidade dos indivíduos. Em contraste com o 'convencional', em que as normas e as leis sociais são reverenciadas, os 'pós-convencionais' seguem princípios autoescolhidos (convicção íntima de que existe um compromisso social), questionam e se opõem a normas e leis que violam os princípios universais. Os indivíduos são considerados como fins em si mesmos, o que ultrapassa o ponto de vista sociolegal (Colby & Kohlberg, 1987; Kohlberg, 1984).

Nas últimas décadas, diversas pesquisas empíricas se concentraram no papel das emoções no julgamento moral de justiça e, mais especificamente, no papel da empatia em relação ao julgamento moral (Eisenberg, Zhou & Koller, 2001; Galvão, 2010; Ribeiro, 1996; Sampaio et al., 2008). Hoffman (2001) construiu uma teoria abrangente do comportamento

moral pró-social que destaca a contribuição da empatia para a emoção, a motivação e o comportamento morais. Para o teórico, “a empatia é a centelha da preocupação humana pelos outros” (Hoffman, 2001 p.3).

Ao unir a teoria de Hoffman com estudos no campo da moralidade, pesquisas realizadas com adolescentes e jovens adultos constataram que a tomada de perspectiva é a dimensão empática que mais apresentou relações positivas e significativas com o julgamento moral (Eisenberg, Zhou & Koller, 2001; Galvão, 2010; Williams et al., 2006) e com a justiça distributiva, uma das noções de justiça explorada por Piaget e Kohlberg (Sampaio et al., 2008). Nas pesquisas de Galvão (2010) e Eisenberg, Zhou e Koller, (2001), foi identificada uma relação positiva e significativa entre consideração empática e julgamento moral. Não houve um consenso nos estudos em relação à angústia pessoal, que apresentou correlação negativa com o julgamento moral (Williams et al., 2006), relação positiva com a justiça distributiva e ausência de relação (Galvão, 2010). Como o instrumento que avalia a empatia de Davis (1983) foi primeiramente adaptado ao Brasil sem a dimensão Fantasia (Ribeiro, Koller & Camino, 2002), não foram realizados estudos neste período que avaliassem esta dimensão com o julgamento moral no contexto brasileiro.

Segundo Decety e Yoder (2016), a influência que a empatia e a justiça exercem uma sobre a outra é complexa, pois são construtos que, nem sempre, interagem de forma complementar. Nessa perspectiva, as reações empáticas estão inerentemente ligadas à parcialidade, e as pessoas podem ser amáveis com aqueles com quem simpatizam e grosseiramente injustas e insensíveis ao resto do mundo (Decety & Cowell, 2014).

Estudos atuais questionam o papel central que é dado à empatia para o desenvolvimento moral, ao considerar que existem outros tipos de disposições emocionais, como indignação, raiva, culpa, nojo e admiração, que podem ser mais relevantes para a moralidade (Prinz, 2011a, 2011b). Decety e Cowell (2014) consideram que a empatia tem sérias limitações e, por isso,

nem sempre, é uma via direta para o comportamento moral e Prinz (2011a) resume as deficiências da empatia afirmando que ela é altamente seletiva e carece de força motivacional. “Se a identificação com os outros abre a porta para a empatia, a ausência de identificação pode fechá-la” (De Waal, 2009, p. 80). A necessidade de explorar, ainda mais, mecanismos intermediários plausíveis para o domínio moral também foi destacada em pesquisas empíricas (Decety e Yoder, 2016; Horne & Powell, 2016; De Buck & Pauwels, 2021; Trivedi-Bateman, 2019).

Decety e Yoder (2016), ao investigar a relação entre as dimensões da empatia – angústia pessoal, consideração empática e tomada de perspectiva – e a justiça – sensibilidade à justiça (traço de personalidade que reflete a importância das questões de justiça na vida das pessoas) e julgamento moral (disposicional-desenvolvimento), verificaram que as duas escalas de justiça se correlacionaram significativamente, que a variação nas medidas de consideração empática e tomada de perspectiva previram a variação nos escores de sensibilidade à justiça, e que a variável angústia pessoal não fez esta previsão. Nota-se que os pesquisadores não relacionaram, diretamente, as dimensões empáticas com a dimensão julgamento moral, mas, apesar disto, constataram que a relação entre empatia e justiça foi mais fraca do que inicialmente hipotetizaram.

Ao examinar o papel da afetividade nos julgamentos de dilemas morais usando medidas de autorrelato, Horne e Powell (2016) descobriram que os dilemas morais provocavam fortes reações emocionais, e os dilemas pessoais provocavam respostas emocionais significativamente mais fortes do que os impessoais. Porém, com exceção da raiva e do nojo, a suposta relação entre as emoções e os julgamentos de dilemas morais não foi significativa. Os autores consideraram que essa conexão pode ter sido superestimada em estudos anteriores.

De Buck e Pauwels (2021) buscaram verificar a relação da empatia – consideração empática e tomada de perspectiva –, da culpa e da vergonha com a moral. Baseados na teoria

da empatia de Hoffman e por meio de modelagem de equações estruturais, os autores constataram que as três variáveis se relacionavam positivamente com dimensões morais, as quais, por sua vez, reduziam escolhas não cooperativas. Os resultados de um estudo realizado por Trivedi-Bateman (2019), com adolescentes e jovens adultos que cometeram infrações violentas, indicaram, por meio de análises de regressão, que indivíduos com níveis baixos de empatia provavelmente terão sentimentos de vergonha e de culpa reduzidos, o que pode resultar em uma moralidade fraca e, conseqüentemente, no cometimento de atos de violência. Segundo o autor, a empatia, por si só, não desempenha o papel central no comportamento moral e outras emoções, como a culpa, são igualmente, se não mais, importantes.

Pôde-se constatar, por meio dos estudos atuais apresentados, que o papel fundamental da empatia para o julgamento moral da justiça está sendo questionado e que estudiosos da área estão demonstrando interesse em investigar a importância de outras variáveis afetivas para a justiça. Além dessas reflexões, é relevante compreender o papel do julgamento moral da justiça nas estratégias de resolução de conflitos.

3.3 A contribuição do julgamento moral para as estratégias de resolução de conflitos

Jean Piaget, em sua obra *O espírito de solidariedade e a colaboração internacional*, explanou sobre a importância da justiça na resolução assertiva de conflitos ao constatar que “o que necessitamos é da constituição de um espírito novo de colaboração e de justiça, que torna os indivíduos suscetíveis de cooperar independentemente das divergências de raças e nacionalidades” (p.76, 1931/1998). Segundo o autor, a colaboração pacífica nas interações sociais ocorre por meio da reciprocidade – respeito mútuo e cooperação – ao possibilitar o desenvolvimento de julgamentos morais autônomos (Piaget, 1931/1998).

Considerando que a moral autônoma é, segundo Piaget (1932/1994), produto de avanços cognitivos, de relações sociais igualitárias e de argumentação racional, caracterizada pela

cooperação e pelo respeito recíproco, julga-se que as estratégias assertivas de resolução de conflitos serão mais frequentes em indivíduos que constroem e respeitam as regras baseados nessa moral do que em uma moral heterônoma, isto é, com base no respeito unilateral, na conformidade, na obediência à autoridade (Piaget, 1932/1994). Julga-se também, fundamentando-se na tipologia da moral descrita por Piaget, que a moral heterônoma pode levar a estratégias submissas de resolução de conflitos e a autonomia moral pode levar ao caminho inverso, o de seguir uma regra livremente imposta pela própria razão.

Rahim, Garrett e Buntzman (1992) defendem que, ao tomar decisões cotidianas que envolvam relações sociais, a depender das características situacionais, o indivíduo pode se basear em seus julgamentos morais, entretanto, a decisão pelo julgamento justo pode ser afetada quando ele está ou não envolvido em uma situação de conflito que pode levar a grandes perdas e prejuízos. Em uma pesquisa, verificou-se que as respostas dos participantes em tarefas de tomada de decisão econômica diferem com base em ser a vítima ou o observador da injustiça, de modo que ofertas injustas de terceiros são punidas mais do que as ofertas injustas feitas a si mesmo (Feldman Hall et al., 2014). No entanto, ao investigar a relação entre os níveis de desenvolvimento moral, conforme a tipologia kolberguiana, e as estratégias de resolução de conflitos interpessoais no contexto organizacional, Rahim, Buntzman e White (1999) constataram que os participantes de estágios superiores de desenvolvimento moral usaram estratégias mais assertivas e menos submissas do que os que estão em estágios inferiores de desenvolvimento moral. Além disso, os pesquisadores concluíram que o uso acentuado de estratégias agressivas estava inversamente associado a níveis mais elevados de desenvolvimento moral.

3.4 O presente estudo

Ao avaliar os estudos apresentados que relacionaram a empatia à resolução de conflitos, nota-se que eles se concentraram em amostras de crianças e adolescentes. Quanto às dimensões da empatia, os estudos visaram buscar respostas sobre esses construtos nos seguintes contextos de conflito: familiar, de casal e de amizade. Nesses grupos sociais existe um vínculo/convivência entre os integrantes, o que proporciona a construção de laços afetivos que podem influenciar as relações entre as variáveis estudadas. Além disso, as dimensões ‘Tomada de perspectiva’ e ‘Consideração empática’ foram priorizadas, quando comparadas com as dimensões ‘Fantasia’ e ‘Angústia pessoal’.

Com base nessas constatações e considerando a importância de ampliar o conhecimento sobre as variáveis que influenciam na relação, incluiu-se neste estudo as dimensões negligenciadas anteriormente e realizou-se a coleta de dados com uma amostra de jovens adultos, apresentando-se situações de conflitos entre indivíduos que, geralmente, não têm fortes laços afetivos. Para isso, decidiu-se contar com a participação de estudantes residentes em moradias universitárias.

As moradias universitárias são habitadas por estudantes, geralmente jovens em situação de vulnerabilidade socioeconômica, que deixaram seus familiares e amigos para cursar uma graduação em outra cidade ou estado. Eles dividem o mesmo espaço com outros estudantes que têm o mesmo perfil, mas que podem apresentar diferenças no que diz respeito aos hábitos, costumes e valores. Estudos apontam que esse ambiente é gerador de conflitos e, muitas vezes de isolamento e adoecimento (Osse & Costa, 2011; Porter & Newman, 2016; Schneider et al., 2017; Shekhawat et al., 2016; Sousa & Peixoto, 2020).

Em relação à justiça, como foi constatado que a empatia pode desempenhar um papel crítico no julgamento moral, e não há um consenso na literatura sobre essa relação, é importante examinar a contribuição de cada dimensão da empatia para a justiça separadamente. Por fim, não foram encontrados estudos atuais que abordassem a relação entre julgamento moral de

justiça e estratégias de resolução de conflitos. Essas são algumas lacunas teóricas que o presente estudo buscou investigar.

Depois de construir argumentos teóricos subsidiados por achados empíricos, criou-se um modelo de resolução de conflitos com base na formulação de hipóteses, levando em consideração o caráter exploratório deste estudo.

Em relação aos efeitos diretos, as hipóteses formuladas foram:

1) O avanço nos níveis de tomada de perspectiva (a), consideração empática (b) e fantasia (c) prediz o maior uso de estratégia assertiva em situações de conflito.

A *Hipótese 1* fundamenta-se nos resultados de investigações que apontam a relação positiva entre empatia e comportamentos pró-sociais (Batson, 2009; Batson, Lishner & Stocks, 2015; Eisenberg, 2000; Eisenberg & Miller, 1987; Sampaio, Camino, & Roazzi, 2009; Waytz, Zaki & Mitchell, 2012) e na compreensão de que a estratégia de resolução de conflitos com base na assertividade pode ser percebida como um comportamento pró-social por permitir mudanças positivas não apenas para as partes em conflitos, mas para o grupo, por se basear no respeito e reciprocidade (Deluty, 1979; Laursen & Collins, 1994). Além disso, estudos em contextos familiares verificaram que existe correlação positiva entre as dimensões cognitivas e afetivas da empatia e a assertividade (Björkqvist, Österman & Kaukiainen, 2000; Chow, Ruhl & Buhrmester, 2013; Garaigordobil & Maganto, 2011; Van Lissa et al., 2016; Van Lissa, Hawk & Meeus, 2017; De Wied, Branje & Meeus, 2007)

2) O avanço no nível da angústia pessoal prediz o maior uso de estratégia agressiva em situações de conflito.

A *Hipótese 2* baseia-se na compreensão de que a angústia pessoal, por ser um afeto básico egocêntrico e, assim, se concentrar na própria experiência emocional negativa (Batson, Lishner & Stocks, 2015; Davis, 1983; Hoffman, 2001), pode levar o indivíduo a não identificar as necessidades do outro e agir de forma coercitiva em situações de conflito, desconsiderando

a opinião, os direitos ou os sentimentos alheios. Estudos realizados por Klimecki, Vuilleumier e Sander (2016) e Sampaio, Oliveira e Pires (2020) apontam para esta direção na relação entre angústia pessoal e agressividade.

3) O avanço no nível de consideração empática prediz o maior uso de estratégia submissa em situações de conflito.

Em relação à *Hipótese 3*, acredita-se que a consideração empática, por ser um afeto direcionado ao outro (Batson, Lishner & Stocks, 2015; Davis, 1983; Hoffman, 2001), pode fazer com que o indivíduo, em uma situação de conflito, desconsidere os próprios afetos, opiniões e direitos e se concentre nos sentimentos de angústia, raiva, injustiça que o outro envolvido na situação poderia experimentar, levando-o, assim, à submissão. Estudos empíricos verificaram associação positiva entre consideração empática e submissão (Batson & Ahmad, 2001; Björkqvist, Österman, & Kaukiainen, 2000).

4) O avanço no nível da tomada de perspectiva prediz o menor uso de estratégia agressiva em situações de conflito.

A *Hipótese 4* fundamenta-se nos estudos de Hoffman (1987, 1991) que defendem que a empatia está diretamente relacionada ao processo de diferenciação do *self*. Quanto mais desenvolvido o senso cognitivo sobre a existência de outras pessoas, maior a chance de compreender os supostos estados mentais da outra parte envolvida no conflito e imaginar as consequências de suas ações para si, para o outro e para o grupo. A tomada de perspectiva pode levar o indivíduo a “pensar mais” antes de agir, logo, não decidir por alternativas agressivas (Chow, et al., 2013; Van Lissa et al., 2017).

Em relação aos efeitos indiretos, as hipóteses que serão apresentadas a seguir foram elaboradas com base na teoria do comportamento moral pró-social de Hoffman (2001) e de estudos empíricos que defendem a importância das dimensões empáticas para o julgamento moral de justiça (Eisenberg, Zhou & Koller, 2001; Galvão, 2010; Ribeiro, 1996; Sampaio et

al., 2008). No entanto, vale ressaltar que, no presente estudo, as variáveis empatia e justiça estarão relacionadas com as estratégias de resolução de conflitos e que novos estudos constatarem que a contribuição da empatia para a justiça pode ter sido inflada (Decety e Yoder, 2016; Horne & Powell, 2016; De Buck & Pauwels, 2021; Trivedi-Bateman, 2019) Outro ponto importante é a verificação da ausência de estudos que busquem compreender a relação entre as três variáveis em conjunto: empatia, justiça e resolução de conflitos. Para explorar essas relações, foram construídas as seguintes hipóteses:

5) O efeito positivo das dimensões empáticas sobre a estratégia assertiva em situação de conflito é mediado pelo nível de julgamento moral de justiça.

A Hipótese 5 fundamenta-se nos estudos de Kohlberg (1984) acerca do desenvolvimento moral, na definição de Deluty (1979) sobre a assertividade e no estudo de Rahim, Buntzman e White (1999). Acredita-se que, quanto maior o nível de moralidade, mais os indivíduos buscarão resolver seus conflitos com base no respeito, princípios de equidade e justiça distributiva.

6) O efeito negativo das dimensões empáticas sobre a estratégia agressiva em situação de conflito é mediado pelo nível de julgamento moral de justiça.

A Hipótese 6 foi construída com base na teoria do desenvolvimento moral de Kohlberg (1984), na compreensão de Deluty (1979) acerca da estratégia agressiva e no estudo empírico de Rahim, Buntzman e White (1999). Como, segundo Kohlberg (1984), níveis mais elevados de julgamento de justiça levam a uma maior autonomia moral e à colaboração pacífica nas interações sociais, com base no respeito mútuo e cooperação, julga-se que esta forma de raciocínio faz com que o indivíduo aja pensando menos nos próprios interesses egocêntricos e acomode todos os pontos de vista, não se utilizando da agressividade para resolver seus conflitos.

7) O efeito negativo das dimensões empáticas sobre a estratégia submissa em situação de conflito é mediado pelo nível de julgamento moral de justiça.

Com relação a *Hipótese 7*, ela foi construída com base na teoria kolberguiana de desenvolvimento moral, na compreensão de Deluty (1979) acerca da estratégia submissa e no estudo empírico de Rahim, Buntzman e White (1999). Julga-se que indivíduos com níveis de julgamento de justiça mais elevados, por possuírem um moral com base na autonomia, agirão considerando os próprios princípios de justiça, guiados pela igualdade e dignidade humana, e não se submeterão a regras impostas pelo outro que entrem em dissonância com esta percepção de sociedade baseada em princípios éticos universais.

Com base nas hipóteses, o objetivo central deste artigo foi o de verificar se as dimensões da empatia, combinadas com os princípios morais de justiça, poderiam explicar estratégias de resolução de conflitos que estudantes de graduação julgavam adotar em situações de desentendimentos nas moradias universitárias onde residiam.

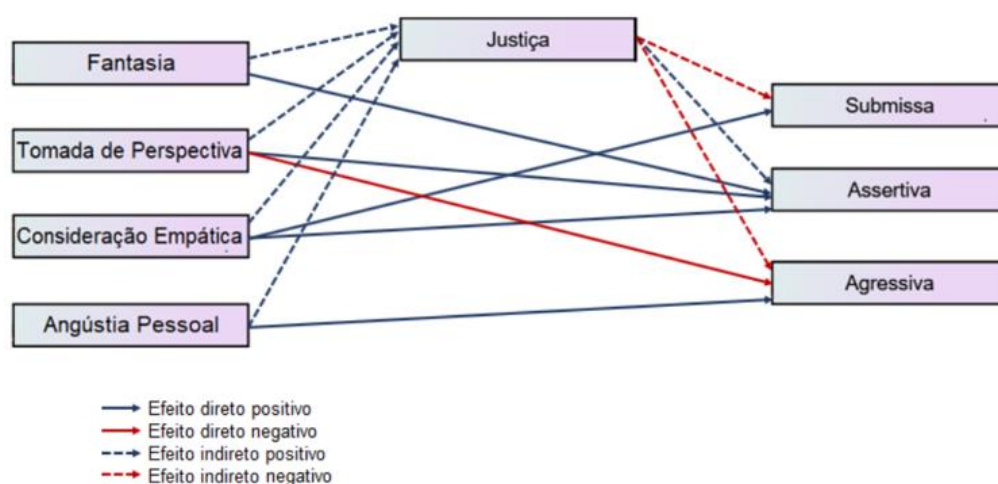


Fig. 1. Modelo hipotetizado de estratégias de resolução de conflitos

3.5 Método

3.5.1 Participantes

Participaram deste estudo 394 estudantes de graduação, residentes em moradias universitárias localizadas em João Pessoa, Bananeiras, Areia e Rio Tinto, vinculadas a uma

Instituição Federal de Ensino Superior da Paraíba (IFES), com idades de 18 a 35 anos ($M=24,02$ $DP= 3,43$), a maioria do sexo masculino (54,10%), cursando uma das três áreas de conhecimento: Biológicas (45,9%), Exatas (30,50%) e Humanas (23,60%). A amostra foi não probabilística, e o critério para participar da pesquisa era de que se tivesse uma experiência mínima de seis meses na moradia e idade igual ou maior de 18 (dezoito) anos.

3.5.2 Instrumentos

Para investigar as variáveis que compõem o modelo de resolução de conflitos, foram utilizados os seguintes instrumentos:

- *Escala Multidimensional de Reatividade Interpessoal – EMRI (Anexo B)*. Elaborado por Davis (1983) e adaptado em sua versão original por Sampaio, Guimarães, Camino, Formiga e Menezes (2011). Essa escala é composta de 26 itens, que avaliam dimensões afetivas e cognitivas da empatia. A dimensão afetiva é acessada por meio das subescalas ‘Angústia Pessoal’ (seis itens) e ‘Consideração Empática’ (sete itens), e a dimensão cognitiva, é avaliada através das subescalas ‘Tomada de Perspectiva’ (seis itens) e ‘Fantasia’ (sete itens). As respostas para as afirmações variam em uma escala do tipo Likert de 1 (Não me descreve bem) a 5 (Me descreve muito bem). Neste estudo, os quatro fatores foram analisados separadamente e apresentaram bons índices de confiabilidade interna (Fantasia $\alpha = 0,83$; Angústia Pessoal $\alpha = 0,82$; Consideração Empática $\alpha = 0,82$; Tomada de Perspectiva $\alpha = 0,76$).

- *Questionário de Opiniões Sociais – Defining Issues Test – DIT (Anexo C)*. É uma adaptação do Defining Issues Test para o contexto brasileiro, elaborada por Camino e colaboradores (Camino & Luna, 1989; Camino, Rique, Ribeiro, & Araújo, 1998). O DIT é uma medida objetiva e foi originalmente elaborada por Rest et al. (1974), com base no Moral Judgment Interview, instrumento elaborado por Kohlberg (1987), para mensurar o julgamento moral. Em sua versão original, o DIT consiste de seis dilemas morais que apresentam possibilidades de resolver conflitos socio-morais, dos quais dois foram usados neste estudo: *João e o Remédio* e

O Prisioneiro Foragido. Depois de ler cada dilema, o participante é solicitado a responder uma questão que tem o objetivo de verificar o que o protagonista do dilema deveria fazer em uma situação de conflito. Para essa questão, são dadas as opções de resposta ‘Sim’, ‘Não’ ou ‘Não sei’. Em seguida, há uma lista com 12 afirmativas sobre o conflito apresentado que representam raciocínios dos estágios morais definidos por Kohlberg (1984). Para cada afirmativa apresentada, solicita-se que o participante atribua um grau de importância numa escala Likert que vai de ‘1 – nenhuma’ a ‘5 – máxima’. Finalmente, solicita-se que o participante escolha, dentre as 12 afirmativas listadas, quatro que ele considera como as mais importantes de ‘a primeira mais importante’ a ‘a quarta mais importante’ ($\alpha = 0,65$).

- *Escala Estratégias de Resolução de Conflitos em Moradias Estudantis -ERCME (Apêndice E)*. Elaborada pela autora deste trabalho de tese (*Artigo 2*), essa escala é composta de 16 itens que avaliam três estratégias de resolução: a ‘Resolução Agressiva’ (4 itens), a ‘Resolução Submissa’ (6 itens) e a ‘Resolução Assertiva’ (6 itens). Em cada item da escala do tipo Likert, o estudante é solicitado a julgar o quanto adotaria a estratégia apresentada para resolver situações conflituosas dentro da moradia estudantil (Item 7: *Se um morador inventasse histórias para difamar a minha imagem, eu não discutiria e tentaria aceitar a situação*; Item 13: *Se eu ficasse sem água no meu quarto por dois dias seguidos, eu me posicionaria, ficaria irritad@ e poderia perder o autocontrole*). Foram oferecidas cinco opções de respostas – que variaram de 1 (Nada) a 5 (Muitíssimo). Para avaliar o quanto o respondente utiliza cada estratégia de resolução de conflitos, os fatores devem ser analisados separadamente. Os três fatores apresentaram bons índices de confiabilidade interna (Resolução Agressiva $\alpha = 0,79$; Resolução Submissa $\alpha = 0,76$; Resolução Assertiva $\alpha = 0,73$).

Por fim, os participantes foram solicitados a responder questões de cunho sociodemográfico (e. g., sexo, idade, religião) para caracterizar a amostra (*Apêndice C*).

3.5.3 *Procedimento ético*

Todas as recomendações para a realização de pesquisas com seres humanos foram seguidas, de acordo com a Resolução nº 510/16 do Conselho Nacional de Saúde. Os participantes declararam seu consentimento em participar da pesquisa e autorizaram a utilização dos dados para fins científicos por meio de um Termo de Consentimento Livre e Esclarecido

3.5.4 *Procedimento de coleta dos dados*

Primeiramente, os números telefônicos dos estudantes foram disponibilizados pela Coordenação de Apoio Estudantil – COAPE, setor da universidade responsável pelas moradias estudantis e, por meio de um aplicativo de mensagem instantânea (*WhatsApp*), a pesquisadora deste estudo entrou em contato com os estudantes, individualmente, fornecendo informações sobre os objetivos da pesquisa e seu tempo de duração e convidou-os para participar. Depois que os estudantes consentiram a realização da pesquisa e informaram sua idade e o tempo que tinham de experiência nas moradias universitárias, o *link* de um aplicativo de gerenciamento de pesquisas (*Google Forms*) foi disponibilizado pela pesquisadora aos participantes, e os dados foram coletados de forma eletrônica.

3.5.5 *Análise dos dados*

Os dados coletados foram analisados por meio do *software* IBM SPSS Statistics - Versão 20 - e do *software* IBM SPSS Amos - Versão 20. O primeiro pacote estatístico foi utilizado para realizar análises estatísticas descritivas e inferenciais, como médias e frequências e comparações de médias, e para calcular o “índice” *p* do DIT, a fim de obter o nível pós-convencional de cada participante. Nesse cálculo, os pesquisadores atribuíram quatro pontos para a primeira escolha dos participantes, três para a segunda escolha, dois para a terceira e um para a quarta escolha, o que soma, para cada dilema, 10 pontos. Só são considerados os pontos referentes a itens do nível pós-convencional. A soma desses pontos é dividida pela pontuação máxima dos dois dilemas selecionados, neste caso, 20 itens. Para todas as escalas foram

realizados teste de confiabilidade (Alfa de Cronbach). O segundo pacote estatístico foi usado para conduzir a modelagem de caminho e testar o modelo hipotetizado por meio do método dos mínimos quadrados generalizados (GLS). A construção do modelo de resolução de conflitos proposto ocorreu em duas etapas: primeiro, foram feitas correlações e análises de regressão hierárquica, e depois, realizou-se a modelagem de equações estruturais.

3.6 Resultados

Os índices de confiabilidade foram satisfatórios para todas as escalas utilizadas neste estudo (entre 0,73 e 0,89), exceto os dilemas morais do DIT, para os quais os resultados foram moderados ($\alpha=0,65$). Estudos anteriores que utilizaram o DIT apresentaram índices entre $\alpha = 0,49$ e $\alpha = 0,76$ (Moreira et al., 2018).

O teste *r* de Pearson verificou a existência de correlações estatisticamente significativas entre as variáveis estudadas, conforme demonstrado na Tabela 1.

Tabela 1

Correlações entre os indicadores de estratégias de resolução de conflitos e indicadores das dimensões sociomorais: Empatia e Justiça

<i>Variáveis</i>	1	2	3	4	5	6	7	8	9
Res. Assertiva (1)	-								
Res. Agressiva (2)	n.s.	-							
Res. Submissa (3)	0,24**	n.s.	-						
Tomada de perspectiva (4)	0,22**	n.s.	n.s.	-					
Consideração empática (5)	0,15**	n.s.	n.s.	0,53**	-				
Angústia pessoal (6)	n.s.	,16**	n.s.	0,17**	0,48**	-			
Fantasia (7)	n.s.	n.s.	n.s.	0,20**	0,44**	0,53**	-		
Empatia global (8)	0,12*	n.s.	n.s.	0,56**	0,80**	0,77**	0,80**	-	
Escore <i>p</i> Justiça (9)	n.s.	n.s.	-0,12*	0,11*	0,13*	n.s.	0,21**	0,19*	-

* $p<.05$; ** $p<.001$; n.s. = não significativo

Todas as dimensões da empatia se correlacionaram positivamente entre si e com a ‘Empatia global’. Além disso, foi verificada a existência de correlações positivas entre a ‘Resolução Assertiva’ e as variáveis ‘Empatia global’, ‘Consideração empática’, ‘Tomada de perspectiva’ e ‘Resolução Submissa’. A correlação positiva entre a ‘Resolução Submissa’ e a ‘Resolução Assertiva’ pode ter ocorrido devido as duas estratégias terem em comum a intenção pela conciliação na situação de conflito (Taylor et al., 2019), embora a forma de buscar essa conciliação ocorra por caminhos diferentes (Deluty, 1981). Em relação às demais estratégias, A ‘Resolução Agressiva’ se correlacionou de forma positiva com a ‘Angústia pessoal’ e a ‘Resolução Submissa’ se correlacionou negativamente com a ‘Justiça’.

Análises de regressão hierárquica indicaram que dimensões da empatia e a ‘Justiça’ explicaram de forma significativa as estratégias de resolução de conflitos em moradias universitárias, no entanto, nem todas as relações hipotetizadas foram significativas, conforme pode ser observado na Tabela 2.

Tabela 2

Coefficientes de regressão para o modelo de estratégias de resolução de conflitos

VI	VD	Valor Estimado da Regressão	Erro padrão	C.R.	P
Fantasia	→ Justiça	0,045	0,012	3,667	***
TP	→ Justiça	0,021	0,018	1,156	0,248
AP	→ Justiça	-0,012	0,013	-0,936	0,349
CE	→ Justiça	0,006	0,019	0,325	0,745
Fantasia	→ Assertiva	0,008	0,058	0,146	0,884
TP	→ Assertiva	0,279	0,084	3,341	***
AP	→ Assertiva	-0,077	0,060	-1,279	0,201
CE	→ Assertiva	0,100	0,086	1,166	0,244
Justiça	→ Assertiva	-0,054	0,233	-0,233	0,816
Fantasia	→ Agressiva	-0,030	0,065	-0,462	0,644
TP	→ Agressiva	-0,184	0,094	-1,962	0,050
AP	→ Agressiva	0,177	0,067	2,627	0,009
CE	→ Agressiva	0,110	0,096	1,139	0,255
Justiça	→ Agressiva	-0,250	0,261	-0,958	0,338
Fantasia	→ Submissa	-0,030	0,055	-0,548	0,584
TP	→ Submissa	0,048	0,080	0,609	0,543
AP	→ Submissa	0,083	0,057	1,460	0,144
CE	→ Submissa	0,029	0,082	0,356	0,722
Justiça	→ Submissa	-0,546	0,222	-2,458	0,014

TP – Tomada de perspectiva; AP – Angústia Pessoal; CE – Consideração Empática.

Por meio de uma modelagem de equações estruturais, verificou-se que o modelo hipotetizado não se adequou, de forma satisfatória, aos dados e que a falta de ajuste foi identificada por meio da significância do teste *Qui-quadrado*, cujos valores se apresentaram acima do estipulado pela literatura (Hair et al., 2009; Pilati & Laros, 2007) e por meio de outros índices que não apresentaram valores recomendáveis ($\chi^2/g.l=7,695$; GFI=0,985; AGFI=0,824; CFI=0,902; RMSEA=0,131)

Por essa razão, procedeu-se com a reespecificação do modelo, estabelecendo novas relações entre as variáveis e retirando a dimensão ‘Consideração empática’. Optou-se por tirar essa dimensão porque ela não apresentou coeficientes de regressão adequados com as demais variáveis e por constatar que os estudos que embasaram este trabalho não indicaram consistentemente a relevância de mantê-la no modelo que envolve a resolução de conflitos (De Waal, 2009; Van Lissa et al., 2016).

O método dos mínimos quadrados generalizados (GLS) foi usado para estimar o novo modelo. Os requisitos de normalidade, linearidade, ausência de multicolinearidade e singularidade foram atendidos. A Figura 2 mostra que o modelo reespecificado de resolução de conflitos mostrou-se adequado [$\chi^2 (12) = 12,225$; $p=0,428$] e os índices de ajuste foram satisfatórios ($\chi^2/g.l=1,019$; GFI=0,991; AGFI=0,979; CFI=0,998; RMSEA=0,007).

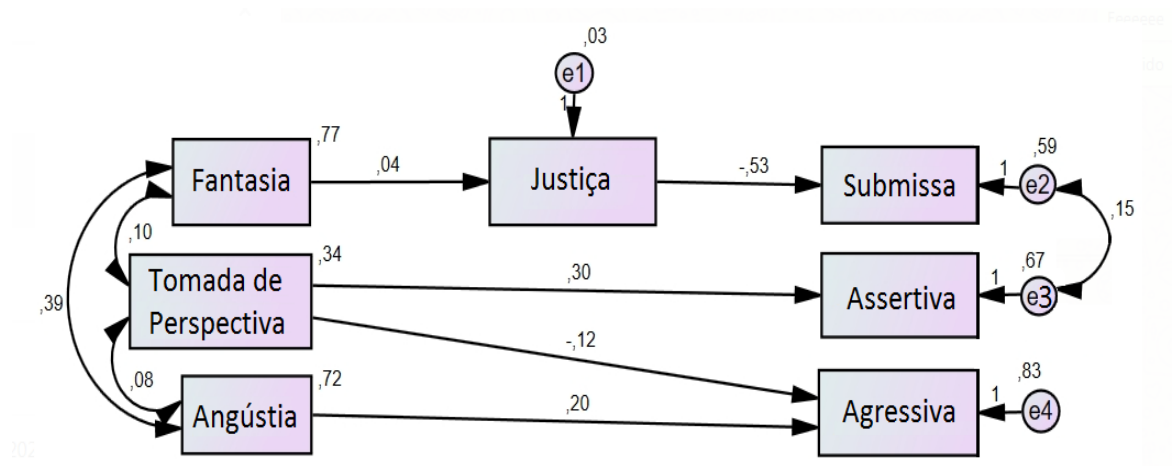


Fig. 2. Modelo revisado de estratégias de resolução de conflitos.

A Figura 2 mostra que houve efeito mediador da ‘Justiça’ na relação entre a ‘Fantasia’ e a ‘Resolução Submissa’ [Efeito indireto: $\beta = -0,022$ (IC90% = -0,04; -0,02)]. Esses resultados mostraram que a ‘Fantasia’, por si só, não explica a ‘Submissão’, sendo necessário o papel mediador da Justiça nessa relação, de modo que quanto maior a fantasia, maior a probabilidade de julgamentos de justiça ($\beta = 0,04$; EP = 0,010; $p < 0,001$) e, conseqüentemente, maior a chance de não ser submisso em situações de conflito ($\beta = -0,53$; EP = 0,211; $p < 0,01$). Quanto às demais hipóteses formuladas referentes à variável mediadora ‘Justiça’, é possível observar que não foram encontrados efeitos indiretos com as variáveis ‘Estratégia Assertiva’ e ‘Estratégia Agressiva’.

Em relação aos efeitos diretos das dimensões da empatia sobre as estratégias de resolução de conflitos, a Figura 2 indica que ‘Tomada de perspectiva’ exerce efeito positivo na variável ‘Resolução Assertiva’ ($\beta = 0,30$; EP = 0,068; $p < 0,001$) e efeito negativo na ‘Resolução Agressiva’ ($\beta = -0,12$; EP = 0,080; $p < 0,05$) e a ‘Angústia pessoal’ exerce um efeito positivo na estratégia agressiva ($\beta = 0,20$; EP = 0,055; $p < 0,001$).

3.7 Discussão

O presente estudo buscou compreender os processos psicológicos envolvidos nas estratégias de resolução de conflitos, no contexto de moradias estudantis, ao testar um modelo teórico que associa um conjunto de variáveis psicossociais: dimensões empáticas, julgamento de justiça e as estratégias assertiva, submissa e agressiva para a resolução de conflitos. Com base nas teorias desenvolvimentistas de Hoffman, acerca da empatia, de Kohlberg, acerca do julgamento moral de justiça, e em vários estudos empíricos, foram levantadas hipóteses que serão discutidas a partir dos resultados encontrados.

Primeiramente, ao considerar as hipóteses referentes aos efeitos diretos entre as dimensões da empatia e as estratégias de resolução de conflitos, foi possível confirmar a

Hipótese 1a (o avanço nos níveis de tomada de perspectiva prediz o maior uso de estratégia assertiva em situações de conflito) e a Hipótese 4 (o avanço no nível da tomada de perspectiva prediz o menor uso de estratégia agressiva em situações de conflito), ao constatar o papel preponderante da *Tomada de perspectiva*, quando comparada com as demais dimensões, tanto para aumentar a assertividade quanto para reduzir a agressividade (Batson & Ahmad, 2001; Björkqvist e t al., 2000; Chow, Ruhl e Buhrmester, 2013; Van Lissa, Hawk & Meeus, 2017; Van Lissa et al., 2016). Julga-se que esse resultado, que era esperado, mostra a importância do indivíduo, em uma situação de conflito, se colocar na perspectiva da outra parte envolvida, buscar compreender os supostos estados mentais dela e imaginar as consequências de suas ações para ambas as partes, buscando possibilidades de resoluções mais colaborativas (Hoffman, 2001). Como *Tomada de perspectiva* exige amadurecimento de habilidades sociocognitivas e é consolidada no último estágio do processo de diferenciação do *self*, era esperado que a população de jovens universitários tivesse essa capacidade desenvolvida e atuante em suas interações sociais.

Além da Hipótese 1b, que defende que o avanço nos níveis de *consideração empática* prediz o maior uso de estratégia assertiva em situações de conflito, não ter sido confirmada por critérios estatísticos, foi necessário retirar a variável afetiva do modelo. A exclusão da *consideração empática* no modelo final não se refere à ausência dessa habilidade nos participantes, até porque, ao realizar o teste *r* de Pearson, todas as dimensões empáticas se correlacionaram entre si e com a empatia global, consonante com estudos anteriores (Formiga, 2012; Formiga et al., 2013; Sampaio et al., 2011; Sampaio, Oliveira & Pires, 2020). Frente a esses resultados, julga-se, conforme De Buck e Pauwels (2021), que é mais provável que alguém seja empático com a família e amigos do que com inimigos ou estranhos e, no caso da presente pesquisa, isto explica o porquê de a *consideração empática* não ter impacto no comportamento de tomada de decisão, já que os conflitos apresentados aos participantes se

referiam a situações entre desconhecidos ou pessoas com baixo grau de proximidade, o que provavelmente dificultou a excitação da empatia afetiva. Lembra-se, neste sentido, que, segundo De Waal (2009), a função primária da empatia é a de formar e fortalecer o vínculo social, porém, em situação de confronto com pessoas desconhecidas, a necessidade do vínculo diminui, reduzindo a empatia situacional. Estudos realizados em moradias universitárias identificaram que uma das queixas dos residentes é o distanciamento entre eles e a falta de empatia (Miele & Hamrick, 2019; Schneider et al., 2017; Sousa & Peixoto, 2020; Thombs et al., 2015). Além dessas reflexões, também é importante questionar se os itens da escala ERCME despertam mais a Tomada de Perspectiva do que a Consideração empática, dificultando o compartilhamento de sentimentos com as partes envolvidas no conflito e a motivação afetiva para agir de forma assertiva. Isto pode ser esclarecido em futuras pesquisas.

Segundo Trivedi-Bateman (2019), um processo puramente cognitivo que ignora o papel da afetividade não é suficiente para a empatia, e a dimensão afetiva, principalmente a *consideração empática*, tem se mostrado importante em estudos que envolvem outros contextos sociais de conflito (Van Lissa et al., 2016). Porém, Sampaio (2008) assevera que as relações entre *consideração empática* e *angústia pessoal* não estão bem-esclarecidas no contexto brasileiro, já que nos resultados em outros países a angústia pessoal se opõe à empatia e no Brasil elas vão na mesma direção.

Ao constatar, a partir dos resultados deste estudo, que a *angústia pessoal* prediz a agressividade, conforme Hipótese 2, foi possível confirmar as reflexões feitas por Klimecki, Vuilleumier e Sander (2016) e Sampaio, Oliveira e Pires (2020), ao verificar, por meio de estudos empíricos, que situações que causam perturbação podem elevar a *angústia pessoal* e fazer com que o indivíduo não regule as suas emoções e aja de forma agressiva.

Em relação a Hipótese 1c (*avanço nos níveis de fantasia prediz o maior uso de estratégia assertiva em situações de conflito*), proposição construída com a intenção de explorar

mais a *fantasia*, dimensão cognitiva negligenciada em estudos anteriores, verificou-se que ela não apresentou efeito direto, como era esperado no modelo, porém, foi a única dimensão empática que se relacionou positivamente com a variável mediadora *justiça*, conforme será apresentado a seguir.

No que diz respeito as Hipóteses 5, 6 e 7, referentes à variável mediadora *justiça*, esperava-se mais efeitos indiretos entre as variáveis, no entanto, foi observado que apenas o efeito do nível da *fantasia* sobre as estratégias de resolução de conflitos foi mediado pelo nível de julgamento moral de justiça. Para explicar essa relação entre *fantasia* e *justiça*, considera-se que existem evidências experimentais de que obras de ficção literária, muitas vezes descritas como narrativas que despertam profundos sentimentos e pensamentos internos dos sujeitos, levam a um melhor desempenho temporário em testes que avaliam a capacidade humana de compreender os estados mentais dos outros, quando comparadas com a leitura de não ficção ou nenhuma leitura (Kidd & Castano, 2013). Além da literatura verifica-se que a dança, o teatro, a pintura, o cinema, a fotografia, a música, entre outras expressões artísticas, podem suscitar o desenvolvimento da dimensão da *fantasia* (Davis, 1983), fazendo com que o indivíduo transponha a si mesmo e imagine possibilidades em uma pré-sociedade mais justa – um sistema social derivado de uma perspectiva ética anterior à realidade atual - guiado por princípios éticos, com base na igualdade e na equidade. Também, considerando que essa forma de julgamento de justiça se manifesta em indivíduos que estão no último nível de desenvolvimento moral (Colby & Kohlberg, 1987), é possível ver a *fantasia* como uma habilidade empática que influencia o julgamento moral.

Com base em estudos anteriores, esperava-se encontrar relações entre outras dimensões da empatia (*Hipóteses 5 e 6*), além da *fantasia*, e a *justiça* (Decety & Yoder, 2016; Eisenberg, Zhou & Koller, 2001; Galvão, 2010; Sampaio et al., 2008), o que não ocorreu. Julga-se que essa falta de relações corrobora os estudos de Horne e Powell (2016), que constataram que os

dilemas podiam evocar fortes respostas emocionais, mas essas respostas eram fracamente correlacionadas com os julgamentos morais dos indivíduos. Segundo os autores, a conexão supostamente forte entre empatia e julgamentos de dilemas morais pode ter sido superestimada.

Estudos atuais apontam para novas direções quando se trata de compreender os processos e os mecanismos necessários para desenvolver a moralidade, e concluem, seguindo a perspectiva teórica de Prinz (2011a; 2011b), que a empatia, mediada por outras variáveis, pode contribuir, de forma mais efetiva, com o julgamento moral de justiça, como a culpa, a vergonha, a raiva e a sensibilidade moral (Decety & Yoder, 2016; Horne & Powell, 2016; De Buck & Pauwels, 2021; Trivedi-Bateman, 2019). Camino, Camino e Leyes (1996), há três décadas, já defendiam que “a relação entre empatia e julgamento moral era mediada por uma série de outros fatores, além da empatia, como: processos cognitivos, aprendizagem de normas sociais e experiências afetivas diversas” (p.131).

A justiça é uma virtude cardinal por se preocupar com as relações corretas entre indivíduos e grupos. Buscar a justiça é uma resposta moralmente madura para resolver conflitos, porquanto é o caminho para as interações pacíficas e a formação de sociedades bem ordenadas. Ao buscar compreender a relação entre o julgamento moral de justiça e as estratégias de resolução de conflitos, foi identificado, conforme Hipótese 7 (*o efeito negativo das dimensões empáticas sobre a estratégia submissa em situação de conflito é mediado pelo nível de julgamento moral de justiça*), que o julgamento moral de justiça, considerando o nível pós-convencional dos participantes (Índice p do DIT), apareceu como um forte preditor negativo da estratégia submissa e, desta forma, confirma a constatação feita no estudo empírico de Rahim, Buntzman e White (1999). Também, neste sentido, os resultados do presente estudo confirmam as ideias de Kant (1797/2017) que defende que a moralidade é a relação das ações com a autonomia da vontade, e que, para se ter autonomia é necessária a liberdade, o que não significa agir sem nenhuma regra, mas ser capaz de seguir uma regra livremente imposta pela própria

razão. Piaget (1932/1994) defendeu, com maestria, a moral autônoma – nível mais elevado da moral – como uma capacidade de decisão própria, que pode quebrar regras estabelecidas e propor novas normas, no entanto, sempre pensando no respeito mútuo e na cooperação”, e Kohlberg (1981), ao refinar a perspectiva piagetiana do desenvolvimento moral, reforçou o papel da autonomia, seguindo, neste ponto, a orientação Kantiana.

Yves de La Taille (2006) enuncia que a moral autônoma pode implicar, em algum momento, sermos revolucionários e contrários a leis que nos humilham e nos tornam submissos, sem dignidade. Encontrar essa relação empírica, de forma tão evidente, reforça a concepção de julgamento moral de justiça defendida nesta pesquisa, conforme teoria apresentada anteriormente, e pode dar indícios de como os estudantes estão necessitando se comportar dentro das moradias universitárias.

Esperava-se que o nível mais elevado de desenvolvimento moral predissesse o maior uso da estratégia assertiva em situações conflituosas, conforme Hipótese 5, já que os indivíduos com níveis de moralidade elevados estão mais interessados em defender os princípios de equidade e justiça distributiva, tratando todos os envolvidos no conflito com respeito e buscando acomodar todos os pontos de vista, do que meramente ganhar para si mesmos à custa dos outros (Colby & Kohlberg, 1987). Como a estratégia agressiva é caracterizada por uma grande preocupação do indivíduo consigo mesmo e pouca preocupação com a outra parte, o que pode levar à intimidação e ao uso do poder ou da força (Deluty, 1979/1981), esperava-se, também, conforme Hipótese 6, que essa forma de resolver conflitos estivesse associada a níveis mais baixos de desenvolvimento moral. Entretanto, essas duas hipóteses levantadas não foram confirmadas, e a explicação para esses resultados pode estar no instrumento utilizado para medir a Justiça, já que o DIT utiliza dilemas hipotéticos e situações demasiadamente abstratas que pouco descrevem conflitos ou problemas que as pessoas julgam importantes no cotidiano.

Segundo Lickona (1978), o dilema hipotético é um recurso limitado, que pouco tem a ver com a vida real, e o DIT não trata especificamente do raciocínio moral em situações de moradias universitárias. É possível que, se fosse um outro instrumento que tratasse conflitos reais, no cotidiano, a relação encontrada fosse diferente.

O presente estudo tem limitações importantes que requerem escrutínio. Em primeiro lugar, a natureza transversal dos dados impediu o estabelecimento de padrões temporais entre os conceitos-chave. Embora não seja possível estabelecer relações causais, utilizou-se a modelagem de equações estruturais que incorpora suposições sobre padrões temporais nas relações. Em segundo lugar, a medida de empatia utilizada foi disposicional autorrelatada, e não uma medida de empatia situacional, ou seja, uma empatia induzida em uma situação ou população específica, como por exemplo, a escala ERCME. Assim, não é possível identificar com quem ou em quais situações o participante sentiu empatia. Em terceiro lugar, embora se tenha constatado que a maioria dos estudos sobre a empatia, a moral e a resolução de conflitos se baseia em medidas autorrelatadas, sabe-se que elas podem ser influenciadas pelo desejo dos participantes de viver de acordo com os estereótipos e, por isso, De Buck e Pauwels (2021) sugerem a utilização de métodos variados, como medidas fisiológicas e de expressões faciais, para medir a empatia, assim como estudos experimentais e longitudinais para verificar padrões temporais entre as variáveis.

3.8 Considerações Finais

As verificações deste estudo não são a última palavra sobre o papel da empatia nos julgamentos morais, mas sugerem que essa relação é mais fraca do que as encontradas e previstas por muitos pesquisadores. Acredita-se que este artigo seja uma prolongação útil de pesquisas anteriores, porém, é necessário cautela ao generalizar os resultados para outras situações fora do contexto da moradia estudantil. Pesquisas futuras devem replicar essas

descobertas, usar outros métodos para avaliar a relação entre empatia e julgamentos morais e, também, devem buscar compreender o papel intermediário das emoções morais, como raiva, nojo, culpa, vergonha, e de outras variáveis socio morais, como habilidades sociais, perdão, autocontrole e sensibilidade moral.

O objetivo deste estudo foi o de adicionar à literatura uma investigação sobre a relação entre dimensões psicológicas desenvolvimentistas que permita uma maior compreensão do processo de resolução de conflitos. Esse objetivo surgiu do entendimento de que: se a empatia, a justiça e outras formas mais eficazes de resolver conflitos poderiam ser desenvolvidas e estimuladas, as relações entre elas deveriam ser estudadas e o conhecimento aplicado. Este estudo expandiu o conhecimento na área para contextos sociais mais amplos e, ademais, poderá contribuir para elaboração de atividades intervencionistas que promovam estratégias de resolução de conflitos pró-sociais em moradias universitárias.

Considerações finais da tese

Os resultados e as discussões trazidas neste trabalho de tese podem interessar a psicólogos, educadores, assistentes sociais e pedagogos, aos profissionais que compõem a equipe de assistência estudantil de Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) e a todos que desejam refletir sobre a importância das dimensões sociomoris para a resolução de conflitos sob o enfoque da Psicologia do Desenvolvimento Moral.

Esta tese teve como objetivo principal verificar se as dimensões da empatia, combinadas com princípios morais de justiça, poderiam explicar as estratégias de resolução de conflitos em moradias universitárias. Para que esse objetivo fosse alcançado, foram realizadas pesquisas com objetivos secundários que trouxeram resultados importantes para o contexto das moradias estudantis.

O Brasil possui 110 IFES e mais de 115 moradias universitárias. Compreender a realidade e os conflitos vivenciados por estudantes residentes nestes ambientes, apropriar-se de um instrumento que avalia as estratégias que essa população julga adotar em situação conflituosa e refletir sobre os processos mentais que influenciam a estratégia para resolver conflitos pode ser um caminho bastante válido para quem visa melhorar esse ambiente desafiador e, em muitas circunstâncias, adoecedor.

No primeiro artigo, constatou-se a existência de diferentes queixas dos residentes sobre possíveis situações desencadeadoras de conflitos nas moradias universitárias: queixas sobre a Instituição, queixas sobre a transgressão da lei e queixas sobre os próprios residentes, sendo esta última a mais frequente. Constatou-se, também, que a maioria dos residentes reconheceu a moradia universitária como um lar, embora muitos não percebam os demais residentes como amigos e considerem que os conflitos nas moradias não são resolvidos. Diante desses resultados, reconheceu-se a necessidade de construir um instrumento apropriado para este

contexto social conflitoso a fim de mensurar três estratégias de resolução de conflitos: resolução assertiva, resolução agressiva e resolução submissa.

Fundamentado no estudo anterior, o segundo artigo se propôs a elaborar a escala de Estratégias de Resolução de Conflitos em Moradias Estudantis (ERCME), a avaliar as propriedades psicométricas e a confirmar a sua estrutura trifatorial. Após as análises, foi constatado que a ERCME possui evidências psicométricas satisfatórias e pode ser utilizada para estimar as estratégias utilizadas pelos estudantes em situações de conflito em moradias estudantis.

Após a construção do instrumento, buscou-se atingir o objetivo principal da Tese e, neste momento, foram identificadas as dimensões da empatia que possuíam efeitos diretos sobre as estratégias de resolução de conflitos: a Tomada de Perspectiva exerceu efeito positivo sobre a Resolução Assertiva e efeito negativo sobre a Resolução Agressiva e a Angústia Pessoal exerceu efeito positivo sobre a Estratégia Agressiva. Em relação aos efeitos indiretos, constatou-se que houve um efeito mediador da justiça na relação entre a Fantasia e a Resolução Submissa. Com esses resultados, julga-se que o objetivo foi atingido, mostrando a importância de dimensões psicológicas desenvolvimentistas para a compreensão do processo de resolução de conflitos.

Considerando que este trabalho de tese foi desenvolvido durante a pandemia do COVID-19, ressalta-se que alguns obstáculos foram enfrentados durante a execução das atividades doutorais. Primeiramente, foi necessário interromper a pesquisa e realizar alterações teóricas e metodológicas no último artigo, pois o objetivo final da tese era desenvolver atividades de intervenção em grupos experimentais. Os grupos já estavam formados e as atividades para cada encontro já tinham sido elaboradas, no entanto, após o terceiro encontro, a pesquisa foi interrompida devido a necessidade de distanciamento social.

Outra dificuldade encontrada, em decorrência da pandemia, foi a realização da coleta de dados do terceiro artigo. Como muitos estudantes tiveram que voltar para a casa de seus familiares durante a pandemia, a coleta de dados foi realizada de forma *on-line*. Como a população de residentes não é extensa e a solicitação para participar da pesquisa via e-mail acarretou em uma taxa de retorno inexpressiva, foi necessário entrar em contato com os residentes de forma individual, por meio de um aplicativo de mensagem instantânea (*WhatsApp*), para a pesquisadora se apresentar, fornecer informações sobre os objetivos da pesquisa e convidá-los a participar, e, após consentimento, enviar o *link* da pesquisa, o que demandou tempo e causou intercorrências na execução do trabalho de tese.

Mesmo diante das dificuldades, foi possível testar um modelo de estratégias de resolução de conflitos em moradias estudantis, e, assim, contribuir tanto teoricamente, na promoção de avanços na área da moralidade, quanto no campo social, ao buscar facilitar o planejamento, o desenvolvimento e a avaliação de programas de intervenção que visem ajudar os estudantes a encontrarem formas mais assertivas de resolverem seus problemas em moradias universitárias.

Elaborar projetos de intervenção que busquem melhorias nas relações interpessoais e institucionais desses jovens universitários é um desdobramento necessário, pois acredita-se que ações intervencionistas podem causar maior integração entre os residentes, e entre eles e a Instituição, e isto beneficiará no desempenho educacional, na saúde mental, na qualidade de vida e nas atividades acadêmicas profissionais posteriores. As ações intervencionistas também contribuirão para diminuir a evasão e a retenção no curso superior.

Ao apreciar os resultados encontrados nesta tese, julga-se relevante planejar atividades com grupos quase-experimentais, utilizando a escala ERCME e outros instrumentos como pré e pós-teste, para estimular o desenvolvimento das dimensões cognitivas da empatia e do julgamento moral de justiça, já que essas variáveis possivelmente levarão à diminuição na

utilização de estratégias submissas e agressivas e ao aumento da assertividade em situações conflituosas dentro das moradias.

Ainda em relação aos desdobramentos da pesquisa, é válido mencionar que a escala ERCME já foi aplicada nas moradias universitárias da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) com os objetivos de generalizar os resultados encontrados no segundo artigo e identificar as relações entre as estratégias de resolução de conflitos e variáveis sociodemográficas, como: sexo, tempo na residência e local da residência.

Com base nas discussões levantadas nos três artigos apresentados, sugere-se que esses estudos sejam reaplicados em moradias estudantis de IFES de outras regiões brasileiras, para generalizar os resultados, e que outras variáveis sociomoraes sejam investigadas, além da empatia e do julgamento moral de justiça, para verificar se elas também explicam as estratégias utilizadas pelos residentes em situações de conflito.

Um grande passo foi dado, com a realização deste estudo, mas esse é só o início de uma caminhada, visto que muitos outros ainda estão por vir.

Referências

- Abreu, E. L. (2013). *A relação entre o pensamento moral de justiça e o pensamento moral de perdão*. Dissertação de mestrado não publicada. João Pessoa, Paraíba. Universidade Federal da Paraíba. <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/6917>
- Alagözlü, N. (2017). Cross cultural conflict resolution styles: data revisited. *International Online Journal of Education and Teaching*, 4(3), 199-211.
- Al Kandari, N. (2007). Students perceptions of the residence hall living environment at Kuwait University. *College Student Journal*, 41(2), 327-335. link.gale.com/apps/doc/A163679001/AONE?u=anon~99453e8&sid=googleScholar&xid=f6c6a418
- Amorim, D., Sampaio, L., & Cabral, G. (2018). Altruism and empathy in situations involving unpredictable personal cost. *Ciencias Psicológicas*, 12(1), 7-15. <https://doi.org/10.22235/cp.v12i1.1589>
- Anderson, E. W. (2005). ABC of conflict and disaster: approaches to conflict resolution. *British Medical Journal*, 331(7512), 344-347. <https://doi.org/10.1136/bmj.331.7512.344>
- Barbosa, R. A. (2009). *Assistência ao estudante da residência universitária da UFPB*. (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Paraíba) <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/7212>
- Bardin, L. (2011). *Análise de conteúdo*. Edições 70.
- Batson, C. D. (2009). These things called empathy: Eight related but distinct phenomena. In Decety, J., Ickes, W. (Eds.), *The social neuroscience of empathy* (pp. 3–15). MIT Press.
- Batson, C. D., & Ahmad, N. (2001). Empathy-induced altruism in a prisoner's dilemma II: what if the target of empathy has defected? *European Journal of Social Psychology*, 31(1), 25-36. <https://doi.org/10.1002/ejsp.26>
- Batson, C. D., Lishner, D. A., & Stocks, E. L. (2015). *The empathy – Altruism hypothesis*. In D. A. Schroeder & W. G. Graziano (Eds.), *The Oxford handbook of prosocial behavior* (pp. 259–281). Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/oxfordhb/9780195399813.013.023>
- Berlatto, F., & Sallas, A. L. F. (2008). Um lar em terra estranha: espaço e sociabilidade em uma casa de estudantes feminina. *Revista Chilena de Antropologia Visual*, 2(2), 48-69. <https://hdl.handle.net/1884/63942>
- Björkqvist, K., Österman, K. & Kaukiainen, A. (2000). Social intelligence - empathy = aggression? *Aggression and Violent Behaviour*, 5(4), 191-200. [https://doi.org/10.1016/S1359-1789\(98\)00029-9](https://doi.org/10.1016/S1359-1789(98)00029-9)
- Camino, C., Camino, L., & Leyens (1996). Julgamento moral, emoção e empatia. In Z. D. Trindade & C. Camino (Eds.), *Cognição social e juízo moral* (Coletâneas da ANPEPP), (pp.

- 109-135). Rio de Janeiro: Associação Nacional de Pesquisa e Pós-graduação em Psicologia. <https://www.anpepp.org.br/acervo/Colets/v01n06a11.pdf>
- Camino, C., & Luna, V. (1989). Reformulação e adaptação do Defining Issues Test (DIT). In Anais do XXII Congresso Interamericano de Psicologia (p.72). Buenos Aires, Argentina.
- Cassepp-Borges, V., Balbinotti, M. A. A., & Teodoro, M. L. M. (2010). Tradução e validação de conteúdo: uma proposta para adaptação de instrumentos. Em L. Pasquali (Org.), *Instrumentação Psicológica: Fundamentos e Práticas* (pp. 506-520). Artmed.
- Chow, C. M., Ruhl, H., & Buhrmester, D. (2013). The mediating role of interpersonal competence between adolescents' empathy and friendship quality: a dyadic approach. *Journal of Adolescence*, 36(1), 191–200. <https://doi.org/10.1016/j.adolescence.2012.10.004>
- Colby, A., & Kohlberg, L. (1987). The measurement of moral judgment. Cambridge University Press.
- Crispiano, A. (2007). Gestão do conflito escolar: da classificação dos conflitos aos modelos de mediação. *Ensaio: avaliação de políticas públicas em educação*, 15(54), 11-28. <https://doi.org/10.1590/S0104-40362007000100002>
- Damásio, B. F. (2012). Uso da análise fatorial exploratória em psicologia. *Avaliação Psicológica* 11(2), 213-228. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1677-04712012000200007&lng=pt&tlng=pt.
- Davis, M. H. (1983). Measuring Individual Differences in Empathy: Evidence for a Multidimensional Approach. *Journal of Personality and Social Psychology*, 44(1), 113–126. <https://doi.org/10.1037/0022-3514.44.1.113>
- De Buck, A., & Pauwels, L. J. R. (2021). Empathy and theft by finding: The intermediary role of moral emotions and norms. *Journal of Community Psychology*, 49, 1648-1676. <https://doi.org/10.1002/jcop.22571>
- Decety, J., & Cowell J. M. (2014). The complex relation between morality and empathy. *Trends in Cognitive Sciences*. 18(7), 337-345. <https://doi.org/10.1016/j.tics.2014.04.008>.
- Decety, J., & Yoder, K. J. (2016). Empathy and motivation for justice: cognitive empathy and concern, but not emotional empathy, predict sensitivity to injustice for others. *Social Neuroscience* 11(1), 1–14. <https://doi.org/10.1080/17470919.2015.1029593>
- Decreto nº 7.234, (2010, de 19 de julho). Dispõe sobre o Programa Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Brasília, DF: Presidência da República. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm
- Delabrida, Z. N. C (2014). Variáveis individuais, sociais e do ambiente físico em residências universitárias. *Psico*, 45(3), 10-20. <https://doi.org/10.15448/1980-8623.2014.3.17361>.

- Deluty, R. H. (1979). Children's action tendency scale: a self report measure of aggressiveness, assertiveness and submissiveness in children. *Journal of Consulting Psychology*, 47, 1061-1071. <https://doi.org/10.1037/0022-006X.47.6.1061>
- Deluty, R. H. (1981). Alternative thinking ability of aggressive, assertive, and submissive children. *Cognitive Therapy and Research*, 5, 309-312. <https://doi.org/10.1007/BF01193414>
- De Waal, F. (2010). *A era da empatia: lições da natureza para uma sociedade mais gentil*. Companhia das Letras
- De Wied, M., Branje, S. J., & Meeus, W. (2007). Empathy and conflict resolution in friendship relations among adolescents. *Aggressive Behavior*, 33(1), 48–55. <https://doi.org/10.1002/ab.20166>.
- Doise, W., & Mugny, G. (1979). Individual and collective conflicts of centrations in cognitive development. *European Journal of Social Psychology*, 9(1), 105-109. <https://doi.org/10.1002/ejsp.2420090110>
- Doise W. (1980). Levels of explanation in the European Journal of Social Psychology. *European Journal of Social Psychology*, 10, 213-231. <https://doi.org/10.1002/ejsp.2420100302>
- Dutra, M. P., Galvão, L. K. S., & Camino, C. P. S. (2020) Promotion of empathy to reduce aggressive behaviors: focus group analysis. *Brazilian Journal of Developmental*, 6(7), 46497-46505. <https://doi.org/10.34117/bjdv6n7-326>
- Eisenberg, N. (2000). Emotion, regulation and moral development. *Annual Review of Psychology*, 51, 665-697. <https://doi.org/10.1146/annurev.psych.51.1.665>
- Eisenberg, N., & Miller, P. A. (1987). The relation of empathy to prosocial and related behaviors. *Psychological Bulletin*, 101(1), 91–119. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.101.1.91>
- Eisenberg, N. & Strayer, J (1987). Critical issues in the study of empathy. In N. Eisenberg & J. Strayer (Eds.), *Empathy and its development* (p. 03–13). Cambridge University Press.
- Eisenberg N., Zhou Q., & Koller S. (2001) Brazilian adolescents' prosocial moral judgment and behavior: relations to sympathy, perspective taking, gender-role orientation, and demographic characteristics. *Child Development*, 72(2):518-34. <https://doi.org/10.1111/1467-8624.00294>.
- Everett, D. D. & Loftus, Z. V. (2011) Resident assistants as rule enforcers versus friends: an exploratory study of role conflict. *Journal of College and University Student Housing*, 37(2) 72-89. <https://eric.ed.gov/?id=EJ988188>
- FeldmanHall, O., Sokol-Hessner, P., Van Bavel, J. J., & Phelps, E. A. (2014). Fairness violations elicit greater punishment on behalf of another than for oneself. *Nature Communications*, 5, 5306. <https://doi.org/10.1038/ncomms6306>

- Finatti, B. E., Alves, J.M. & Silveira, R. J. (2007). Perfil sócio, econômico e cultural dos estudantes da universidade estadual de Londrina-UEL - indicadores para implantação de uma política de assistência estudantil. *LIBERTAS – Revista do programa de pós-graduação em serviço social*, Juiz de Fora, 2(1), 188-206. <https://periodicos.ufjf.br/index.php/libertas/article/view/18155>
- Formiga, Nilton S. (2012). Um estudo intracultural da consistência estrutural da escala multidimensional de reatividade interpessoal (EMRI). *Salud & Sociedad: investigaciones en psicologia de la salud y psicologia social*, 3(3), 251-262. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0718-74752012000300002&lng=pt&tlng=pt.
- Formiga, N. S., Rocha, M. C. O., Pinto, A. S. S., Reis, D. A., Costa, S. M. S., & Leime, J. (2013). Fidedignidade da estrutura fatorial da Escala Multidimensional de Reatividade Interpessoal (EMRI). *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, 4(1), 64-79. http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-64072013000100006&lng=pt&tlng=pt.
- Fórum Nacional De Pró-Reitores De Assuntos Comunitários E Estudantis - FONAPRACE (1997) *Primeira pesquisa do perfil social, cultural e econômico dos estudantes das IFES*. Belo Horizonte. <http://www.adami.adv.br/raciais/33.pdf>
- Galvão, L. K. S. (2010). *Desenvolvimento moral e empatia: medidas, correlatos e intervenções educacionais*. Tese de doutorado não publicada. João Pessoa, Paraíba. Universidade Federal da Paraíba. <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/7012>
- Gantiva C., Cendales R., Díaz, M., & González Y. (2021). Is There Really a Relationship Between Empathy and Aggression? Evidence From Physiological and Self-Report Measures. *Interpers Violence*, 36(7-8), 3438-3458. <https://doi.org/10.1177/0886260518776999>.
- Garaigordobil, M., & Maganto, C. (2011). Empathy and conflict resolution during infancy and adolescence. *Revista Latinoamericana De Psicologia*, 43(2), 255-266. <https://psycnet.apa.org/record/2011-23919-004>
- Garrido, E. N. (2015). A experiência da moradia estudantil universitária: impactos sobre seus moradores. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 35(3), 726-739. <https://doi.org/10.1590/1982-3703001142014>
- Garrido, E. N., & Mercuri, E. N. G. da S. (2013). A moradia estudantil universitária como tema na produção científica nacional. *Psicologia Escolar e Educacional*, 17(1), 87-95. <https://doi.org/10.1590/S1413-85572013000100009>.
- Hair, J. F., Black, W. C., Babin, B. J., Anderson, R. E., & Tatham, R. L. (2009). *Análise multivariada de dados*. ArtMed.
- Halperin, E. (2014). Emotion, emotion regulation, and conflict resolution. *Emotion Review*, 6(1), 68–76. <https://doi.org/10.1177/1754073913491844>

- Hammer, M. R. (2005). The intercultural conflict style inventory: a conceptual framework and measure of intercultural conflict resolution approaches. *International Journal of Intercultural Relations*, 29(6), 675-695. <https://doi.org/10.1016/j.ijintrel.2005.08.010>
- Hinterholz, M. L. (2017). Tácitas e marginais: memórias das casas de estudante autônomas de Porto Alegre e as possibilidades para a história da educação. *Revista História da Educação (Online)* Porto Alegre, 21(51), 435-448. <https://doi.org/10.1590/2236-3459/68750>
- Hoffman, M. L. (1975). Developmental synthesis of affect and cognition and its implications for altruistic motivation. *Developmental Psychology*, 11(5), 607-622. <https://doi.org/10.1037/0012-1649.11.5.607>
- Hoffman, M. (1987). The contribution of empathy to justice and moral judgment. In N. Eisenberg & J. Strayer (Eds.), *Empathy and its development* (p. 47-79). Cambridge University Press.
- Hoffman, M. L. (1991). Empathy, social cognition and moral action. In W. M. Kurtines, & J. L. Gewirtz (Eds.), *Handbook of Moral Behavior and Development*. LEA.
- Hoffman, M. (2001). *Empathy and moral development: implications of caring and justice*. Cambridge University Press.
- Hongyu, K. (2018). Análise fatorial exploratória: resumo teórico, aplicação e interpretação. *E&S Engineering and Science*, 7(4), 88-103. <https://doi.org/10.18607/ES201877599>
- Horne, Z. & Powell, D. (2016). How large is the role of emotion in judgments of moral dilemmas?. *PloSone*, 11(7), p.e0154780-e0154780. <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0154780>
- Imperatori, T. K. (2017). A trajetória da assistência estudantil na educação superior brasileira. *Serviço Social & Sociedade*, (129), 285-303. <https://dx.doi.org/10.1590/0101-6628.109>
- INEP (2019). Censo da Educação Superior 2019 Ministério da Educação/Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. https://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2020/Apresentacao_Censo_da_Educacao_Superior_2019.pdf
- Johnson, V. D., Kang, Y, & Thompson, G. F. (2011) Structural analysis of the resident assistant cultural diversity questionnaire. *Journal of College and University Student Housing*, 37(2) 38-53. <https://eric.ed.gov/?id=EJ988186>
- Kerig, P. K. (1996). Assessing the links between interparental conflict and child adjustment: The conflicts and problem-solving scales. *Journal of Family Psychology*, <https://doi.org/10.1037/0893-3200.10.4.454>
- Kidd, D. C., & Castano, E. (2013). Reading Literary Fiction Improves Theory of Mind. *Science*. 342(6156), 377-380. <https://doi.org/10.1126/science.1239918>

- Kimsey, W. D., & Fuller, R. M. (2003) Conflic talk: an instrument for measuring youth and adolescent conflict management message styles. *Conflict Resolution*, 21(1), 69-78. <https://doi.org/10.1002/crq.49>
- Klimecki, O. M. (2019). The role of empathy and compassion in conflict resolution emotion. *Review*, 11(4), 310-325. <https://doi.org/10.1177/1754073919838609>
- Klimecki, O. M., Sander, D., & Vuilleumier, P. (2018). Distinct brain areas involved in anger versus punishment during social interactions. *Scientific Reports*, 8, Article 10556. <https://doi.org/10.1038/s41598-018-28863-3>
- Klimecki, O. M., Vuilleumier, P., & Sander, D. (2016). The impact of emotions and empathy-related traits on punishment behavior: Introduction and validation of the inequality game. *PLoS ONE*, 11 (3) <https://doi.org/10.1371/journal.pone.0151028>
- Kline, R. B. (2015). *Principles and practice of structural equation modeling*, The Guilford Press.
- Kohlberg, L. (1964). Development of moral character and moral ideology. In: M.L. Hoffman, L.W. Hoffman (Eds.), *Review of child development research*. (Vol.1, pp. 383-431). Russell Sage Foundation.
- Kohlberg, L. (1969). Stage and sequence: The cognitive development approach to socialization. In D. A. Goslin (Ed.). *Handbook of socialization theory* (pp. 347-480). Rand McNally.
- Kohlberg, L. (1981). *Essays on moral development. The philosophy of moral development*. (Vol. 1) Harper & Row.
- Kohlberg, L. (1984). *Essays on moral development. The psychology of moral development* (Vol.2) Harper & Row.
- Kowalski, A. V. (2012). *Os (des)caminhos da política de assistência estudantil e o desafio na garantia de direitos*. (Tese de Doutorado, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. <http://repositorio.pucrs.br/dspace/handle/10923/5137>
- Kurdek, L. A. (1994). Conflict resolution styles in gay, lesbian, heterosexual non parent, and heterosexual parent couples. *Journal of Marriage and the Family*, 56(3), 705-722. <https://doi.org/10.2307/352880>
- Lacerda, I. P., Yunes, M. A. M., & Valentini, F. (2021). Permanência no ensino superior e a rede de apoio de estudantes residentes em moradia estudantil. *Revista Internacional de Educação Superior*, 8(00). <https://doi.org/10.20396/riesup.v8i00.8663399>
- Lai, K., & Green, S. B. (2016). The Problem with Having Two Watches: Assessment of Fit When RMSEA and CFI Disagree. *Multivariate Behav*, 51(2-3), 220-239. <https://doi.org/10.1080/00273171.2015.1134306>

- Laranjo, T. H. M. & Soares, C. B. (2006). Moradia universitária: processos de socialização e consumo de drogas. *Revista de Saúde Pública*, 40(6), 1027-1034. <https://doi.org/10.1590/S0034-89102006000700010>
- La Taille, Y. de (2006). *Moral e ética: dimensões intelectuais e afetivas*. Artmed.
- Laursen, B., & Collins, W. A. (1994). Interpersonal conflict during adolescence. *Psychological Bulletin*, 115(2), 197-209. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.115.2.19>
- Leme, M. I. S. (2004). Resolução de conflitos interpessoais: interações entre cognição e afetividade na cultura. *Psicologia: reflexão e crítica*, 17(3), 367-380. <https://doi.org/10.1590/S0102-79722004000300010>
- Lickona, T. (1976). *Moral development and behavior: theory, research and social issues*. Holt, Rinehart and Winston.
- Lima, F. D. R. (2019). A política pública de assistência estudantil: uma análise sobre a contribuição do benefício da residência universitária para a permanência na UFPB. Dissertação de mestrado não publicada. João Pessoa, Paraíba. Universidade Federal da Paraíba. <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/1604>
- Marques, S. R. (2014) O Programa Nacional de Assistência Estudantil/PNAES: Uma análise a partir dos/as assistentes sociais da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG) e da Universidade Federal da Paraíba (UFPB). (Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Paraíba). <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/7467>
- Melo, R. L. P. (2019). Socialização infantil para o perdão: o lugar da empatia materna nesse processo. Tese de doutorado não publicada. João Pessoa, Paraíba. Universidade Federal da Paraíba. <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/19323>
- Miele, A. N., & Hamrick, F. A. (2019) The Evolution of alternative dispute resolution practices by residential conduct officers. *Journal of College and University Student Housing*, 45(2), 14-29. <https://eric.ed.gov/?id=EJ1220510>
- Miller, P. A., & Eisenberg, N. (1988). The relation of empathy to aggressive and externalizing/antisocial behavior. *Psychological Bulletin*, 103(3), 324-344. <https://doi.org/10.1037/0033-2909.103.3.324>
- Moraes, C. L., Hasselmann, M. H. & Reichenheim, M. E. (2002). Adaptação transcultural para o português do instrumento "Revised Conflict Tactics Scales (CTS2)" utilizado para identificar violência entre casais. *Cadernos de Saúde Pública*, 18(1), 163-176. <https://doi.org/10.1590/S0102-311X2002000100017>
- Moreira, P. L., Rique J. R., Sabucedo, J. M., & Camino, C. (2018). Moral Judgment, political ideology and collective action. *Scandinavian Journal of Psychology* 59(6). <https://doi.org/10.1111/sjop.12479>
- Nery, M. P. (2010). *Grupos e intervenções em conflitos*. Ágora.

- Oliveira, F. C., Morais, A., & Carvalho, S. M. (2013). Resolução de conflitos e agressividade: escala sobre a percepção de educadores. *Estudos em Avaliação Educacional*, 24(56), 76-104. <https://doi.org/10.18222/ae245620132735>
- Osse, C. M. C., & Costa, I. I. (2011). Saúde mental e qualidade de vida na moradia estudantil da Universidade de Brasília. *Estudos de Psicologia*, 28(1), 15-122. <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2011000100012>
- Pasquali, L. (2010). Testes referentes a construto: teoria e modelo de construção. In L. Pasquali (Ed.), *Instrumentação psicológica: fundamentos e práticas* (165-198). ArtMed.
- Pasquali, L. (2012). *Análise fatorial para pesquisadores*. LabPam.
- Patil, I., & Silani, G. (2014). Reduced empathic concern leads to utilitarian moral judgments in trait alexithymia. *Frontiers in Psychology*, 5(501), 1-12. <https://doi.org/10.3389/fpsyg.2014.00501>
- Pequeno, M. J. P. (2017). *A moral e as emoções*. CRV.
- Piaget, J. (1998) O espírito de solidariedade e a colaboração internacional. In S. Parrat & A. Tryphon (Eds). *Sobre a Pedagogia*. Textos Inéditos. Casa do Psicólogo (Original publicado em 1931).
- Piaget, J. (1977). *O desenvolvimento do pensamento: Equilibração das estruturas cognitivas*. Publicações Dom Quixote.
- Piaget, J. (1994). *O juízo moral na criança* (2. ed.). Summus. (Original publicado em 1932).
- Pilati, R., & Laros, J. A. (2007) Structural equation modeling in psychology: Concepts and applications. *Psicologia Teoria e Pesquisa*, 23(2), 205-216. <https://www.researchgate.net/publication/262719841>
- Porter, S., & Newman, L. (2016). A brief measure of attitudes toward resident advisors. *College Student Journal*, 50(1), 107-112.
- Prinz, J. (2011a). Is empathy necessary for morality? In A. Coplan, & P. Goldie (Eds.), *Empathy: Philosophical and psychological perspectives* (pp. 211-229). Oxford University Press. <https://doi.org/10.1093/acprof:oso/9780199539956.003.0014>
- Prinz, J. (2011b). Against empathy. *The Southern Journal of Philosophy*, 49(1), 214-233. <https://doi.org/10.1111/j.2041-6962.2011.00069.x>
- Raiche, G., Magis, D., & Raiche, M. G. (2020). Package ‘nFactors’.
- Rahim, M. A., Garrett, J. E., & Buntzman, G. F. (1992). Ethics of managing interpersonal conflict in organizations. *Journal of Business Ethics*, 11, 423-432. <https://www.jstor.org/stable/25072291>

- Rahim, M. A., Buntzman, G. F., & White, D. (1999). An empirical study of the stages of moral development and conflict mangement styles. *International Journal of Conflict Management*, 10(2), 154–171. <https://doi.org/10.1108/eb022822>
- Resolução n.10, de 28 de novembro de 2002. (2002, 28 de novembro). Dispõe sobre Regimento Interno do Serviço de Residência Universitária da Universidade Federal da Paraíba. Retirado de: <https://www.ufpb.br/prape/contents/legislacao/resolucao-do-consuni-10-de-2002-servicco-da-residencia-universitaria-da-ufpb.pdf/view>
- Ribeiro, J., Koller, S. H., & Camino, C. (2002) Adaptação e validação de duas escalas de empatia para uso no Brasil. *Estudos de Psicologia (Campinas)*, 18(3), 43-53. <https://doi.org/10.1590/S0103-166X2001000300004>
- Ribeiro, J. F. R. (1996). O julgamento moral, a tomada de perspectiva do outro e a consideração empática: um estudo correlacional. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, PB.
- Rique, J., Camino, C., Formiga, N. S., Medeiros, F., & Luna, V. (2010). Consideração empática e tomada de perspectiva para o perdão interpessoal. *Interamerican Journal of Psychology*, 44(3), 511-518. <https://www.redalyc.org/pdf/284/28420658014.pdf>
- Rosseel, Y. (2018). *The lavaan tutorial*. Department of Data Analysis: Ghent University.
- Ruscio, J., & Roche, B. (2012). Determining the number of factors to retain in an exploratory factor analysis using comparison data of known factorial structure. *Psychological Assessment*, 24(2), 282–292. <https://doi.org/10.1037/a0025697>
- R Core Team (2020). R: A language and environment for statistical computing. R Foundation for Statistical Computing, Vienna, Austria.
- Sampaio, L. R., Camino, C., & Roazzi, A. (2009). Revisão de aspectos conceituais, teóricos e metodológicos da empatia. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 29(2), 212-227. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932009000200002>
- Sampaio, L. R.; Guimarães, P. R. B.; Camino, C. P. S; Formiga, N. S. e Menezes, I. G. (2011). Estudos sobre a dimensionalidade da empatia: tradução e adaptação do Interpersonal Reactivity Index (IRI). *Psico*, 42 (1), 67-76. <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/6456>
- Sampaio, L. R., Monte, F. C., Camino, C., & Roazzi, A. (2008). Justiça distributiva e empatia em adolescentes do Nordeste Brasileiro. *Psicologia Reflexão e Crítica*. 21 (2). <https://doi.org/10.1590/S0102-79722008000200013>
- Sampaio, L. R., Moura, M. A. R., Guimarães, P. R. B., Santana, L. B., & Camino, C. P. dos S. (2013). Sentimentos empáticos em crianças, adolescentes e adultos. *Psicologia: Teoria e Pesquisa*, 29(4), 393–401. <https://doi.org/10.1590/S0102-37722013000400005>
- Sampaio, L., Oliveira, L., & Pires, M. (2020). Empatia, depressão, ansiedade e estresse em profissionais de saúde brasileiros. *Ciencias Psicológicas*, 14(2), 2215. <https://dx.doi.org/10.22235/cp.v14i2.2215>

- Schäfer, J., Opgen-Rhein, R., Zuber, V., Ahdesmäki, Silva, A. P.D., & Strimmer, K. (2017). *Package 'Corpcor': Efficient Estimation of Covariance and (Partial) Correlation*. <https://cran.rproject.org/web/packages/corpcor/corpcor.pdf>
- Schneider, D. R., Barbosa, L. H., Simon, F., Steglich, D. S., & Jesus, L. O. (2017). Promoção da Saúde em moradia estudantil: desafios para o fortalecimento da coletividade. *Psicologia em Pesquisa*, 11(2), 70-78. <https://doi.org/10.24879/2017001100100167>
- Shekhawat, M., Deshmukh, S., Monroy, G., Tiwari, A., He, X., Shin, H., Hong, Y., & Lu, H. (2016). Usability test of personality type within a roommate matching website: a case study. *Journal of International Technology and Information Management*, 25(1), 77-89.
- Sousa, L. P., & Peixoto, M. C. L. (2020). A moradia estudantil universitária: práticas de educação formal e informal. *Humanidades & Inovação*, 7(6), 300-313. <https://revista.unitins.br/index.php/humanidadeseinovacao/article/view/2604>
- Sousa, L. M., & Sousa, S. M. G. (2009). Significados e sentidos das casas estudantis e a dialética inclusão-exclusão. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 29(1), 4-17. <https://doi.org/10.1590/S1414-98932009000100002>
- Straus, M. A. (1979). Measuring intrafamilial conflict and violence: the conflict tactics (CT) scales. *Journal of Marriage and the Family*, 41, 75-88. <https://doi.org/10.2307/351733>
- Tajfel, H., & Turner, J. C. (1986). The social identity theory of intergroup behaviour. In S. Worchel, & G. A. William (Eds.), *Psychology of intergroup relations* (pp. 7-24). Nelson-Hall Publishers.
- Taub, D. J., Servaty-Seib, H. L., Miles, N., Lee, J., Morris, C. A. W., Prieto-Welch, S. L. & Werden, D. (2013). The impact of gatekeeper training for suicide prevention on university resident assistants. *Journal of College Counseling*, 16(1), p.64-79. <https://doi.org/10.1002/j.2161-1882.2013.00027.x>
- Taylor, B. G., Mumford, E. A., Liu, W., Berg, M., & Bohri, M. (2019). Young adult reports of the victim-offender overlap in intimate and non intimate relationships: a nationally representative sample. *Criminal Justice and Behavior*, 46(3), 415-436. <https://doi.org/10.1177/0093854818810322>
- Thombs, D., Gonzalez, J., Osborn, C., Rossheim, M., & Suzuki, S. (2015). Resident Assistant Training Program for Increasing Alcohol, Other Drug, and Mental Health First-Aid Efforts. *Prevention Science*, 16(4), 508-517. <https://doi.org/10.1007/s11121-014-0515-x>
- Trivedi-Bateman, N. (2019). The combined roles of moral emotion and moral rules in explaining acts of violence using a situational action theory perspective. *Journal of Interpersonal Violence*, 1-26. <https://doi.org/10.1177/0886260519852634>
- Van Lissa, C. J., Hawk S. T., Branje, S. Koot, H. M., Van Lier, P., & Meeus, W. H. J. (2015). Divergence Between Adolescent and Parental Perceptions of Conflict in Relationship to

- Adolescent Empathy Development. *Journal of Youth and Adolescence*, 44(1), 48-61. <https://doi.org/10.1007/s10964-014-0152-5>
- Van Lissa, C. J., Hawk, S. T., Branje, S., Koot, H. M., & Meeus, W. H. J. (2016). Common and unique associations of adolescents' affective and cognitive empathy development with conflict behavior towards parents. *Journal of adolescence*, 47, 60-70. <https://doi.org/10.1016/j.adolescence.2015.12.005>
- Van Lissa, C. J., Hawk, S. T., & Meeus, W. H. J. (2017). The effects of affective and cognitive empathy on adolescents' behavior and outcomes in conflicts with mothers. *Journal of experimental child psychology*, 158, 32-45. <https://doi.org/10.1016/j.jecp.2017.01.002>
- Van Doorn, M., Branje, S., & Meeus, W. (2008) Conflict resolution in parent-adolescent relationships and adolescent delinquency. *Journal of Early Adolescence*, 28(4), 503-527. <https://doi.org/10.1177/0272431608317608>
- Vasconcelos, N. B. (2010). Programa Nacional de Assistência Estudantil: uma análise da evolução da assistência estudantil ao longo da história da educação superior no Brasil. *Ensino em Re-vista*, Uberlândia, 17(2), 599-616. <https://seer.ufu.br/index.php/emrevista/article/view/11361>
- Ventura-León, J. L., & Caycho-Rodríguez, T. (2017). El coeficiente Omega: un método alternativo para la estimación de la confiabilidad. *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales, Niñez y Juventud*, 15(1), 625-627. <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=77349627039>
- Vilela Junior, A. J. (2016). Uma visão sobre alojamentos universitários no Brasil. In V Seminário Docomomo. Arquiteturas do Patrimônio Moderno Paulista: Reconhecimento, Intervenção, Gestão.
- Vincentin, V. F. (2011). Estilos de resolução de conflitos interpessoais: o que a escola pode fazer? In L. Togneta & T. Vinha (Eds.), *Conflitos na instituição educativa: perigo ou oportunidade? contribuições da psicologia* (pp 229-264). Mercado de Letras.
- Vuchinich, S. (1990). The sequential organization of closing in verbal family conflict. In A. D. Grimshaw (Ed.), *Conflict talk: Sociolinguistic investigations of arguments in conversations*, (118–138). Cambridge University Press.
- Wanie, C. M., Oben, E. E., Molombe, J. M., & Tassah. I. T. (2017). Youth advocacy for efficient hostel management and affordable university students housing in Buea, Cameroon. *International Journal of Housing Markets and Analysis*, 10(1), 81-111. <https://doi.org/10.1108/IJHMA-01-2016-0012>
- Waytz, A., Zaki, J., & Mitchell, J. P. (2012). Response of dorsomedial prefrontal cortex predicts altruistic behavior. *The Journal of Neuroscience*, 32(22), 7646–7650. <https://doi.org/10.1523/JNEUROSCI.6193-11.2012>
- Williams, K., Orpen. S., Hutchinson. L., Walker, L., & Zumbo, B. (2006). Personality, empathy, and moral development: Examining ethical reasoning in relation to the Big Five and the Dark

Triad. Trabalho apresentado no 67th Annual meeting of the Canadian Psychological Association.

Wispé, L. (1987). History of the concept of empathy. In N. Eisenberg & J. Strayer (Eds.), *Empathy and its development* (p. 17–37). Cambridge University Press.

Zalaf, M. R. R., & Fonseca, R. M. G. S. (2009). Uso problemático de álcool e outras drogas em moradia estudantil: conhecer para enfrentar. *Revista da Escola de Enfermagem da USP*, 43(1), 132-138. <https://doi.org/10.1590/S0080-62342009000100017>

Zanella Delatorre, M., Scheeren, P., & Wagner, A. (2017). Conflito conjugal: evidências de validade de uma escala de resolução de conflitos em casais do sul do Brasil. *Avances em Psicología Latino-americana*, 35(1), 79-94. <https://doi.org/10.12804/revistas.urosario.edu.co/apl/a.3742>

Anexo A - Parecer do comitê de ética em pesquisa

UFPB - CENTRO DE CIÊNCIAS
DA SAÚDE DA UNIVERSIDADE
FEDERAL DA PARAÍBA



Continuação do Parecer: 2.732.042

TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE_Natalia_Lins.pdf	04/04/2018 15:59:01	NATALIA LINS PEQUENO DE ASSIS	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Projeto.pdf	02/04/2018 14:34:34	NATALIA LINS PEQUENO DE ASSIS	Aceito
Outros	DECLARACAO_POS_GRADUACAO.pdf	02/04/2018 14:33:05	NATALIA LINS PEQUENO DE	Aceito
Outros	Termo_de_anuencia_Natalia_Lins.pdf	02/04/2018 14:30:30	NATALIA LINS PEQUENO DE	Aceito
Folha de Rosto	FOLHA_DE_ROSTO_ASSINADA.pdf	02/04/2018 14:24:52	NATALIA LINS PEQUENO DE	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

JOAO PESSOA, 23 de Junho de 2018

Assinado por:
Eliane Marques Duarte de Sousa
(Coordenador)

At
Ac

Anexo B - Escala Multidimensional de Reatividade Interpessoal (EMRI)

As seguintes afirmações questionam seus sentimentos e pensamentos em uma variedade de situações. Para cada item, indique quanto seu pensamento ou sentimento é descrito pela afirmação escolhendo sua posição na escala abaixo (“não me descreve bem” / “descreve-me muito bem”). Quando você tiver decidido sua resposta, circule o número apropriado ao lado da afirmação. Leia cada item com muito cuidado antes de responder. Responda o mais honesto possível.

	NÃO ME DESCREVE BEM		DESCREVE-ME MUITO BEM		
1. Habitualmente me envolvo emocionalmente com filmes e/ou livros.	1	2	3	4	5
2. Sou neutro quando vejo filmes.	1	2	3	4	5
3. Incomodo-me com as coisas ruins que acontecem aos outros.	1	2	3	4	5
4. Tento compreender o argumento dos outros.	1	2	3	4	5
5. Sinto compaixão quando alguém é tratado injustamente.	1	2	3	4	5
6. Quando vejo que se aproveitam de alguém, sinto necessidade de protegê-lo.	1	2	3	4	5
7. Imagino como as pessoas se sentem quando eu as critico.	1	2	3	4	5
8. Antes de tomar alguma decisão procuro avaliar todas as perspectivas.	1	2	3	4	5
9. Tento compreender meus amigos imaginando como eles vêem as coisas.	1	2	3	4	5
10. Fico comovido com os problemas dos outros.	1	2	3	4	5
11. Preocupo-me com as pessoas que não têm uma boa qualidade de vida.	1	2	3	4	5
12. Descrevo-me como uma pessoa de “coração mole” (muito sensível).	1	2	3	4	5
13. Costumo fantasiar com coisas que poderiam me acontecer.	1	2	3	4	5
14. Perco o controle quando vejo alguém que esteja precisando de muita ajuda.	1	2	3	4	5
15. Depois de ver uma peça de teatro ou um filme sinto-me envolvido com seus personagens.	1	2	3	4	5
16. Costumo me emocionar com as coisas que vejo acontecer aos outros.	1	2	3	4	5
17. Fico apreensivo em situações emergenciais.	1	2	3	4	5
18. Quando vejo uma história interessante, imagino como me sentiria se ela estivesse acontecendo comigo.	1	2	3	4	5
19. Tendo a perder o controle durante emergências.	1	2	3	4	5
20. Coloco-me no lugar do outro se eu me preocupo com ele.	1	2	3	4	5
21. Escuto os argumentos dos outros, mesmo estando convicto de minha opinião.	1	2	3	4	5
22. Fico tenso em situações de fortes emoções.	1	2	3	4	5
23. Sinto-me indefeso numa situação emotiva.	1	2	3	4	5
24. Sinto emoções de um personagem de filme como se fossem minhas próprias emoções.	1	2	3	4	5
25. Tenho facilidade de assumir a posição de um personagem de filme.	1	2	3	4	5
26. Habitualmente fico nervoso quando vejo pessoas feridas.	1	2	3	4	5

Anexo C - Questionário de Opiniões Sociais (Defining Issues Test - DIT)

João e o Remédio

Num país da Europa, havia uma mulher que estava quase à morte porque sofria de câncer. Existia só um remédio que podia salvá-la, tendo sido inventado recentemente por um farmacêutico local. Mas saía um tanto caro para fazer esse medicamento, além disso, o farmacêutico cobrava dez vezes mais do que lhe custava. João o marido daquela mulher doente, tomou dinheiro emprestado para comprar o remédio, mas só conseguiu a metade. Pediu abatimento ou que lhe deixasse pagar mais tarde, pois sua mulher precisava mesmo do remédio, mas o farmacêutico disse que não vendia por menos, nem vendia fiado, pois queria ganhar dinheiro. Então, João Ficou desesperado e começou a pensar em arrombar a farmácia e roubar o remédio para sua esposa.

- João deveria roubar aquele remédio? () Sim () Não () Não Sei

	Grau de Importância				
	Máxima	Grande	Média	Pequena	Nenhuma
1. As leis da sociedade devem ser obedecidas.					
2. É natural que um marido amoroso chegue a roubar para atender a sua esposa.					
3. João deveria pensar que manter sua esposa viva seria útil para ele.					
4. João deve considerar que é importante a dualidade da vida.					
5. João deveria pensar em beneficiar alguém que ele gosta.					
6. Os direitos do farmacêutico, quanto ao seu invento, devem ser respeitados.					
7. A essência de viver, conta tanto individualmente como socialmente, quanto o destino de morrer.					
8. Nas relações sociais, as pessoas devem se regular por princípios.					
9. O farmacêutico está se valendo de uma lei inútil, que só protege os ricos.					
10. A lei, neste caso, atrapalha a mais profunda aspiração de qualquer membro da sociedade.					
11. A atitude do farmacêutico é mesquinha e cruel.					
12. Roubar, num caso como este, traria benefícios para a sociedade inteira.					

- Da lista das 12 questões escolha as 4 mais importantes:

- A 1ª questão mais importante: _____
- A 2ª questão mais importante: _____
- A 3ª questão mais importante: _____
- A 4ª questão mais importante: _____

O Prisioneiro Foragido

Um homem foi condenado à prisão por 10 anos. Depois de um ano, porém, ele fugiu da cadeia, mudou-se para uma região nova do País, e tomou o nome de Simões. Durante oito anos ele trabalhou duro, tanto que conseguiu economizar dinheiro suficiente para ter seu próprio negócio. Ele era muito gentil com seus fregueses, pagava altos salários a seus empregados e dava muito dos seus lucros pessoais para obras de caridade. Um certo dia, dona Cida, uma velha vizinha, reconheceu-o como o homem que tinha fugido da prisão, e a quem a polícia estava procurando.

- Dona Cida deveria entregar o Sr. Simões a polícia? () Sim () Não () Não Sei

	Grau de Importância				
	Máxima	Grande	Média	Pequena	Nenhuma
1. Oito anos não são suficientes para provar que o Sr. Simões é uma boa pessoa.					
2. O não cumprimento de uma lei estimula a desobediência dos sistemas legais.					
3. Melhor seria uma sociedade sem leis, sem a opressão dos sistemas legais.					
4. O Sr. Simões deve cumprir o que determina a lei.					
5. As ações devem ser julgadas a partir de princípios universais de justiça.					
6. Não é vantagem fazer prisões isoladas quando se trata de um homem caridoso.					
7. Só uma pessoa cruel e sem coração denunciaria o Sr. Simões.					
8. O correto seria que Dona Cida se comportasse com base no que dita a lei.					
9. Dona Cida deve pensar na sua amizade com o Sr. Simões.					
10. Um cidadão tem obrigação de entregar um criminoso foragido, não importando as circunstâncias.					
11. Decisões deste tipo devem ser tomadas considerando-se o bem comum.					
12. O cumprimento de uma lei deve estar subordinado aos interesses e necessidades sociais.					

- Da lista das 12 questões escolha as 4 mais importantes:

- A 1ª questão mais importante: _____
- A 2ª questão mais importante: _____
- A 3ª questão mais importante: _____
- A 4ª questão mais importante: _____

Apêndice A - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido



Universidade Federal da Paraíba
Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes
Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social/Doutorado
Núcleo de Pesquisas em Desenvolvimento Sócio Moral

Prezado(a) Estudante,

Esta pesquisa intitula-se: **“Justiça e Empatia em Universitários Residentes em uma Moradia Estudantil”** e está sendo desenvolvida pelo Núcleo de Pesquisa e Desenvolvimento Sócio-Moral (NPDSM), sob a responsabilidade da doutoranda **Natália Lins Pequeno de Assis**, orientada pela Prof^ª Dr^ª **Cleonice Pereira dos Santos Camino**.

A finalidade desta pesquisa é verificar se, por meio de um trabalho de intervenção utilizando técnicas que envolvam discussão de princípios morais e afetividade, é possível verificar efeitos nos níveis de empatia e tipos de justiça, possibilitando a resolução de conflitos em estudantes residentes em uma moradia estudantil.

Para tanto, há a necessidade de familiarizar-se com o fenômeno que está sendo investigado, realizando um estudo de campo com delineamento exploratório, cujo objetivo será compreender as principais queixas (ofensa, descontentamento, ressentimento, indignação) e conflitos existentes entre os residentes da moradia estudantil, tanto com seus colegas de quarto, como também com seus colegas de quartos vizinhos, verificando a relação destas problemáticas com as habilidades empáticas e os tipos de justiça. Após este primeiro momento, será construída e validada um instrumento que verifique as estratégias que os estudantes utilizam para resolver conflitos em moradias estudantis, como também será necessário verificar os níveis de empatia e os níveis e tipos de justiça por meio de escalas já existentes na literatura da psicologia.

Para finalizar, será realizada uma atividade contínua e em grupo (formado por estudantes residentes em moradias estudantis) com duração média de 60 minutos em horários e dias ainda não definidos, mas que serão acordados nos primeiros encontros.

O caráter desta pesquisa é estritamente científico, visando contribuir para o avanço nas áreas de Psicologia do Desenvolvimento Humano e da Psicologia Social, como também para o Plano Nacional de Assistência Estudantil – PNAES. Os resultados do estudo poderão contribuir para a elaboração de estratégias de intervenção para a resolução de conflitos em Moradias Estudantis em Instituições Federais de Ensino Superior.

A fim de realizar a referida pesquisa, convidamos vossa senhoria para participar de uma das etapas do tema exposto. Solicitamos também sua autorização para apresentar os resultados deste estudo em eventos da área. Por ocasião da publicação dos resultados, os nomes dos

participantes serão mantidos em sigilo. Informamos que essa pesquisa apresenta alguns riscos, ainda que mínimos ou não imediatamente previsíveis. De antemão, asseguramos que haverá o acompanhamento do pesquisador responsável, com o objetivo de minimizar e trabalhar essas questões, caso ocorram e sejam identificadas. Esclarecemos, ainda, que a participação no estudo é voluntária e, portanto, o(a) senhor(a) não é obrigado(a) a fornecer as informações e/ou colaborar com as atividades solicitadas pelo pesquisador, podendo não participar do estudo, ou, resolver a qualquer momento, desistir do mesmo, sem acarretar danos.

Este projeto de pesquisa está identificado no Comitê de Ética em Pesquisa/CCS/UFPB por meio do Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) de nº86944418.2.0000.5188.

Antecipadamente agradeço a sua colaboração e me coloco a sua disposição para quaisquer esclarecimentos que considere necessário.

Cordialmente,

Assinatura do Pesquisador Responsável

Diante do exposto, declaro que fui devidamente esclarecida e participarei da pesquisa, estando ciente que os resultados do estudo serão publicados em eventos/congressos. Estou ciente, também, que receberei uma cópia desse documento.

João Pessoa, ____ de _____ de _____

Assinatura do Participante

Caso necessite de maiores informações sobre a pesquisa, entrar em contato:

Pesquisadora responsável: Natália Lins Pequeno de Assis – e-mail: natalia_lins@hotmail.com
Programa de Pós-graduação em Psicologia Social: CCHLA, Cidade Universitária, 58051-900
João Pessoa, Paraíba, Brasil - e-mail: ppgps.ufpb@gmail.com
Comitê de Ética em Pesquisa: Centro de Ciências da Saúde – 1º andar / Campus I / Cidade
Universitária CEP: 58.051-900 – João Pessoa-PB – e-mail: eticaccsufpb@hotmail.com

Apêndice B – Termo de Anuência da Instituição

Ilma Sra. Profa Geysa Flávia Câmara de Lima Nascimento

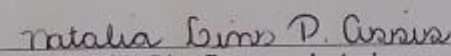
Solicitamos autorização institucional para realização da pesquisa intitulada *JUSTIÇA E EMPATIA EM UNIVERSITÁRIOS RESIDENTES EM UMA MORADIA ESTUDANTIL* a ser realizada nas moradias estudantis desta Instituição, pela estudante de pós-graduação *Natália Lins Pequeno de Assis*, sob orientação da *Profa. Dra Cleonice Pereira dos Santos Camino*,

Objetivo desta pesquisa é verificar se, por meio de um trabalho de intervenção utilizando técnicas que envolvam discussão de princípios morais e afetividade, é possível verificar efeitos nos níveis de empatia e tipos de justiça, possibilitando a resolução de conflitos em estudantes residentes em uma moradia estudantil. É necessário, portanto, ter acesso aos dados, a serem colhidos, de estudantes de graduação residentes nas moradias estudantis da UFPB, por meio de entrevistas, aplicações de escalas e atividades de intervenção.

Ressaltamos que os dados coletados serão mantidos em absoluto sigilo de acordo com a Resolução nº 466/12 do Conselho Nacional de Saúde (CNS/MS), que trata da pesquisa envolvendo Seres Humanos. Salientamos ainda que tais dados serão utilizados somente para a realização deste estudo ou serão mantidos permanentemente em um banco de dados de pesquisa, com acesso restrito, para utilização em pesquisas futuras.

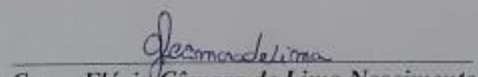
Na certeza de contarmos com a colaboração e empenho desta Coordenação, agradecemos antecipadamente a atenção, ficando à disposição para quaisquer esclarecimentos adicionais que se fizerem necessários.

João Pessoa, 22 de março de 2018.


Natália Lins Pequeno de Assis
Pesquisadora Responsável pelo Projeto

☒ (✓) Concordamos com a solicitação

☐ () Não concordamos com a solicitação


Geysa Flávia Câmara de Lima Nascimento
Coordenadora da COAPE

Apêndice C - Questões sociodemográficas

Finalmente, gostaríamos de obter algumas informações sobre você. Assim, solicitamos que responda as perguntas a seguir. Lembramos que não pretendemos identificá-lo (a), por isso não assine ou coloque o seu nome neste questionário.

CAMPUS: _____ CENTRO: _____ CURSO: _____
PERÍODO DO CURSO: _____ RESIDÊNCIA: _____
TEMPO NA RESIDÊNCIA: _____ IDADE: _____ SEXO: M () F ()
POSSUI RELIGIÃO? SIM () NÃO () QUAL ? _____
ORIENTAÇÃO SEXUAL: _____
CIDADE DE PROCEDÊNCIA: _____ ESTADO: _____

Apêndice D – Roteiro de entrevista semi-estruturado

Participante: _____ Data: ____/____/____ Duração: ____ às ____
--

1. Você percebe a residência Universitária como um lar? Por que?
2. Os residentes da moradia são seus amigos? Por que?
3. Quais as queixas/conflitos que vocês vivenciam na moradia universitária?
4. Você considera que os conflitos da moradia são resolvidos?

Apêndice E - Escala ERCME – 36 itens

Escala Estratégia de Resolução de Conflitos em Moradia Estudantil – ERCME

Nas questões abaixo, responda, sinceramente, **quanto você julga que adotaria cada uma das estratégias que serão apresentadas a seguir para resolver situações conflituosas dentro da moradia estudantil** (seja com os próprios moradores, com a coordenação da Residência ou com o setor responsável pelo apoio institucional ao estudante). Para cada item há 5 opções de respostas que vão desde NADA (1) até MUITÍSSIMO (5) e apenas uma deverá ser marcada. É importante lembrar que não há resposta certa ou errada e será garantido o sigilo dos dados e das informações coletadas.

O QUANTO VOCÊ ADOTARIA AS ESTRATÉGIAS ABAIXO?

Situações e formas de resolução de conflitos na MORADIA ESTUDANTIL	NADA	POUCO	NEM MUITO NEM POUCO	MUITO	MUITÍSSIMO
1-Se eu acordasse de madrugada, com o som alto do quarto vizinho, tentaria conversar, compreender o porquê e negociar.	1	2	3	4	5
2-Se o meu vizinho colocasse lixo na frente da porta do meu quarto, eu não discutiria e tentaria aceitar a situação.	1	2	3	4	5
3-Se um morador inventasse histórias para difamar a minha imagem, eu me posicionaria, ficaria irritad@ e poderia perder o autocontrole.	1	2	3	4	5
4-Se um morador quebrasse o bebedouro, eu não discutiria e tentaria aceitar a situação.	1	2	3	4	5
5-Se os moradores do quarto vizinho fizessem uma festa com bebida alcoólica e o cheiro do cigarro entrasse no meu quarto, eu me posicionaria, ficaria irritad@ e poderia perder o autocontrole.	1	2	3	4	5
6-Se os moradores do quarto ao lado fumassem maconha e levassem traficantes para a moradia, eu não discutiria e tentaria aceitar a situação.	1	2	3	4	5
7-Se algumas roupas minhas fossem roubadas do varal, eu me posicionaria, ficaria irritad@ e poderia perder o autocontrole.	1	2	3	4	5
8-Se eu percebesse que não há espaço adequado para atividades de lazer e socialização, eu tentaria conversar, compreender o porquê e negociar	1	2	3	4	5
9-Se eu ficasse sem água no meu quarto por dois dias seguidos, eu não discutiria e tentaria aceitar.	1	2	3	4	5
10- Se a coordenação da moradia ou o setor responsável pelo apoio institucional ao estudante não desse a atenção devida aos problemas da Moradia, eu me posicionaria, ficaria irritad@ e poderia perder o autocontrole.	1	2	3	4	5

11-Se eu acordasse de madrugada, com o som alto do quarto vizinho, eu não discutiria e tentaria aceitar a situação.	1	2	3	4	5
12-Se o meu vizinho colocasse lixo na frente da porta do meu quarto, eu me posicionaria, ficaria irritad@ e poderia perder o autocontrole.	1	2	3	4	5
13-Se não me avisassem que teria um evento festivo porque não me consideram da mesma forma que os demais (politicamente, culturalmente, racialmente, religiosamente, etc), eu tentaria conversar, compreender o porquê e negociar.	1	2	3	4	5
14-Se um morador quebrasse o bebedouro, eu me posicionaria, ficaria irritad@ e poderia perder o autocontrole.	1	2	3	4	5
15-Se os moradores do quarto ao lado fumassem maconha ou levassem traficantes para a moradia, eu me posicionaria, ficaria irritad@ e poderia perder o autocontrole.	1	2	3	4	5
16-Se eu percebesse que não há espaço adequado para atividades de lazer e socialização, eu não discutiria e tentaria aceitar.	1	2	3	4	5
17-Se eu ficasse sem água no meu quarto por dois dias seguidos, eu me posicionaria, ficaria irritad@ e poderia perder o autocontrole.	1	2	3	4	5
18-Se eu percebesse que não estavam dando as condições necessárias para me sentir segur@ dentro da moradia, eu tentaria conversar, compreender o porquê e negociar.	1	2	3	4	5
19-Se eu acordasse de madrugada, com o som alto do quarto vizinho, eu me posicionaria, ficaria irritad@ e poderia perder o autocontrole	1	2	3	4	5
20-Se um morador inventasse histórias para difamar a minha imagem, eu tentaria conversar, compreender o porquê e negociar.	1	2	3	4	5
21-Se não me avisassem que teria um evento festivo porque não me consideram da mesma forma que os demais (politicamente, culturalmente, racialmente, religiosamente, etc), eu não discutiria e tentaria aceitar a situação.	1	2	3	4	5
22-Se os moradores do quarto vizinho fizessem uma festa com bebida alcoólica e o cheiro do cigarro entrasse no meu quarto, eu tentaria conversar, compreender o porquê e negociar.	1	2	3	4	5
23-Se algumas roupas minhas fossem roubadas do varal, eu tentaria conversar e compreender o porquê e negociar.	1	2	3	4	5
24-Se eu percebesse que não há espaço adequado para atividades de lazer e socialização, eu me posicionaria, ficaria irritad@ e poderia perder o autocontrole.	1	2	3	4	5
25-Se a coordenação da moradia ou o setor responsável pelo apoio institucional ao estudante não desse a atenção devida aos problemas da Moradia, eu tentaria conversar, compreender o porquê e negociar.	1	2	3	4	5
26-Se eu percebesse que não estavam dando as condições necessárias para me sentir segur@ dentro da moradia, eu não discutiria e tentaria aceitar.	1	2	3	4	5
27-Se o meu vizinho colocasse lixo na frente da porta do meu quarto, eu tentaria conversar, compreender o porquê e negociar.	1	2	3	4	5
28-Se um morador inventasse histórias para difamar a minha imagem, eu não discutiria e tentaria aceitar a situação.	1	2	3	4	5

29-Se não me avisassem que teria um evento festivo porque não me consideram da mesma forma que os demais (politicamente, culturalmente, racialmente, religiosamente, etc), eu me posicionaria, ficaria irritad@ e poderia perder o autocontrole.	1	2	3	4	5
30-Se um morador quebrasse o bebedouro, eu tentaria conversar, compreender o porquê e negociar.	1	2	3	4	5
31-Se os moradores do quarto vizinho fizessem uma festa com bebida alcoólica e o cheiro do cigarro entrasse no meu quarto, eu não discutiria e tentaria aceitar a situação.	1	2	3	4	5
32-Se os moradores do quarto ao lado fumassem maconha ou levassem traficantes para a moradia, eu tentaria conversar, compreender o porquê e negociar.	1	2	3	4	5
33-Se algumas roupas minhas fossem roubadas do varal, eu não discutiria e tentaria aceitar.	1	2	3	4	5
34-Se eu ficasse sem água no meu quarto por dois dias seguidos, eu tentaria conversar, compreender o porquê e negociar.	1	2	3	4	5
35- Se a coordenação da moradia ou o setor responsável pelo apoio institucional ao estudante não desse a atenção devida aos problemas da Moradia, eu não discutiria e tentaria aceitar.	1	2	3	4	5
36-Se eu percebesse que não estavam dando as condições necessárias para me sentir segur@ dentro da moradia, eu me posicionaria, ficaria irritad@ e poderia perder o autocontrole.	1	2	3	4	5

Apêndice F – Escala ERCME 16 itens

Escala Estratégia de Resolução de Conflitos em Moradia Estudantil – ERCME

Nas questões abaixo, responda, sinceramente, **quanto você julga que adotaria cada uma das estratégias que serão apresentadas a seguir para resolver situações conflituosas dentro da moradia estudantil** (seja com os próprios moradores, com a coordenação da Residência ou com o setor responsável pelo apoio institucional ao estudante). Para cada item há 5 opções de respostas que vão desde NADA (1) até MUITÍSSIMO (5) e apenas uma deverá ser marcada. É importante lembrar que não há resposta certa ou errada e será garantido o sigilo dos dados e das informações coletadas.

O QUANTO VOCÊ ADOTARIA AS ESTRATÉGIAS ABAIXO?

Situações e formas de resolução de conflitos na MORADIA ESTUDANTIL	NADA	POUCO	NEM MUITO NEM POUCO	MUITO	MUITÍSSIMO
1. Se um morador quebrasse o bebedouro, eu não discutiria e tentaria aceitar a situação. (Item 04)	1	2	3	4	5
2. Se o meu vizinho colocasse lixo na frente da porta do meu quarto, eu tentaria conversar, compreender o porquê e negociar. (Item 27)	1	2	3	4	5
3. Se a coordenação da moradia ou o setor responsável pelo apoio institucional ao estudante não desse a atenção devida aos problemas da Moradia, eu me posicionaria, ficaria irritad@ e poderia perder o autocontrole. (Item 10)	1	2	3	4	5
4. Se os moradores do quarto ao lado fumassem maconha ou levassem traficantes para a moradia, eu tentaria conversar, compreender o porquê e negociar. (Item 32)	1	2	3	4	5
5. Se eu percebesse que não estavam dando as condições necessárias para me sentir segur@ dentro da moradia, eu não discutiria e tentaria aceitar. (Item 26)	1	2	3	4	5
6. Se eu ficasse sem água no meu quarto por dois dias seguidos, eu tentaria conversar, compreender o porquê e negociar. (Item 34)	1	2	3	4	5
7. Se um morador inventasse histórias para difamar a minha imagem, eu não discutiria e tentaria aceitar a situação. (Item 28)	1	2	3	4	5
8. Se um morador quebrasse o bebedouro, eu tentaria conversar, compreender o porquê e negociar. (Item 30)	1	2	3	4	5
9. Se eu ficasse sem água no meu quarto por dois dias seguidos, eu não discutiria e tentaria aceitar. (Item 09)	1	2	3	4	5

10. Se os moradores do quarto vizinho fizessem uma festa com bebida alcoólica e o cheiro do cigarro entrasse no meu quarto, eu tentaria conversar, compreender o porquê e negociar. (Item 22)	1	2	3	4	5
11. Se eu percebesse que não estavam dando as condições necessárias para me sentir segur@ dentro da moradia, eu me posicionaria, ficaria irritad@ e poderia perder o autocontrole. (Item 36)	1	2	3	4	5
12. Se algumas roupas minhas fossem roubadas do varal, eu não discutiria e tentaria aceitar. (Item 33)	1	2	3	4	5
13. Se eu ficasse sem água no meu quarto por dois dias seguidos, eu me posicionaria, ficaria irritad@ e poderia perder o autocontrole. (Item 17)	1	2	3	4	5
14. Se um morador inventasse histórias para difamar a minha imagem, eu tentaria conversar, compreender o porquê e negociar. (Item 20)	1	2	3	4	5
15. Se um morador quebrasse o bebedouro, eu me posicionaria, ficaria irritad@ e poderia perder o autocontrole. (Item 14)	1	2	3	4	5
16. Se a coordenação da moradia ou o setor responsável pelo apoio institucional ao estudante não desse a atenção devida aos problemas da Moradia eu não discutiria e tentaria aceitar. (Item 35)	1	2	3	4	5